
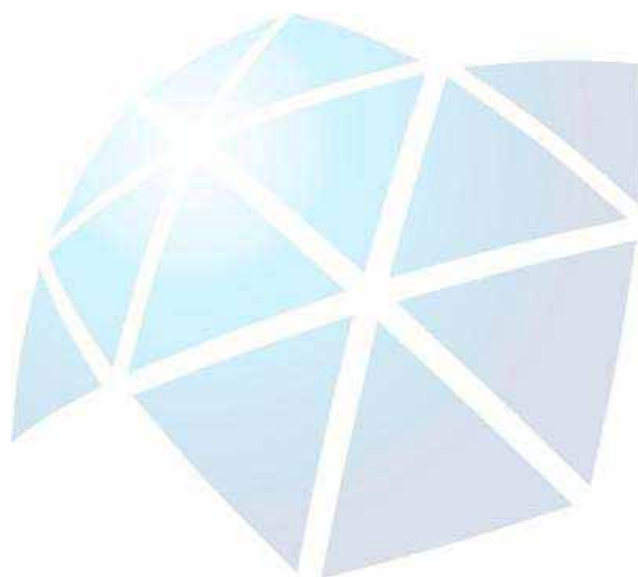


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP

CARMEN LUCIA TOZZI MENDONÇA CONTI

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DE
ESTUDANTES DE CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIFRAN NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**



ARARAQUARA – S.P.
2014

CARMEN LUCIA TOZZI MENDONÇA CONTI

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DE
ESTUDANTES DE CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIFRAN NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar

Linha de pesquisa: Sexualidade, cultura e educação sexual

Orientadora: Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti

ARARAQUARA – S.P.
2014

Conti, Carmen Lúcia Tozzi Mendonça
Trajetórias Educacionais de Estudantes de Curso de Pós-
Graduação da Unifran na Modalidade a Distância / Carmen Lúcia
Tozzi Mendonça Conti – 2014
113 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras
(Campus de Araraquara)

Orientador: Luci Regina Muzetti

1. Ensino a distância. 2. Pós-graduação. 3. Franca (SP). I. Título.

CARMEN LUCIA TOZZI MENDONÇA CONTI

TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DE ESTUDANTES DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIFRAN NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar

Linha de pesquisa: Sexualidade, cultura e educação sexual

Orientadora: Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti

Data da defesa: 26/08/2014

Membros Componentes da Banca Examinadora

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti
UNESP/FCLAR/ARARAQUARA

Membro Titular: Profa. Dr. Marta Regina Farinelli
UNIVERSIDADE DO TRIÂNGULO MINEIRO/UBERABA

Membro Titular: Profa. Dr. Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade
UNESP/FRANCA

Membro Titular: Prof. Dr. Fabio Tadeu Reina
UNIARA/ARARAQUARA

Membro Titular: Prof. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta
UNESP/FRANCA

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esta pesquisa a todos os participantes da implantação e credenciamento do Núcleo de Educação a Distância da Universidade de Franca.

AGRADECIMENTOS

Profa. Dra.Luci Regina Muzzeti, pelo constante incentivo e acompanhamento de todo o caminho percorrido para a realização desta pesquisa,

Aos componentes da banca, que com profissionalismo e respeito, pontuaram todas as dificuldades da pesquisa e da pesquisadora,

À amiga profa.Dra. Marta Regina Farinelli, que mais uma vez esteve o tempo todo ao meu lado.

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que analisou a trajetória educacional de quatro estudantes de cursos de Pós Graduação da Universidade de Franca – UNIFRAN, concluintes em junho de 2013. Embasado conceitualmente em autores que pesquisaram a EaD, foram utilizados, principalmente, os conceitos de Educação a distância e as novas possibilidades de ensino a partir das Novas Tecnologias aplicadas à Educação. Durante a pesquisa, foram coletados dados através de questionário de quatro estudantes concluintes do curso de Psicopedagogia no ano de 2013, visando à caracterização do grupo pesquisado. Conforme indicado por Schrader (2002), o questionário coletou dados a partir de indicadores sociais objetivos. Após a elaboração de um roteiro de entrevistas baseado no trabalho de Muzzeti (2007), foram selecionados os mesmos estudantes com diferentes trajetórias de escolarização para serem entrevistados. Após as entrevistas, elaborou-se um retrato do aproveitamento e aplicação dos conhecimentos dos agentes através de um conjunto de variáveis (origem social, trajetória de escolarização e percurso universitário) conforme a metodologia empregada por Lahire (2004) e Costa e Lopes (2008). Cada retrato sociológico foi analisado como um estudo de caso. Verificou-se que, no grupo de quatro agentes entrevistados, as singularidades de cada trajetória, as diferentes origens sociais e as diferentes características de aproveitamento, não tendem a representar grandes distâncias sociais e intelectuais. Por outro lado, mesmo com um grande número de regularidades, cada trajetória social é única e apresenta o que cada agente pode aproveitar do processo educativo utilizando a modalidade à distância.

Palavras-chave: Educação à distância, Estudantes de Pós Graduação, UNIFRAN, Trajetórias educacionais.

ABSTRACT

This work presents the results of a research which analyzed the educational trajectory of four students of Graduate Courses at the University of Franca – Unifran, graduating in June 2013. Based upon conceptually in authors who investigated the Ead, were mainly used the concepts of Distance Education and the new possibilities of education from new Technologies applied to Education. During the research, data were collected through a questionnaire of four graduating students of Educational Psychology in 2013, aiming to characterize the studied group. As indicated by Schrader (2002), the questionnaire collected data through objective social indicators. After the development of an interview guide based on the work of Muzzeti (2007), the same students with different trajectories of schooling were selected to be interviewed. After the interviews, a portrait of the use and application of the agents' knowledge was elaborated through a set of variables (social origin, trajectory of schooling and university courses) according to the methodology employed by Lahire (2004) and Costa and Lopes (2008). Each sociological portrait was analyzed as a case study. It was found that in the group of four interviewed agents, the singularities of each trajectory, different social backgrounds and different utilization characteristics do not tend to represent great social and intellectual distances. On the other hand, even with a large number of regularities, each social trajectory is unique and shows what each agent can take advantage of the educational process using the distance mode.

Key-words: Distance Education; Graduate students; UNIFRAN; Educational trajectories

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1	37
Quadro 2	41
Figura 1	42
Figura 2	43
Figura 3	45
Mapa 1	50
Mapa 2	50
Mapa 3	51
Mapa 4	51
Mapa 1	73
Mapa 2	75
Mapa 3	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONTEXTO DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	17
1.1 História da Educação no Brasil - caminhos traçados até a educação a distância	17
1.2 Educação a distância e sua história: o surgimento da educação no Brasil de 1500-1930	19
1.3 Contornos da educação e tentativas de concretização de Educação a Distância de 1930 a 1960	22
1.4 História da Educação a Distância: de 1960 até os dias atuais: progressos e retrocessos	27
1.5 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira	31
1.5.1 O surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 9.394/96)	32
2 HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE FRANCA	36
2.1 A instituição de Ensino superior	36
2.1.2 Inserção na região e responsabilidade social	49
2.1.3 As instalações	55
2.1.4 Dos aspectos acadêmicos e administrativos	58
2.2 Políticas de Ensino a Distância	62
2.2.1 Educação a Distância na UNIFRAN: visão histórica	62
3 SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	71
3.1 Local da pesquisa	72
3.2 Instrumentos e materiais	72
3.2.1 A Entrevista	72
3.3 Análise e Interpretação dos Dados	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	82
ANEXO A - Gestão da Instituição	89

INTRODUÇÃO

A trajetória como trabalhadora em educação percorrida pela pesquisadora trouxe por diversas vezes inquietações de como uma nova modalidade de ensino, no caso a Educação a Distância, poderia contribuir de forma efetiva para programas de pós-graduação, *lato sensu*.

É importante contextualizar que tais inquietações surgiram das experiências da pesquisadora enquanto docente na Universidade de Franca (UNIFRAN). Desde 1998, faz parte da comunidade da UNIFRAN ministrando aulas presenciais de Filosofia e Psicologia da Educação nos cursos de Pedagogia e Letras. O interesse pela educação a distância surge ao realizar algumas experiências profissionais de cursos nesta modalidade. Em meados de 2000, foi convidada a compor o quadro de tutores do SEBRAE Nacional para realizar trabalhos em Educação a Distância. Tratava-se de cursos voltados para criar ambiência para aprendizagem e proporcionar o desenvolvimento de pessoas que têm como objetivo abrir o próprio negócio e entrar em contato com conhecimentos básicos para isso. Eram cursos na área da Educação, voltados para educação empreendedora.

Desta experiência, percebeu o quanto e como este modelo de curso poderia ser produtivo, uma vez que se adaptava a diferentes realidades dos participantes que os procuravam, atingia muitas pessoas que sem esta modalidade não teriam condições de estudar devido a precariedade no espaço territorial. Percebeu que não se tratava de um ensino de forma facilitada para conseguir títulos, muito menos uma formação de baixa qualidade.

No entanto, reconheceu que as marcas e heranças adquiridas na Educação presencial eram fortes e sustentavam uma visão sólida sobre a importância do encontro presencial e da estrutura mais utilizada até aquele momento. O Brasil ainda engatinhava no uso da tecnologia digital, bem como no uso da internet para essa proposta de educar a distância.

Ressalta-se que a conjuntura sócio-política e econômica do país atinge diretamente a área da educação, ou seja, se há crise geral, na educação não se faz exceção. Tedesco (1998) dedica-se a analisar a crise pela qual a educação atravessa. Para ele, é tão duradoura que justifica o ceticismo com que muitos educadores reagem diante de tantos projetos de reforma, que na prática acabam limitando-a, deixando cada vez mais distante o seu verdadeiro papel de transformadora do homem e da sociedade. A sucessão sistemática destes diversos projetos reformistas garantem resultados débeis, por isso o autor faz um alerta sobre onde, possivelmente, está localizada a crise da educação:

A crise da educação já não se apresenta como um fenômeno de insatisfação no cumprimento de demandas relativamente estabelecidas, mas como uma expressão particular da crise do conjunto das instâncias da estrutura social: desde o mercado de trabalho e o sistema administrativo até o sistema político, a família, e o sistema de valores e crenças (TEDESCO, 1998, p.15).

Ao jogar luz às dificuldades de outras instâncias sociais – mercado de trabalho, sistema político e econômico, família etc. –, Tedesco clareia as dificuldades em conseguir soluções no campo da Educação, visto que ela faz parte de uma totalidade em crise. Tais obstáculos não advêm somente da ineficiência da educação em atingir seus objetivos sociais,

mas também de seu completo despreparo em relação às suas intenções e à direção de suas ações.

Somado a isso, passa-se por uma intensa transformação social, política e econômica, onde novas formas de se organizar são pautadas. Entre diversos autores esta nova forma de organização social é chamada de sociedade da informação, sociedade pós-capitalista, sociedade pós-industrial, Nova Idade Média e terceira onda. No entanto, todos concordam que atualmente vive-se uma nova estrutura social. Para Tedesco, há uma especificidade dos discursos que acompanham estas nova características, muito diferente daqueles realizados por revolucionários clássicos:

Os portadores desses novos discursos revolucionários não são mais apenas líderes políticos que representam os pobres, os excluídos e os explorados. Ao contrário, os portadores do discurso revolucionário são agora pessoas de sensibilidades políticas muito diferentes, familiarizadas com as tecnologias de ponta e vinculadas aos setores mais modernos da economia (TEDESCO, 1998, p. 16).

Alguns autores denominam estas mudanças como “revolução global”, que pode ser caracterizada por três principais alterações sociais: i) o modo de produção, ii) as tecnologias da comunicação e iii) a democracia política.

As transformações do modo de produção estão ligadas a novos fatores como a modernização tecnológica, a acirrada disputa para conquistar os mercados e à globalização. Tais mudanças podem ser avaliadas tanto positiva como negativamente, pois ela representa uma capacidade transformadora no processo produtivo ao mesmo tempo em que gera seu potencial destrutivo. É um dos grandes paradoxos globais da atualidade.

Alonso (1999), também avalia que estas mudanças promovem avanços e progressos ao mesmo tempo em que observa os retrocessos nefastos. Para o autor, tais transformações desatam consequências como a privatização das empresas estatais, a globalização da economia, a crescente urbanização, as novas tecnologias da informação e da comunicação, além do desemprego, o aumento das desigualdades sociais, os conflitos e as tensões.

Tanto Tedesco (1998) como Alonso (1999) têm a preocupação em designar o papel do conhecimento na atual conjuntura do mundo produtivo. O primeiro autor afirma que o conhecimento cumpri um papel essencial no que tange às transformações do antigo consumo de massas para o atual consumo diversificado e na capacidade de pequenas quantidades de produção, adaptando-se às exigências individuais:

Aí aparece a ideia de fábrica flexível, adaptada aos mercados de troca, tanto em termos de volumes como de especificações. O que se expressa – no nível pessoal e no da organização da produção – nas noções de polivalência, equipes multitarefa, plantas multiproduto, em que se valoriza a capacidade da pessoa para trabalhar em equipe e adaptar-se a condições e exigências de mudança (TEDESCO, 1998, p.18).

Já para Alonso (1999), assim como em outros tempos o capital, os recursos naturais e a mão-de-obra tiveram papel central, na sociedade contemporânea tal centralidade pertence ao conhecimento, e este momento exige do sistema de produção reformulações precisas. Para ele, os modelos de produção baseados no taylorismo e no fordismo estão ultrapassados e não encontram mais espaços nos mercados, por isso devem ser substituídos por sistemas mais eficazes. “É a produção ‘enxuta’ que se busca e é o consumidor informado, capaz de escolher,

selecionar e comparar quem está ditando as regras do jogo” (ALONSO, 1999, p.33, grifo do autor).

Logo, as demandas desse novo perfil de consumidor e das demais alterações ocorridas no processo de produção impõem uma nova lógica às empresas, que precisam se antecipar às inovações na oferta de produtos e serviços, assim associam-se às instituições de pesquisa para se manterem constantemente informadas acerca das novas descobertas científicas e tecnológicas.

Além disso, deve-se ressaltar que tais mudanças no mundo atual estão ligadas também às novas tecnologias da informação e comunicação, como afirma Tedesco ao explicar que “essas tecnologias têm um impacto significativo não só na produção de bens e serviços, mas também no conjunto das relações sociais” (TEDESCO, 1998, p. 19).

O potencial promovido pelo avanço tecnológico pode ser observado pela utilização simultânea de múltiplos meios relacionados à imagem, som e texto, que amplifica as possibilidades de interação, independente dos limites espaciais. Esse rompimento espacial das interações sociais reflete nos campos da nova política de educação e da filosofia educacional de cunho mais humano, pois podem contribuir altamente no momento em que minimizam as distâncias sociais e atingem todos os grupos.

Neste cenário, compete aos líderes governamentais e educacionais o notório papel de impulsionar e favorecer os meios necessários, adequados e possíveis para transformar o modo de refletir e reconhecer todo o processo educativo, redefinindo o seu papel à luz das transformações que a sociedade passa e às demandas daí decorrentes. A função de preservadora e vindoura do conhecimento acumulado pela humanidade deve ceder espaço para a incumbência mais complexa e dinâmica de organizadora e direcionadora de um processo de formação dos discentes. Para que isso seja garantido, deve levar em consideração o debate dos problemas decorrentes da nova realidade social e suas implicações, com papel perfilado às responsabilidades colocadas pelo atual contexto sócio-político-econômico.

Por isso, nota-se na Educação a Distância (EaD) uma visão prospectiva ao considerá-la como possibilidade pedagógica para a nova sociedade educativa, que não desconsidera as mudanças do novo tempo e promove muitos desafios. Desta forma, ao transferir para o campo do real os ideais dessa sociedade educativa, dentre inúmeros fatores, é importante um espírito empreendedor que promova novas atitudes.

Para uma nova sociedade é preciso equivaler uma nova escola, ensino e aprendizagem. Ou seja, o modelo tradicional de educação, com a simples transmissão de conteúdos previamente definidos e objetivos pré-estabelecidos não atende mais às exigências do novo paradigma educacional pautado na autonomia, na busca de diferentes compreensões, no estímulo a criação de ideias e no incentivo das ações do sujeito enquanto protagonista e colaborador.

A necessária articulação de diferentes saberes, exige novas posturas de todos aqueles que se preparam para os desafios do novo tempo. Abrangem desde a necessidade de se refletir a educação em âmbito amplo, propondo caminhos alternativos e repensando questões mais específicas como formas de dar vida aos currículos muitas vezes obsoletos e

descontextualizados, até investir na formação inicial e continuada dos professores, ou equipar sistemas educacionais com recursos compatíveis aos tempos atuais.

É urgente que se perceba o quanto o uso das novas tecnologias pode fortalecer a fluência de uma rede de conhecimentos, contribuindo nas várias relações e interações da vida contemporânea, como também com a compreensão crítica da realidade e do desenvolvimento pessoal, social e educacional, além do compartilhamento e enriquecimento coletivo de experiências e a democratização do acesso à informação. Tendo em vista estas possibilidades, Almeida colabora:

Inserir-se na sociedade da informação não quer dizer apenas ter acesso à tecnologia de informação e comunicação- TIC, mas principalmente saber utilizar essa tecnologia para a busca e a seleção de informações que permitam a cada pessoa resolver seus problemas do cotidiano, compreender o mundo e atuar na transformação do seu contexto. (ALMEIDA, 2001, p. 01)

Assim, é evidente a presença cotidiana das novas tecnologias da informação e da comunicação na vida dos indivíduos, de forma cíclica, onde o indivíduo se adapta a esta nova Era ao mesmo tempo em que a sociedade deve responder às novas demandas e necessidades que surgem destes indivíduos. A Educação precisa adaptar-se a esta nova sociedade respondendo às suas novas pautas, utilizando-se das novas tecnologias para a produção e construção do conhecimento e articulação entre teoria e prática, além de garantir uma metodologia de interação e atividades que assegurem não só ações presenciais, mas também a distância, sendo esta realizada através de um suporte virtual de aprendizagem.

Não é simplesmente implantar a informática em sala de aula, mas de uma verdadeira revolução e inovação dos procedimentos de ensino e, no caso, a EaD destaca-se como forma de educação viável e progressista, amparada pelo atual cenário *high-tech* e com avanços para a formação acadêmica em diversas áreas e atualização profissional.

Trata-se também de se considerar as vantagens da modalidade de Educação a Distância, forma que apesar de estar na sociedade há mais de um século utilizando-se de diferentes tecnologias que envolveram desde material impresso, geralmente remetido por correios, até rádio e televisão, realmente despontou convincentemente a partir da chegada e do aprimoramento tecnológico dos computadores, e especialmente do uso da internet (BELLONI, 2001). Mesmo geograficamente distantes, é possível afirmar que novos públicos podem ser beneficiados com a EaD, desde que haja uma ação reflexiva, responsável e crítica de educação, de modo harmônico e alinhado com a sociedade tecnológica.

Contudo, o uso de computadores ou outras tecnologias não bastam para garantir uma Educação a Distância coerente e eficaz. É necessária a capacitação dos professores, de modo a compreender o seu saber-fazer, visto que essa modalidade exige especificidades diferentes da educação presencial. Pressupõem diversas habilidades de informação, planejamento e diferenciadas estratégias de ensino e metodologia que possam garantir interação, colaboração e eficiência entre educando e educador que não estejam próximos fisicamente.

Espera-se que através dos recursos tecnológicos, didáticos e humanos seja possível criar um espaço de aprendizagem de forma cooperativa entre os discentes através de suas vivências, conhecimentos e reflexões, com a (re) construção do conhecimento diante destas

trocas. Para que isso seja alcançado é necessário ousadia, superação de desafios, articulação de saber e tessitura de redes de conhecimento.

No mínimo, há consenso de que alternativas como utilização de tecnologias de comunicação e informação e diversificação nas formas de ensinar, como as propostas de educação à distância, se adaptam às novas demandas sociais que inclui a própria Educação. Ou seja, há a necessidade de localizar o avanço tecnológico na Educação ao mesmo tempo em que se situa e reflete o papel da Educação na Era Digital.

Assim, a pesquisadora, envolvida com os resultados do trabalho a distância, ainda a partir de cursos de curta duração, busca por um espaço diferenciado de atuação, utilizando conhecimentos da escola europeia¹ e agrupando-se a mais profissionais com objetivo de implantar um Núcleo de Educação a Distância na Universidade de Franca. (NEAD-Unifran)

Em 2005, inicia suas atividades junto ao projeto de trabalho interdisciplinar para oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância. O desafio inicial era como trabalhar numa equipe interdisciplinar formada por profissionais da área da saúde, negócios, direito, educação e tecnologia. Como seria essa vinculação, a reciprocidade e a interação sem fragmentar o trabalho? Conti (2004, p.23) enfatiza em seus estudos que “pensar no trabalho realizado por uma equipe interdisciplinar pressupõe conhecimento da totalidade do ser humano enquanto celeiro de vivências, fisiológicas, sociais, emocionais culturais e políticas”. E registra que o reconhecimento dos aspectos “inter” é fundamental para a absorção dos trâmites do saber. O ato de reconhecer nas outras pessoas aspectos novos e enxergar por outro prisma é fator essencial para um trabalho de equipe.

E assim com uma disposição para a troca de informações, com vontade de apreender, conhecer, estar aberto para as relações de poder e interpessoal que permeiam todo trabalho grupal, o NEAD iniciou suas atividades em 2005. De 2005 até 2013, como integrante do trabalho interdisciplinar, a pesquisadora desenvolveu atividades pelo NEAD (Núcleo de Educação a Distância) com o foco da investigação do presente estudo.

1 O tema central

A Universidade de Franca engajou-se no projeto de educação a distância acreditando que as novas tecnologias de informação e comunicação podem oferecer ao discente a oportunidade de aprendizagem flexibilizada, colaborativa, participativa e dinâmica, onde as habilidades, os conhecimentos anteriores e as atitudes proativas fazem parte do contexto educacional. A iniciativa individual converge, ao final, na interação com o grupo, permitindo a troca de experiências, vivências e intercâmbio cultural e acadêmico.

A proposta de implantação na pós-graduação da modalidade a distância surgiu enraizada no ideal de implementação de uma Universidade próxima da sociedade, receptiva aos anseios sociais e visando, sobretudo, a democratização do ensino universitário. Neste formato, a educação vem cumprindo um papel importante na facilitação do acesso das

¹ Para a escola europeia, a Educação a Distância busca facilitar o aprofundamento e principalmente a troca de conteúdos, favorecendo o surgimento de novos conceitos com grupos cada vez maiores de pessoas.

comunidades ao mundo acadêmico. Em seu texto sobre a educação a distância em transição, Peters enfatiza:

[...] sem dúvida, um novo formato de ensino aprendizagem que vem crescendo de forma exponencial em todo mundo. A nova realidade pedagógica exige a formação de professores integrados ao novo panorama educacional tecnológico, político e cultural. (PETERS, 2003, p. 190)

Nesta direção, a pesquisadora observou em congressos e participações em cursos de Educação a Distância que o surgimento do computador com o propósito de educar criou uma redefinição sobre teoria e prática da educação a distância e em ensino na pós-graduação. Assim, torna-se relevante um estudo aprofundado da trajetória do processo de apropriação do conhecimento proporcionado por essa modalidade.

2 O objeto, objetivo de estudo e proposta metodológica

O objeto do presente estudo é a trajetória educacional dos estudantes em cursos de pós-graduação na modalidade a distância. Parte-se do pressuposto de que o ensino a distância contribui de forma qualificada para a formação continuada de profissionais ao se utilizar de certos recursos didáticos, no caso os multimeios tecnológicos, que substitui e aproxima a relação de professor e aluno, mesmo que estejam fisicamente distantes.

Os objetivos desta investigação são: analisar as trajetórias de estudantes no decorrer do curso de pós-graduação de Psicopedagogia, ofertado no período de 2010 a junho de 2013; examinar os itinerários educacionais observando se esta modalidade de ensino está se materializando como uma forma de inclusão das diferentes pessoas, oriundas de meios culturais e econômicos também diferentes no cenário universitário, e se realmente acontece a democratização de um ensino de qualidade.

A trajetória metodológica teve como cenário a cidade de Franca e a Universidade de Franca (UNIFRAN) como universo pesquisado. A pesquisa é de cunho exploratório e abordagem qualitativa. Com a finalidade de buscar respostas às indagações da pesquisadora, foi realizada revisão bibliográfica, sistematizando os conhecimentos correspondentes à proposição desta investigação. Utilizou-se também da pesquisa documental em legislação, bem como na história da Universidade de Franca.

Para a pesquisa de campo foram escolhidas 04 pessoas dos cursos de pós-graduação oferecidos na Universidade de Franca que, por meio de entrevista semiestruturada, responderam um formulário norteador que identificasse a trajetória educacional, social e cultural. Os critérios para escolha dos sujeitos foram: ter terminado algum curso de graduação antes de 2013, recorte temporal desta investigação; aceitar participar da pesquisa, ter cursado em Franca. Assim, em posse da relação de formandos, fornecida pelo NEAD /UNIFRAN, fez-se o sorteio de 04 participantes que estavam inscritos nos critérios estabelecidos. A análise dos dados será por temática apreendida das falas dos participantes da pesquisa.

3 Sintetizando

A apresentação deste estudo terá a seguinte trajetória: contexto do surgimento da

Educação a Distância que constitui o primeiro capítulo desta tese, no qual se propôs tecer o cenário pesquisado, com a retrospectiva da organização em estudo, contextualizando alguns fatos socioeconômicos e políticos marcantes na história da educação brasileira até os dias atuais.

O segundo capítulo: a história da Universidade de Franca apontará as características da Instituição Superior de Ensino pesquisada, bem como, deixará mais claro sobre sua história, estrutura e importância para a região de Franca e toda sua ação educacional ocorrida com a utilização da modalidade a distância.

Em Sistematização da Pesquisa, no capítulo 3, identifica-se o caminho metodológico percorrido para a realização deste trabalho, delimitando os atores/sujeitos, a opção de pesquisa, os instrumentais utilizados, ou seja, a efetivação do processo de coleta de dados. A construção do conhecimento encontra-se presente nesse momento e apresenta a discussão dos objetivos a que se propôs esta investigação. Para a análise dos dados foram elaboradas categorias que permitiram à pesquisadora o tratamento qualitativo dos mesmos, na busca por descobrir conteúdos expressos e outros, não manifestos, nos diálogos com os sujeitos.

Para uma conclusão, a pesquisadora retoma o debate para apontar quais indagações realizadas de início foram contempladas, respondidas. Quais não foram e porque não se conseguiu tais respostas. Outras questões que surgem para uma posterior pesquisa são ali colocadas. Qual foi a viabilidade desta pesquisa e sua real importância e contribuição a esta nova modalidade de ensino que é a EaD.

1 CONTEXTO DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

1.1 História da educação no Brasil – Caminhos traçados até a educação a distância

Para compreender, analisar e desenvolver o estudo sobre a educação a distância no Brasil, a pesquisa baseou-se em estudiosos clássicos da Educação Brasileira, tais como Barbara Freitag (1986) e Otaíza Romanelli (1993), profundos conhecedores da realidade sócio histórica e econômica da educação desde o início da década de 1980, além de alguns pesquisadores que tratam especificamente da modalidade da educação a distância, a saber: Alexander Romiszowski (2003), Viviane Bernardo (2009), Phelippe Breton (1991), Maria Helena Bettega (2004), Raquel de Almeida Moraes (2000), entre outros.

A Educação a Distância (EaD), em seus primórdios, data do século XIX. Entretanto, devido a sua crescente utilização nas últimas décadas, passou a fazer parte das atenções pedagógicas. Segundo Belloni (2001), a EaD surgiu da necessidade do preparo profissional e cultural de milhões de pessoas que, por vários motivos, não podiam frequentar ou não se mantiveram no sistema educacional presencial; e evoluiu com as tecnologias disponíveis em cada momento histórico, as quais influenciam no ambiente educativo e na sociedade.

A EaD tem suas singularidades de acordo com cada momento histórico, por isso haverá atenção sobre as necessidades específicas da sociedade nos diferentes momentos para se entender os contornos que assumiu a Educação a Distância, como também para a compreensão histórica e social da necessidade dessa modalidade de educação. Para tanto, a história da educação foi dividida em quatro momentos, que são:

1º momento - o que é educação a distância e sua história: o surgimento de educação no Brasil de 1500 – 1930;

2º momento - contornos da educação e tentativas de concretização e efetivação de educação a distância de 1930 a 1960.

3º momento - história de educação a distância: de 1960 até a ditadura: progressos e retrocessos.

4º momento - de 1980 aos dias atuais: as novas formas de educação a distância e a hegemonia da tecnologia.

É importante ressaltar que a educação a distância no Brasil surge de forma turbulenta. Grandes projetos, implementados com sucesso cresceram para atender efetivamente algumas das grandes necessidades educacionais, somente para declinar e desaparecer poucos anos depois. Nesta lógica, a história da EaD no Brasil tem sido marcada pela descontinuidade, por avanços, abandonos e retrocessos.

Silva (2006) explica que a modalidade de educação a distância é o processo ensino/aprendizagem no qual professores e estudantes não estão ‘normalmente’ ou fisicamente juntos, isto é, estão separados espacial e/ou temporalmente, embora possam estar conectados, interligados por tecnologias, como a internet, mas também por outros meios como o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

Pedagogia e tecnologia (entendidas como processos sociais) desenvolveram-se concomitante e harmoniosamente: o processo de socialização das novas gerações inclui necessária e logicamente a preparação dos jovens indivíduos para o uso dos meios técnicos disponíveis na sociedade.

No atual momento histórico vivencia-se novos modos de socialização e mediações inéditas, decorrentes do desenvolvimento da tecnologia que subverte radicalmente as formas e as agências de socialização estabelecidas: as crianças lidam com máquinas “inteligentes” e “interativas”, conteúdos, formas e normas que a instituição escolar, despreparada, mal equipada e desprestigiada, nem sempre utiliza no processo ensino-aprendizagem. Do ponto de vista da sociologia, não há mais como contestar que as diferentes mídias eletrônicas assumem um papel cada vez mais importante no processo de socialização, ao passo que a escola, e principalmente a pública, não consegue atender minimamente às demandas cada vez maiores e mais exigentes da população por falta de políticas governamentais educacionais efetivas (SILVA, 2006).

Nos países subdesenvolvidos, porém industrializados, e altamente urbanizados, pobres e atrasados cultural e politicamente, mas com “bolsões tecnificados” e globalizados, observa-se contradições e desigualdades sociais que tendem a ser agravadas pelo avanço tecnológico. É o caso do Brasil que, apesar de seu avanço tecnológico, não consegue estender seus direitos a todos os indivíduos, ou seja, um desenvolvimento desigual e combinado. Belloni (2001) defende que nesse quadro de desenvolvimento tecnológico a utilização da Educação a Distância se inclui como uma possibilidade de mudança, como uma maneira de democratização do acesso aos meios técnicos disponíveis na sociedade, da diminuição das

desigualdades sociais, dos processos de educação e comunicação, e como meio de emancipação.

A EaD caracteriza-se por estabelecer uma comunicação com múltiplas vias. Suas possibilidades ampliaram-se em meio às mudanças tecnológicas como uma modalidade alternativa para superar limites de tempo e espaço. Assim, a Educação deixa de ser concebida como mera transferência de informações e passa a ser norteadada pela contextualização de conhecimentos úteis ao acadêmico. Na educação a distância, o aluno é levado a pesquisar e entender o conteúdo de forma a participar da disciplina. Essas são algumas considerações preliminares sobre a EaD. Por isso, faz-se necessário a análise histórico-social da educação, observando como se deu o desenvolvimento da modalidade a distância diante de cada conjuntura.

1.2 Educação a distância e sua história: o surgimento da educação no Brasil de 1500 – 1930

O descobrimento do Brasil se deu no íterim de uma expansão política e econômica de vários países europeus, principalmente da Espanha, Inglaterra, Portugal, França e da União das Províncias dos Países Baixos, que procuraram fora de suas fronteiras mecanismos de superação das relações sociais feudais. Essas relações impediam o pleno desenvolvimento da economia capitalista, privilegiando apenas a nobreza. A colonização apareceu como uma tentativa de acúmulo para o capital, que viria acelerar a formação dos Estados Nacionais centralizados, emergenciando a economia capitalista com seu veio principal na industrialização. A colônia surgiu como a organização de uma economia complementar à da metrópole. A Companhia de Jesus chega ao Brasil em 1549 com o Governo Geral de Tomé de Sousa, quando a economia toma bases na importação da cultura medieval europeia, transmitida através das obras dos jesuítas.

A economia colonial brasileira era fundada na grande propriedade, na mão-de-obra escrava, na monocultura, numa minoria de latifundiários, e teve implicações de ordem política e social profundas. Favoreceu o aparecimento do sistema de produção, de vida social e o sistema de poder representado pela família patriarcal. Segundo Romanelli (1993), a Companhia de Jesus organiza um plano geral de estudo, denominado *Ratio Studiorum* (1599), para ser aplicado em todos os lugares, com forte caráter elitista e universalista, voltado,

principalmente, para filhos homens não-primogênitos da classe latifundiária. O *Ratio Studiorum* (1599) ofertava Curso de Ideologia e Filosofia, Curso de Humanidades e viagem de estudo à Europa.

Essa forma de ensino não se preocupava com a qualificação para o trabalho e nem com o desenvolvimento da pesquisa científica, embora estivesse perfeito para aqueles que estudavam, pois não ameaçava a estrutura vigente. O diploma se tornou um marco de distinção social invejado por todo aquele que aspirava adquirir status, sendo o trabalho manual relegado aos escravos. Esse ensino livresco, acadêmico, aristocrático e religioso influenciou muito no sistema de poder, e logo os grandes latifundiários perceberam a importância dessa educação para aqueles que fossem representá-los em cargos políticos. Durante todo o período em que os jesuítas permaneceram no Brasil, a sociedade foi composta por uma minoria de grandes latifundiários e por uma grande massa de escravos e agregados.

É importante ressaltar que D. José, subindo ao trono em 1750 em Portugal, encontra uma economia financeira em estado de extrema gravidade, nomeando para Ministro Marquês de Pombal, que desenvolve uma política com um conjunto de medidas visando à industrialização de Portugal, processo que já se dava na Inglaterra. Procurava, dessa forma, superar o dominador - a Inglaterra - se igualando a ele.

Nesse período, a Europa é marcada pelo movimento Iluminista, caracterizado pela renovação da cultura, por relevar a razão acima da fé, pela educação dada em separado da religião, pela valorização da ciência e da razão humana. Pombal, de acordo com estas ideias, juntamente com Verney e Ribeiro Sanches, saíram de Portugal e foram estudar na França. Influenciado pelos ideais iluministas, Pombal considera os jesuítas responsáveis pelo atraso cultural no Brasil, o que o faz assinar um decreto, em 1759, que determina sua expulsão do Brasil e de Portugal. No Brasil, depois de treze anos, Pombal criou as aulas régias. No entanto, ainda que os jesuítas tivessem sido expulsos, de modo geral a educação continuava com o mesmo cerne, visto que quem ministrava tais aulas régias eram membros do clero secular (ROMANELLI, 1993).

O período que se seguiu a Independência Política (1822), diversificou-se também a demanda escolar. Notou-se a presença de uma camada intermediária acentuada com a mineração, principalmente na Zona Urbana. Agora são duas camadas da população que procuravam a educação escolarizada, as oligarquias rurais e a classe intermediária. E era dessa classe intermediária que eram recrutados indivíduos ligados ao jornalismo, às letras e principalmente à política. Essa classe procurou a educação como um instrumento de ascensão

social. Logo buscou se unir com a classe dominante, pois precisava da mesma para ocupar cargos burocráticos, administrativos e intelectuais. Como se pode notar, são duas camadas distintas que acessam a educação, no entanto, a educação permanece a mesma das elites rurais.

Com a chegada de D. João em 1808 no Brasil, foram abertos os primeiros cursos superiores não teológicos. Dentre as escolas superiores, distinguiram-se a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar, essa mais tarde transformada em Escola Central e Escola Militar de Aplicação, que objetivavam formar engenheiros civis e preparar a carreira das armas. Com a chegada de D. João, não apenas nascem os cursos superiores, mas também uma autonomia que vem culminar com a Independência Política. Todas essas iniciativas foram tomadas exclusivamente para proporcionar educação a uma pequena camada de aristocratas e nobres que compunha a corte.

Com a Independência Política (1822), o quadro do ensino no Brasil não mudou. Na Independência, os letrados tiveram papel importante, uma vez que em sua maioria ocuparam cargos políticos e administrativos. Foram abertos dois cursos de Direito em 1827, um em São Paulo e outro em Olinda, os quais passaram a fornecer pessoal qualificado para as funções burocráticas do Estado. A esfera nacional ocupava papel importante, pois tinha o poder de conferir títulos. O diploma do Colégio D. Pedro II, dava o direito de ingressar em qualquer curso superior sem prestar os exames, ao contrário das demais escolas, essas obrigadas a prestar os exames para as escolas que ofereciam cursos superiores. A esfera provincial não tinha recursos para formar uma rede de ensino. O ensino secundário caiu nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono.

Como na maioria dos países, a primeira forma de educação a distância ministrada no Brasil foi através de estudo por correspondência. Nesse contexto histórico-social surgem, em 1904, as escolas internacionais. Essas eram instituições privadas que ofereciam cursos pagos por correspondência, e representam a primeira forma de educação a distância. Como se pode notar, a educação se insere em um contexto de exclusão: se em um primeiro momento só os filhos homens não-primogênitos da classe dominante estudavam, em um segundo, somente a camada média privilegiada economicamente tem acesso à cultura sistematizada. Para isso, a EaD surge como uma tentativa de incluir as camadas não-privilegiadas no mundo letrado e profissional.

1.3 Contornos da educação e tentativas de concretização de Educação a Distância de 1930 a 1960

Em 1889 houve a proclamação da República. Com a libertação dos escravos em 1888, a economia sofre grandes modificações, pois de escrava, a mão-de-obra majoritária passa a ser a assalariada, formada por imigrantes que passam a chegar ao Brasil nesse período. O objetivo dos republicanos nesse momento é transformar essa massa amorfa que é composta por mestiços, ex-escravos e imigrantes, em um povo ordeiro e organizado, ou no que chamavam de cidadão, e para que isso se viabilizasse, eles contam com o ensino primário.

Freitag (1986) relata que no Estado de São Paulo, são criadas as Escolas Normais e os Grupos Escolares para alfabetizar a população e cultivar a tão almejada identidade nacional, transformar os elementos humanos em cidadãos, e ainda mais, em cidadãos republicanos, função essa atribuída à educação, visando sustentar e manter a república. O que domina o cenário da Primeira República é a política do café-com-leite, período durante o qual os coronéis detinham o poder político, com as práticas do coronelismo. São vários os acontecimentos importantes nesse momento, seguem os de maior relevância:

Na década de 1920, período de final da Primeira República, acontece o Movimento de Arte Moderna, que questiona os padrões tradicionais através da arte e da pintura. Para isso questionavam o fato do Brasil importar as culturas europeias sem nenhum tipo de crítica. Além disso, era questionada a própria sociedade brasileira e seus vieses, como é o caso das novas propostas para educação, com os Pioneiros da Escola Nova, que desejavam uma educação mais moderna, voltada à ciência e não mais aquela tradicional jesuítica.

Nesse período, houve a criação da ABE (Associação Brasileira de Educação), em 1924, quando foi escrito o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, além de várias Conferências de Educação nas quais, entre outras coisas, se apoiava o princípio de que a educação era dever do Estado. Em 1923 aparece uma nova tentativa de educação a distância: o rádio educativo fundado por Roquete Pinto.

Em 1930, o governo de Washington Luís foi derrubado por um levante. Esse movimento desencadeou a crise do desenvolvimento. Outro aspecto foi a crise de 1929, ocorrida pela superprodução do café, quebra da bolsa de Nova York, agravada no Brasil por dispositivos para conter a crise, em favor dos latifundiários (cafeicultores). Uma das consequências dessa política foi o aumento ilimitado da dívida externa.

Com a crise mundial de 1929, encaminharam-se mudanças estruturais que vão culminar com a substituição de importações pela produção de bens de consumo anteriormente importados. As oligarquias rurais cafeeiras foram forçadas a dividir o poder com a burguesia emergente. Com o auxílio de alguns grupos militares (tenentes) e o apoio da burguesia, Vargas assume o poder em 1930, implantando o Estado Novo em 1937, com traços ditatoriais.

Com a Revolução de 1930, encaminham-se mudanças básicas que criam condições para a sustentação do capitalismo, além de condições básicas para modificar os anseios culturais e o nível de aspirações por parte da população. Foram criadas escolas técnicas profissionalizantes (para os menos favorecidos). A verdadeira razão dessa abertura era a diversificação da produção. O trabalho nos vários ramos da indústria necessitava de qualificação e diversificação da força de trabalho. O Estado assumiu a responsabilidade de treinar a força de trabalho que as indústrias necessitavam.

A força de trabalho foi recrutada dessa realidade social surgindo uma nova configuração de sociedade de classes capitalista. Evidentemente que não seriam as frações de classe dominante, pois esta estava interessada em formar seus quadros dirigentes em escolas de elite (em maioria particular) e não mostrava interesses pelo ensino profissionalizante. Essa classe era constituída pela velha oligarquia rural cafeeira, pela burguesia financeira e pela burguesia industrial. A partir de então, o trabalho também não será recrutado da média e baixa burguesia, e nem da pequena burguesia em ascensão, pois essa classe estava interessada em ocupar as vagas do ensino propedêutico com o objetivo de possuir títulos acadêmicos (meio de ascensão social). Com a falta da educação na zona rural, também não seria o campesinato a ocupar esses postos nas indústrias. De acordo com essas ideias só resta à pequena classe operária, formada por trabalhadores urbanos e rurais emigrados no Brasil nas décadas passadas, a população migrada nos centros urbanos, semi ou desqualificada, ou seja, o exército industrial de reserva. As escolas técnicas profissionalizantes eram a única via permitida ao operário. As escolas de nível médio não habilitavam os egressos a cursarem escolas de nível superior, era uma via sem saída (FREITAG, 1986). É a dualidade do sistema educacional que produzia e reproduzia a força de trabalho.

A dualidade do sistema educacional reproduzia e refletia a dicotomia de uma sociedade de classes capitalista em consolidação. Apareceram nesse contexto novas tentativas e projetos em educação a distância: em 1934: Edgard Roquete-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio; alunos tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas. Utilizavam

também correspondência para contato com alunos; em 1939: surge o Instituto Universal Brasileiro, em São Paulo; em 1941: primeira Universidade do Ar; com duração de dois anos.

O rádio educativo começou em 1923. O trabalho pioneiro foi conduzido por Roquete Pinto, incluindo um rigoroso programa de pesquisa e avaliação, que versava sobre os limites e vantagens do uso do rádio como um meio de ensino. É interessante notar que, em 1950, as forças armadas dos Estados Unidos financiaram um grande programa de pesquisa sobre o uso do rádio para o ensino, o qual resultou na publicação de vários volumes de orientação. Ainda neste contexto, vem à tona o conflito entre liberais e conservadores. Também foi redigido o documento “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” com o objetivo de influenciar a Constituição em 1932. É importante sublinhar que existem nesse documento referências sobre o uso de multimeios na educação:

Pois é impossível realizar-se em intensidade e extensão uma sólida obra educacional, sem se rasgarem a escola aberturas no maior número possível de direções e sem se multiplicarem os pontos de apoio de que ela precisa, para se desenvolver, recorrendo à comunidade como a fonte que lhes há de proporcionar todos os elementos necessários para elevar as condições materiais e espirituais da escola [...]. (Revista brasileira de estudos pedagógicos. – v.1, n.1(julho/1944). Rio de Janeiro – INEP).

Mas além de atrair para a obra comum as instituições que são destinadas, no sistema social geral, a fortificar-se mutuamente, a escola deve utilizar em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio; com os quais a ciência, multiplicando-lhe a eficácia, acudiu à obra urgente da educação e assumiu, em face das condições geográficas e da extensão territorial do país, uma importância capital.

Romanelli confirma que os grandes educadores, que nesse momento histórico são os chamados educadores da escola nova, já reconheciam a importância da educação a distância e do uso dos multimeios em educação. Em um país tão desigual sócio-econômico e culturalmente e tão extenso geograficamente, o uso dessas possibilidades amplia as oportunidades escolares de vários cidadãos que de alguma forma a escola regular excluiu. Mas é importante ressaltar que outros acontecimentos marcaram avanços e retrocessos na educação, sendo, em 1930, criado o Ministério da Educação, com maior abertura para as ideias dos liberais; Na constituição de 1937 defende que o papel do Estado é apenas de subsidiar a educação, institui o ensino profissionalizante e o ensino religioso é de frequência facultativa.

Em 1945 dá-se a queda de Getúlio Vargas e o período que vai de 1945 até o início dos anos 1960 é marcado principalmente pela luta em torno da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional e a Campanha em Defesa da Escola Pública.

A economia de substituição de importações, iniciada em 1930 e favorecida pela Segunda Guerra Mundial, impulsionou a produção de bens de consumo antes importados. As economias dos países em guerra passaram a produzir material bélico e a limitar a produção de bens de consumo para a exportação. Dessa forma, a indústria nacional teve espaço para desenvolver-se, pois não era necessário competir com os produtos estrangeiros. A fase de 1945 até o início dos anos 1960 corresponde à aceleração e diversificação do processo de substituição de importações.

Em nível político, sua característica primordial é o Estado Populista – desenvolvimentista, que representa um acordo entre os empresários nacionais com o amparo de barreiras protecionistas e setores populares, que possuíam anseios de participação econômica e política, essa manipulada pelos empresários. Nesse período, o que marca a educação na modalidade à distância é o surgimento, em 1947, da Nova Universidade do Ar, patrocinada pelo SENAC, SESC e Emissoras Associadas.

É importante ressaltar que essa modalidade de ensino sempre tendeu a ser utilizada como um meio de profissionalizar os operários, além de que era necessário, nesse momento histórico em franca expansão da sociedade, produzir mão de obra especializada para trabalhar na indústria, mão de obra possuidora de habilidades mais exigentes do que aquelas exigidas pela indústria no momento histórico anterior.

No cenário político, a situação começa a se complicar acentuadamente, com o aparecimento de conflitos até então subliminares. As classes médias, profissionais liberais e forças armadas, prejudicados pela inflação, sentem-se excluídos dos processos decisórios do Estado-Populista, que já não representam seus interesses. Começa a delinear, no fim do período, uma nova polarização: de um lado, os setores populares representados até certo ponto pelo Estado e por alguns intelectuais da classe média e, de outro, grandes parcelas da classe média da chamada burguesia nacional, do capital estrangeiro monopolista e das antigas oligarquias.

Pode-se dizer que esse período se caracterizou por uma tendência populista e por outra antipopulista. A política educacional desse período, em amplos sentidos, se reduz praticamente à luta em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e à

Campanha em Defesa da Escola Pública. A Constituição de 1946 havia fixado em um de seus parágrafos a necessidade de elaboração de nova Lei de Diretrizes e Bases para o ensino no Brasil que substituíssem as leis do Governo Vargas.

O Estado será o mediador dos interesses que poderão surgir com a reorganização da economia nacional e internacional depois da Guerra. O texto definitivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, só foi sancionado em 1961, retomando o de 1948, que foi o primeiro projeto de lei encaminhado à Câmara pelo então Ministro da Educação Clemente Mariani. Esse projeto de 1948 era muito progressista para a época, pois fazia várias concessões às classes camponesa e operária, embora tenha sido engavetado, sendo retomado em 1957. Um novo projeto de lei foi encaminhado à Câmara, conhecido como Substitutivo Lacerda. Este propunha que a educação fosse ministrada, em sua maioria, em escolas particulares, e somente de forma complementar pelo Estado.

O projeto propunha ainda que o Estado subvencionasse as escolas particulares, mas isto não dava a ele o direito de fiscalizar esse ensino, função a qual fica a cargo de professores e diretores das escolas particulares, sob a alegação da liberdade de ensino. A gratuidade de ensino ficou omissa nessa proposta. Tais aspectos desse projeto de lei provocaram protestos de intelectuais, liberais, pedagogos, etc. Foi redigido um documento por Fernando de Azevedo, o “Manifesto dos Educadores”, que denunciava os interesses desse projeto, dando início a uma campanha em favor da escola pública. É válido lembrar, como já explicado, que no manifesto dos educadores se fazia a menção sobre o uso de multimeios e sobre a educação a distancia.

Depois de várias discussões, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 4024/61, compromisso entre as duas tendências expressas pelos dois projetos de lei (Mariani e Lacerda). A gratuidade do ensino, fixada na Constituição de 1946, fica omissa na nova lei. Foi instituído que tanto as escolas particulares quanto as escolas públicas teriam o mesmo direito de ministrar a educação em todos os níveis. As escolas particulares só vão ser subvencionadas pelo Estado em casos específicos. A Lei institui também a equiparação dos cursos de nível médio e a flexibilidade de intercâmbio entre elas. A Lei 4024/61 dissolve oficialmente a dualidade de ensino, mas surge uma nova barreira: fica a cargo das escolas particulares a continuidade do ensino médio. É importante ressaltar também que em 1949 vem novamente à tona o conflito em torno da liberdade de ensino. Esse conflito vai se desenvolver no bojo da LDB.

Esse período político conturbado acaba com o famigerado Golpe Militar, cujo objetivo é viabilizar o modelo econômico de Internalização do mercado interno e acalmar o ímpeto das massas. Trata-se da hegemonia da burguesia nacional, do capital estrangeiro monopolista, das antigas oligarquias e do fracasso e da pauperização das camadas médias e populares.

1.4 História da Educação a Distância: de 1960 até os dias atuais: progressos e retrocessos

O período de substituição de importações esgotou suas possibilidades nos primeiros anos da década de 1960. Para que o processo de acumulação pudesse continuar no ritmo desejado, era necessário assegurar um crescimento econômico, com a criação de um novo espaço econômico. Este poderia ser alcançado de duas formas sem que se alterasse o modo de produção capitalista:

1ª - Através da realização de reformas estruturais que incluíssem as massas populares num processo democratizado de consumo – política explícita no Estado populista, através da qual a burguesia nacional percebeu que em sua aliança com as massas populares poderia perder o controle do processo reformista.

2ª - A outra forma seria pela reorganização das estruturas do consumo interno e aproveitamento das possibilidades do mercado externo (e essa foi a escolhida). Os dois processos são interdependentes: a aristocratização do consumo e a expansão das exportações são mediatizados pelo capital estrangeiro, agora representado pelas empresas multinacionais.

O esforço exportador só poderia ser realizado com êxito pelas empresas multinacionais, que utilizaram toda sua rede internacional de comercialização para a colocação dos produtos brasileiros. Por outro lado, essas empresas utilizavam uma tecnologia altamente poupadora de mão-de-obra, que resulta na crescente concentração de venda e em um mercado consumidor altamente elitista. Assim, são introduzidos no país hábitos de consumo que obedecem aos padrões internacionais.

O importante a ser ressaltado é a reorganização industrial, que utiliza a alta tecnologia ao mesmo tempo em que incentiva a indústria automobilística, química e eletrônica. O aumento da produtividade é assegurado pela alta tecnologia, que permite manter os salários extremamente baixos com a existência de um excedente de força de trabalho. Essa

característica da força de trabalho e manutenção de salários baixos aos trabalhadores são condições exigidas pelas empresas para se instalarem no Brasil. Portanto, torna-se necessário uma política salarial que congele os salários da massa trabalhadora e crie uma classe intermediária de alta renda para consumir os produtos produzidos, além de um governo forte que impossibilite a massa trabalhadora de participar do consumo, mediante reivindicações salariais periódicas. É nesse momento que as forças armadas tomam o Estado com o objetivo de viabilizar um modelo econômico (internalização do mercado interno).

Essa reestruturação da sociedade corresponde a uma nova organização: a burguesia nacional, em sua maioria, vai se aliar em posição inferior à burguesia internacional; são cooptados alguns tecnocratas e intelectuais altamente especializados. As medidas de maior repercussão expressas na lei durante esse período foram: i) Constituição de 1967, promulgada ainda no governo Castelo Branco; ii) Reforma Universitária, Lei 5540 de 1968; iii) Institucionalização do Mobral; iv) Lei 5692 de 1971: Reforma de 1º e 2º grau, cujo ponto mais discutido foi a profissionalização; v) Institucionalização do ensino supletivo e; vi) Tentativas de educação na modalidade a distância. O ponto mais importante para discussão desta pesquisa é Reforma Universitária e Educação a Distância.

No período que compreende principalmente de 1964 a 1968, nota-se uma radical concentração de renda, capital e mercado. Foram constatadas inúmeras falências de pequenas empresas durante a recessão. A ascensão da classe média via pequenas empresas, artesanato, profissões liberais eram muito dificultadas. As inscrições para o vestibular nesse período cresceram indiscriminadamente, o que reflete que a classe média via na educação a sua única maneira de ascensão social. Nesse período se deu a crise das universidades, quando os estudantes fazem pressão reivindicando mais verbas e vagas.

De acordo com Freitag, o caráter oficial da crise das universidades, aceito pelo Estado, era que o descontentamento dos estudantes se canalizava para atividades políticas, cujas quais o Estado estava perdendo o controle. Uma das soluções propostas pela legislação seria o aumento das vagas com um mínimo de dispêndio de novos recursos. A Lei tinha que operar em duas dimensões aparentemente contrárias: conter o fluxo às universidades e criar mecanismos de expulsão dos alunos de dentro dessas. Se o vestibular fosse ainda mais estrangulado, as pressões sobre as universidades certamente aumentariam. O vestibular foi liberalizado pela introdução do sistema classificatório, o que resultaria na inflação das universidades e na degradação da qualidade de ensino, tornando-se necessárias, então, medidas de contenção.

As medidas de contenção se resumem na profissionalização, instituída na Lei 5692/71, que encaminha o estudante ao mercado de trabalho antes que ele chegue à universidade; e o jubramento depois do vestibular, um verdadeiro vestibular interno que é feito no final do básico, desligando automaticamente o aluno caso ele não alcance a média fixada pela universidade. Para reprimir qualquer tipo de manifestação dos estudantes contra as medidas de contenção, foi instituído o Decreto-Lei 477, que dava autoridade às universidades e aos órgãos educacionais (MEC) para desligar e suspender estudantes que fossem surpreendidos em situações subversivas, sendo o estudante suspenso por três anos, e o impossibilitando de cursar universidades durante o tempo de suspensão. Além disso, tinha autoridade também de demitir funcionários e professores que fossem encontrados na mesma situação, os impossibilitando de trabalhar nas universidades durante cinco anos.

Foram realizadas várias tentativas no que se refere à modalidade de educação a distância:

- Em 1970: Projeto Minerva – convênio entre Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta para a produção de textos e programas;

- Em 1972, o Governo Federal enviou à Inglaterra um grupo de educadores tendo à frente o conselheiro Newton Sucupira: o relatório final marcou uma posição reacionária às mudanças no sistema educacional brasileiro, colocando um grande obstáculo ao Ensino a Distância no Brasil;

- Na década de 70: Fundação Roberto Marinho cria um programa de educação supletiva a distância para 1º e 2º graus. A televisão educativa começou a ser usada na década de 1960. Muitos projetos no setor público foram lançados durante 1960 e 1970. A maioria focalizava o treinamento do professor e a provisão de curso supletivo (segunda chance), sendo essas, oportunidades educacionais a níveis primário e secundário para adolescentes e adultos que não puderam cursar a escola regular. Assim, nos anos 70, o conceito predominante de educação a distância no Brasil era de “comunicação de massa”, através dos telecursos. Os alunos se reuniam em grupos, junto com “monitores” ou “facilitadores”, para explorar as aulas veiculadas, a “recepção organizada”; outros telecursos operavam num tipo de estudo individual menos efetivo, o modelo de “recepção livre”. O modelo telecurso em educação a distância tornou-se popular, e a Associação Brasileira de Teleducação (ABT), formada no início dos anos 70, tinha um grande número de associados e de seções estaduais no início dos anos 80.

Foi um aumento desenfreado dessa modalidade de ensino, tão reconhecido que um dos projetos usados pela UNESCO como modelo para outros países foi o sistema de telecurso da educação secundária do Maranhão. Outros projetos internacionalmente reconhecidos foram alguns dos programas “Supletivo” (segunda chance para a educação básica), lançados por vários estados antes do TELECURSO pela Fundação Roberto Marinho, do setor privado. Outro projeto citado internacionalmente foi o SACI, que pretendeu oferecer currículo básico escolar ao longo do país, com a utilização da TV, do rádio e de material impresso.

O reconhecimento internacional foi pela qualidade do planejamento e design instrucional, e não pelo impacto ou efetividade, porque, por várias razões políticas, o projeto nunca foi implementado e efetivado na realidade brasileira, tendo sido desenhado e desenvolvido como parte do programa espacial brasileiro para avaliar o potencial do satélite de comunicação para a educação. Inicialmente, não foi um projeto do Ministério da Educação, e este nunca o adotou ou tentou implementá-lo em larga escala.

Nota-se que o sistema de ensino público nesse momento é altamente excludente e elitista, através do qual poucos conseguem galgar e se manter na universidade pública, esta amparada por uma política educacional que legitima a exclusão e utiliza decretos e leis para calar a sociedade descontente.

O sistema nacional reflete as contradições e o descontentamento da sociedade. Se dispendermos um pouco mais de atenção nesta análise, observaremos que há uma imbricação entre os diversos níveis e modalidades de ensino: o sistema nacional de ensino público, de alguma forma e por várias razões, não consegue suprir nesse momento os anseios da sociedade, sendo que há inúmeros excluídos. Nesse caso, o que fazer? Àqueles que o ensino regular excluiu, seja no início da escolarização ou na universidade, têm algumas chances, e uma delas é representada pela Educação a Distância. A EaD é a segunda chance, e talvez a última oportunidade educacional para adolescentes e adultos, os não laureados, que não puderam cursar a escola regular. Esse é o panorama econômico, político e principalmente educacional desse momento histórico.

É importante ainda ressaltar que, na década de 1980, houve a abertura política e os militares voltaram para os quartéis. As leis 5540 e 5692/71, já desfiguradas, precisam ser modificadas, além do surgimento da necessidade de se criar uma nova Constituição e uma nova LEI de DIRETRIZES e BASES, que dê conta dos problemas da realidade educacional do país.

1.5 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

Segundo Conti (2009), em seus estudos produzidos para o EAD da UNIFRAN, registra-se que as diversas mudanças ocorridas no mundo influenciaram o universo escolar, e percebe-se que a própria escola também foi e é um espaço de tensão no qual essas alterações na política, na cultura, na economia etc., interagem e entram em contradição, influenciando o desenvolvimento e a formação das identidades dos alunos.

Assim, com a nova concepção de ser humano, de sociedade e de educação percebe-se que o modelo padrão de escola disciplinar e seriado não responde às novas demandas sociais. Em outras palavras, este modelo não mais estabelece uma relação entre os diversos saberes importantes do universo escolar e os conhecimentos necessários à atual sociedade. É preciso refletir e por em prática um novo modelo de educação escolar, onde o aluno veja sentido tanto na escola como nos conhecimentos ali difundidos, ou seja, um modelo que dê respostas tanto ao homem como à sociedade do século XXI.

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, houve uma transformação conjuntural relacionada à grande urbanização que passava o país, o êxodo rural e a chegada do homem do campo à cidade, e a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho. Fatores como estes foram determinantes para propor a expansão e oportunidades de escolarização por parte da política educacional brasileira, mas os altos índices de repetência e evasão alertaram para a nova demanda social, levando os que atuam neste setor a se preocuparem com o trabalho realizado pela escola e refletir um novo modelo escolar:

Indicadores fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional (Sediae), do Ministério da Educação e do Desporto, reafirmam a necessidade de revisão do projeto educacional do país, de modo a concentrar a atenção na qualidade do ensino e da aprendizagem. (PARÂMETROS, 1997, p.17).

Além disso, o artigo 210 da Constituição Federal de 1988 determina que é dever do Estado estabelecer, em relação à educação, “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

Tendo em vista esse descompasso existente entre teoria e prática, o Ministério da Educação (MEC) tem elaborado e distribuído, desde 1995, materiais no intuito de assegurar esse direito, tais como os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

(RCNEI), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) entre outros documentos. Posteriormente, estabelecem-se as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica pelo Conselho Nacional de Educação (LIMA, 2007, p.5). E em meio a todo o esforço em concretizar esse compromisso com uma educação significativa e para todos, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394, de 20 de novembro de 1996.

Pode-se afirmar que a principal preocupação desta lei está ligada à diversidade e autonomia dos educandos, valorizando a interação e cooperação entre os mesmos e a sociedade, impulsionando a liberdade intelectual e a produção de novos saberes que abrem portas e janelas para o desenvolvimento de um cidadão pleno, ciente de seu papel na sociedade.

Tais características desta lei, essenciais para propor a real mudança dos moldes da educação escolar, vieram de grandes transformações necessárias para que o Estado assumisse sua responsabilidade de garantir a todos o acesso à Educação. Para compreender melhor a elaboração desta lei apresenta-se um breve histórico.

1.5.1 O surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 9.394/96)

O ensino fundamental no Brasil, até dezembro de 1996, estruturava-se pelas disposições da Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Esta lei estabeleceu diretrizes e bases para a Educação Nacional com o objetivo principal de “proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.” (PARÂMETROS, 1997, p.13). Essa condição era válida tanto para o primeiro grau (ensino fundamental obrigatório, constituído por oito anos de estudos), quanto para o segundo grau (atual ensino médio, não obrigatório).

A mesma lei previa que deveria haver uma base nacional comum para todos os currículos do ensino fundamental e médio e que esses currículos deveriam contemplar também particularidades locais do estabelecimento do ensino, bem como do público ao qual ele era direcionado.

Em 1990, o Brasil participa da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia. Esta conferência foi promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a

Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial, e resultou num consenso sobre a necessidade e empenho de universalizar a educação básica e de aumentar a oportunidade de aprendizagem para todas as pessoas, independente de idade, sexo, grupo social etc.

Consciente das precariedades do ensino nacional e do compromisso assumido internacionalmente, o Ministério da Educação e do Desporto elaborou o Plano Decenal de Educação Para Todos (1993-2003). Este plano tinha como objetivos o aumento da qualidade do ensino, compromisso com a igualdade, com uma base nacional de ensino e aprimoramento dos estabelecimentos escolares. Assim,

O Plano Decenal de Educação, em consonância com o que estabelece a Constituição de 1988, afirma a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

Nesse sentido, a leitura atenta do texto constitucional vigente mostra a ampliação das responsabilidades do poder público para com a educação de todos, ao mesmo tempo em que a Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996, priorizou o ensino fundamental, disciplinando a participação de Estados e Municípios no tocante ao financiamento desse nível de ensino. (PARÂMETROS, 1997, p.14)

Para tanto, fez-se necessária a elaboração de princípios norteadores para a organização dos currículos que nos termos do art. 9º, inciso IV, foi transferida para a União tal responsabilidade. Neste sentido, a LDB n. 9.394 de 20 de novembro de 1996, estabelece que:

[...] os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Tal medida tinha em vista garantir certa liberdade e flexibilidade de ação às unidades escolares, ao mesmo passo em que fornecia certas diretrizes para manutenção de uma base nacional para o currículo. Assim, o ensino proposto pela LDB tem como objetivo uma educação que promova:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (art. 32 apud PARÂMETROS, 1997, p.15).

Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais é um documento muito útil e importante. Segundo Gontijo e Gontijo, os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais nos anos 90 podem ser entendidos como uma resposta à necessidade de resolver o descompasso entre a fragmentação das disciplinas nos planejamentos escolares e a vida cotidiana dos educandos. Esperava-se que a sugestão da organização das disciplinas por temas oriundos do cotidiano poderia promover discussão e integração entre as disciplinas, o trabalho coletivo entre professores e em uma apreensão significativa do conhecimento por parte dos alunos. Dessa maneira, seria possível manter as disciplinas tradicionais do ensino, mas elas seriam perpassadas pelos temas transversais (GONTIJO; GONTIJO, 2004).

Além da proposta de interdisciplinaridade pautada no cotidiano dos estudantes, o artigo 26 da LDB ainda estabelece como obrigatório o ensino de ao menos uma língua estrangeira moderna, com início deste estudo a partir da quinta série do ensino fundamental. E os avanços e preocupações com as especificidades e características da educação em cada localização são contínuos, visto que o Brasil possui uma cultura heterogênea e diversificada em cada região:

b) *Valorizam as particularidades de cada tipo de ensino.* O artigo 28 da LDB prevê que nas áreas rurais pode haver uma flexibilização em relação aos conteúdos que devem ser aprendidos, a forma como eles serão ministrados e em relação ao calendário letivo para a realização das atividades, de acordo com as necessidades e características da comunidade escolar. Já no artigo 36, nós temos as disposições específicas para os currículos do ensino médio, em que é possível perceber uma valorização da iniciativa, da comunicação, da cidadania e da preparação para o trabalho. No que diz respeito à educação de jovens e adultos, o artigo 37 aponta que o currículo deve ser correspondente à base nacional comum.

c) *São marcados pela diversidade.* O artigo 33 da LDB manteve a posição da política educacional brasileira de permitir o ensino religioso nos horários normais da escola pública, mas prevê que a matrícula pode ser facultativa e que as preferências de pais e alunos devem ser respeitadas. No artigo 59, também é permitida a flexibilização do currículo para os alunos que possuem necessidades especiais. Ainda, nos artigos 78 e 79, a LDB aponta as disposições para a educação dos povos indígenas, nas quais são garantidas uma educação bilíngue e a preservação de sua cultura, ao mesmo passo em que também é garantido o direito aos conhecimentos das sociedades não-indígenas.

No entanto, quando se refere à educação a distância nota-se várias mudanças. Por exemplo, o artigo 80 das Disposições Transitórias da LDB 9394-96 consagra-a como um fato educacional, ou seja, consagra a educação a distância. Diz o referido artigo:

O Poder público incentivará o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§1 A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§2 A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registros de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§3 As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§4 A educação a distância gozará de tratamento diferenciado.

A educação a distância, nesse momento histórico, é mais um elemento de inclusão do educando no sistema de ensino. As palavras-chave preconizadas nesses novos tempos, permeados pela Nova LDB 9394/96 e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, são a permanência do aluno no processo de aprendizagem. A educação a distância é um instrumento pedagógico que pode ser utilizado em todos os níveis de ensino e em todas as modalidades: na educação formal e na educação não formal. É uma forma diferenciada de comunicação pedagógica, portanto coloca novos desafios às metodologias de ensino, subvertem os limites tradicionais da sala de aula, das fronteiras geográficas e nacionais. Nessa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, colocou-se a educação a distância de forma clara, detalhada, como nunca se havia feito, o que demonstra a necessidade de novas formulações teóricas sobre a educação a distância, com o domínio dessa nova linguagem ocupando um papel essencial dentro da educação e sociedade.

Por tratar-se de uma modalidade dentro de um cenário totalmente ligado às novas tecnologias, sabe-se que novas orientações e mudanças continuarão a existir, em especial em relação às novas regulamentações, no sentido de garantir a qualidade em sua aplicação. Conforme avança a tecnologia, haverá novas formas e modalidades educacionais, assim como novas regulamentações para responder e garantir uma EaD de excelência.

2 HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE FRANCA

2.1 A instituição de Ensino superior

A Associação Cultural e Educacional de Franca (ACEF S/A) foi fundada em 26 de janeiro de 1970, objetivando alcançar a formação nos níveis mais básicos até o aperfeiçoamento de recursos humanos para a docência, e constituir-se como centro de referência regional em Educação. Também foi garantido o funcionamento da Faculdade de Desenho e Plástica com o Curso de Licenciatura em Desenho e Plástica da ACEF S/A.

A ACEF S/A incorporou ainda, em 1975, a Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educação e Tecnologia de Franca, criada em 1972, onde eram oferecidos os cursos de Ciências (Licenciatura para o 1º grau), Desenho Industrial, Comunicação Visual, Pedagogia, Ciências Sociais, Matemática e Física, além de Cursos Técnicos em nível superior de curta duração nas áreas de Eletricidade (habilitação em Máquinas Elétricas e Transmissão e Distribuição de Energia), Construções (habilitação em Estradas e Pavimentação), Processamento de Dados (habilitação em Computação) e Produção Industrial (habilitação em Tecnologia de Couro e Calçados), de acordo com o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 2.963/75. Esse cenário, em especial os cursos tecnológicos, fez avançar o quadro do ensino superior na cidade, tendo sido criada, ainda nesse ano, a sigla UNIFRAN (União das Faculdades Francanas). PDI 2010 a 2014.

Houve em 1976 a homologação pelo Conselho Federal de Educação da transferência da Faculdade Francana de Filosofia, Ciências e Letras para a ACEF S/A – cursos de Letras e Ciências Sociais – por meio do Parecer nº 1.690/76.

A implantação da Universidade de Franca se deu a partir da aprovação da Carta de Intenções da ACEF S/A em 1992, quando a Unifran inicia seu processo de transição e implantação/reestruturação de diferentes cursos, além do lançamento de cursos novos, estes aprovados pelo Conselho Federal de Educação, com mais de 30.000 títulos. Houve ainda a inauguração da praça universitária, a institucionalização da pesquisa e serviços extensionistas, bem como a inauguração de um Laboratório de Línguas e a ampliação e modernização de todos os laboratórios da Unifran e das atividades de Pós-Graduação. Torna-se Universidade a partir da portaria nº 1.275, sob o parecer do CFE nº 615/94, datado de 25 de agosto de 1994.

A universidade abrange atualmente 55 cursos de Graduação, Pós-Graduação (lato e stricto sensu), quatro programas de mestrado (stricto sensu), 37 cursos de especialização (latu sensu). Na modalidade de Educação a Distância (EaD) 35 cursos são oferecidos – sete de

Graduação, sete de formação pedagógica docente e 21 de Pós-Graduação (especializações). Com 40 anos de atuação a Unifran pôde formar 35 mil profissionais.

Quadro 1 – Relação dos Cursos de Graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos).

CURSOS DE GRADUAÇÃO	ATO DE AUTORIZAÇÃO	ATO DE RECONHECIMENTO
Administração - Administração Geral - Comércio Exterior	Decreto Federal s/n. de 19/07/1993 (D.O.U. 20/07/93)	Portaria Ministerial nº 4.327/04 de 22/12/2004 (D.O.U. 23/12/04) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
Arquitetura e Urbanismo	Decreto Federal nº 84.939/80 de 21/07/1980 (D.O.U. 22/07/80)	Portaria Ministerial nº 11/85 de 17/01/1985 (D.O.U. 21/01/85)
Biomedicina	Decreto Federal nº 90.586/84 de 29/11/84 (D.O.U. 30/11/84)	Portaria Ministerial nº 1145/2001 de 11/06/2001 (DOU 13/06/2001) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
Ciência da Computação	Resolução CONSUV nº 01/94 de 31/08/94	Portaria Ministerial nº 3.244/05 de 21/09/2005 (D.O.U. 23/09/05) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
Ciências Biológicas - Licenciatura Plena - Bacharelado	Decreto Federal nº 90.586/84 de 29/11/84 (D.O.U. 30/11/84)	Portaria Ministerial nº 143/87 de 11/03/1987 (D.O.U.12/03/87) c/c Portaria Ministerial nº 1.578/93 de 09/11/93 (D.O.U. 10/11/93)
Ciências Contábeis	Decreto Federal s/n. de 19/07/1993 (D.O.U. 20/07/93)	Portaria Ministerial nº 4.327/04 de 22/12/2004 (D.O.U. 23/12/04) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
Comunicação Social - Jornalismo - Publicidade e Propaganda	Resolução CONSUV nº 01/94 de 31/08/94	Portaria Ministerial nº 4.327/04 de 22/12/2004 (D.O.U. 23/12/04) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
Design - Design Gráfico - Design do Produto	Decreto Federal nº 70.373/72 de 06/04/72 (DOU 07/04/72)	Decreto Federal nº 79.489/77 de 13/04/1977 (DOU 14/04/77)
- Design em Moda	Resolução CONSUV nº 05/2001 de 25/08/2001	Portaria Ministerial nº 52 de 26/05/2006 (DOU 29/05/2006)
Direito	Resolução CONSUV nº 01/94 de 31/08/94	Portaria Ministerial nº 1.322/06 de 17/07/2006 (D.O.U.

		18/07/2006)
Educação Artística - Artes Plásticas	Decreto Federal nº 72.839/73 de 25/09/73 (D.O.U. 26/09/73)	Decreto Federal nº 79.489/77 de 13/04/1977 (D.O.U. 14/04/77)
Educação Física - Licenciatura Plena - Bacharelado	Resolução CONSUV nº 01/94 de 31/08/94	Portaria Ministerial nº 775/08 de 07/11/08 (D.O.U. 10/11/08)
Enfermagem	Resolução CONSUV nº 10/2003 de 18/08/2003	Portaria nº 1414, de 21/09/2009 (DOU 23/09/2009)
Engenharia de Alimentos	Resolução CONSUV nº 08/2009 de 14/09/2009	Curso novo - início em 2010
Engenharia Civil	Resolução CONSUV nº 01/94 de 31/08/94	Portaria Ministerial nº 929/2001 de 17/05/2001 (DOU 21/05/2001) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
Engenharia de Produção	Resolução CONSUV nº 01/94 de 31/08/94	Portaria Ministerial nº 929/2001 de 17/05/2001 (DOU 21/05/2001) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
Engenharia Elétrica	Resolução CONSUV nº 04/08 de 10/09/2008	Solicitar processo entre JUL/2011 a DEZ/2011 (art. 35 do Decreto nº 5773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
Engenharia Mecânica	Resolução CONSUV nº 04/08 de 10/09/2008	Solicitar processo entre JUL/2011 a DEZ/2011 (art. 35 do Decreto nº 5773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 2007)
Engenharia Química	Resolução CONSUV nº 01/94 de 31/08/94	Portaria Ministerial nº 3.144/05 de 13/09/05 (D.O.U. 14/09/05) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
Farmácia	Resolução CONSUV nº 04/99 de 09/08/99	Portaria Ministerial nº 775/08 de 07/11/08 (D.O.U. 10/11/08)
Física - Licenciatura	Decreto Federal nº 70.373/72 de 06/04/72 Resolução CONSUV nº 08/2009 de 14/09/2009	Decreto Federal nº 78.467/76 de 27/09/76
Fisioterapia	Resolução CONSUV nº 01/97 de 14/01/97	Portaria Ministerial nº 775/08 de 07/11/08 (D.O.U. 10/11/08)
Fonoaudiologia	Decreto Federal nº 94.324/87 de 12/05/87 (D.O.U. 13/05/87)	Portaria Ministerial nº 2.095/91 de 08/11/91 (D.O.U. 11/11/91)
Geografia - Licenciatura	DECRETO FEDERAL 79547/77, de	Portaria Ministerial 382/87 de 16/07/87 (D.O.U. 17/07/87) c/c

	19/04/1977	Portaria 1578/93 de 09/11/93 (D.O.U. 10/11/1993)
História - Licenciatura	Resolução CONSUV nº 16/05 de 08/07/2005	Portaria Ministerial nº 624, de 27/04/2009 (D.O.U. 28/04/2009)
Letras: - Licenciatura Plena: - Português/Literatura - Português/Inglês	Decreto Federal nº 71.927/73 de 19/03/73 (D.O.U. 20/03/73)	Decreto Federal nº 79.547/77 de 19/04/77 (D.O.U. 20/04/77)
- Português/Espanhol	Resolução CONSUV nº 04/99 de 09/08/1999	Portaria Ministerial nº 3.945/03 de 18/12/2003 (D.O.U. 23/12/03) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
- Tradutor e Intérprete	Decreto Federal nº 71.927/73 de 19/03/73 (D.O. 20/03/73)	Portaria Ministerial nº 3.799/04 de 17/11/2004 (D.O.U. 18/11/04)
Matemática - Licenciatura Plena	Decreto Federal nº 70.373/72 de 06/04/72 (D.O.U. 07/04/72)	Decreto Federal nº 78.467/76 de 27/09/76 (D.O.U. 28/09/76)
Medicina Veterinária	Resolução CONSUV nº 03/97 de 10/03/1997	Portaria Ministerial nº 775/08 de 07/11/08 (D.O.U. 10/11/08)
Nutrição	Resolução CONSUV nº 05/2001 de 25/08/2001	Portaria Ministerial nº 775/08 de 07/11/08 (D.O.U. 10/11/08)
Odontologia	Resolução CONSUV nº 01/97 de 14/01/97	Portaria Ministerial nº 1.325/06 de 17/07/2006 (D.O.U. 18/07/2006)
Pedagogia - Administração Escolar - Magistério das Matérias Pedagógicas - Orientação Educacional - Educação de Excepcionais/Deficiente Mental	Decreto Federal nº 70.373/72 de 06/04/72 (D.O.U. 07/04/72)	Decreto Federal nº 79.547/77 de 19/04/1977 (D.O.U. 20/04/77)
- Magistério da Educação Infantil - Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Resolução CONSUV nº 05/2002 de 06/09/2002	Portaria Ministerial nº 3.540/2005, de 17/10/2005 (D.O.U. 18/10/05) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
- Supervisão Escolar	Decreto Federal nº 70.373/72 de 06/04/72 (D.O.U. 07/04/72)	
Pedagogia * (novas diretrizes)	Decreto Federal nº 70.373/72 de 06/04/72 (D.O.U. 07/04/72)	Decreto Federal nº 79.547/77 de 19/04/1977 (D.O.U. 20/04/77)
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes (Física, Química, Biologia, Ed. Artística, Matemática, Português e Geografia)	Resolução CONSUV nº 03/98 de 20/02/1998	Portaria Ministerial nº 2671/2001, de 07/12/2001 (DOU 10/12/2001) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
Psicologia	Decreto Federal nº	Portaria Ministerial nº 271/92 de

- Formação de Psicólogo	94.880/87 de 16/09/87 (D.O.U. 17/09/87)	11/02/1992 (D.O.U. 12/02/92)
Química - Licenciatura Plena - Bacharelado	Decreto Federal nº 90.586/84 de 29/11/84 (D.O.U. 30/11/84)	Portaria Ministerial nº 143/87 de 11/03/1987 (D.O.U.12/03/87) c/c Portaria Ministerial nº 1.578/93 de 09/11/93
Sistemas de Informação	Resolução CONSUV nº 04/99 de 09/08/1999	Portaria Ministerial nº 3.799/04 de 17/11/2004 (D.O.U. 18/11/2004) c/c Portaria Ministerial nº 2.413/05 de 07/07/2005 (D.O.U. 08/07/2005)
Terapia Ocupacional	Resolução CONSUV nº 08/2009 de 14/09/2009	Curso novo - início em 2010
Turismo	Resolução CONSUV nº 04/99 de 09/08/1999	Portaria Ministerial nº 3.799/04 de 17/11/2004 (D.O.U. 18/11/2004)
Tecnologia em Agronegócios	Resolução CONSUV nº 06/07, de 14/07/2007	E-mec Processo nº 200913770
Tecnologia em Comércio Exterior	Resolução CONSUV nº 06/07, de 14/07/2007	E-mec Processo nº 200907650
Tecnologia em Estética e Cosmética	Resolução CONSUV nº 06/07, de 14/07/2007.	E-mec Processo nº 200907653
Tecnologia em Gastronomia	Resolução CONSUV nº 06/07, de 14/07/2007	E-mec Processo nº 200907654
Tecnologia em Gestão Ambiental	Resolução CONSUV nº 06/07, de 14/07/2007	E-mec Processo nº 200907662
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Resolução CONSUV nº 06/07, de 14/07/2007	E-mec Processo nº 200907652
Tecnologia em Gestão Financeira	Resolução CONSUV nº 06/07, de 14/07/2007	E-mec Processo nº 200907651
Tecnologia em Jogos Digitais	Resolução CONSUV nº 08/2009 de 14/09/2009	Curso novo - início em 2010
Tecnologia em Manutenção Industrial (antiga Eletromecânica)	Resolução CONSUV nº 17/05, de 08/07/05 c/c Resolução CONSUV nº 13/06, de 25/10/06	Portaria Normativa nº 40 de 12/12/07 (D.O.U. nº 13/12/07)
Tecnologia em Marketing	Resolução CONSUV nº 06/07, de 14/07/2007	E-mec Processo nº 200907655
Tecnologia em Mecatrônica Industrial (antiga Mecatrônica)	Resolução CONSUV nº 05/04 de 06/08/04 c/c Resolução CONSUV nº 13/06, de 25/10/06	Portaria Ministerial nº 410 de 04/09/08 (D.O.U. 05/09/2008)
Tecnologia em Produção Multimídia	Resolução CONSUV nº 04/2008 de 10/09/2008	Curso novo - início em 2010
Tecnologia em Produção Sucroalcooleira	Resolução CONSUV nº 06/07, de 14/07/2007	E-mec Processo nº 200913771
Tecnologia em Radiologia	Resolução CONSUV nº 05/02 de 06/09/02	Portaria Ministerial nº 91 de 10/10/06 (D.O.U. 13/10/2006)
Tecnologia em Sistemas de	Resolução CONSUV nº	Portaria Ministerial nº 98 de

Telecomunicações	05/02 de 06/09/02	10/10/06 (D.O.U. 13/10/2006)
------------------	-------------------	------------------------------

Quadro 2 – Relação dos Cursos de Graduação a Distância (bacharelado e licenciatura)

CURSOS DE GRADUAÇÃO EaD	ATO DE AUTORIZAÇÃO	ATO DE RECONHECIMENTO
Administração (Bacharelado)	Resolução CONSUV nº 03/2007 de 04/04/2007	E-mec Processo nº 200913776
Ciências Contábeis (Bacharelado)	Resolução CONSUV nº 03/2007 de 04/04/2007	E-mec Processo nº 200913775
Filosofia (Licenciatura)	Resolução CONSUV nº 03/2007 de 04/04/2007	E-mec Processo nº 200907650
Geografia (Licenciatura)	Resolução CONSUV nº 03/2007 de 04/04/2007	E-mec Processo nº 200907656
História (Licenciatura)	Resolução CONSUV nº 03/2007 de 04/04/2007	E-mec Processo nº 200907657
Letras-Português e Literaturas (Licenciatura)	Resolução CONSUV nº 03/2007 de 04/04/2007	E-mec Processo nº 200907658
Letras-Português, Espanhol e Literaturas (Licenciatura)	Resolução CONSUV nº 03/2007 de 04/04/2007	E-mec Processo nº 200907660
Letras-Português, Inglês e Literaturas (Licenciatura)	Resolução CONSUV nº 03/2007 de 04/04/2007	E-mec Processo nº 200907659
Pedagogia	Resolução CONSUV nº 12/06 de 07/08/2006	E-mec Processo nº 200813732
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes: - Língua Portuguesa - História - Matemática - Química - Física - Biologia	Resolução CONSUV nº 01/2009, de 14/01/2009	E-mec Processo: Língua Port.: 200912577 História: 200912722 Matemática: 200912684 Química: 200912717 Física: 200912678 Biologia: 200912672

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como o Plano de Desenvolvimento Pedagógico foram elaborados em 1994, apontando sucesso gradativo em seus objetivos. Até a presente data, quando foram analisados os projetos propostos nos PDIs subsequentes, as metas foram sendo logradas com êxito, fato que cabe destaque e registro.

O Campus enquanto espaço físico foi sendo estruturado, com o aproveitamento de mais da metade da área, conforme indica a figura 1.

Figura 1 – Vista Aérea da Universidade de Franca (contorno em vermelho).



Fonte: Google Earth, 2009.

Um prédio novo foi inaugurado no ano de 1997, com 30 salas de aula que atenderiam por volta de 2800 alunos, junto à demanda dos cursos de Comércio Exterior, Direito, Administração e Ciências Contábeis.

Destaca-se ainda questões como a implantação do curso de Biomedicina, a reestruturação e ampliação dos laboratórios, a otimização do atendimento no Centro Discente de Informática, a implantação da Coordenadoria de Iniciação Científica (IC), a instalação da Biblioteca Setorial, a informatização do controle de frequência de alunos, informações da Secretaria e pessoal técnico/acadêmico/administrativo, a triplicação e otimização de prestação de serviços à comunidade, incremento da Pós-Graduação (especialização), implantação de Clínica Pedagógica, curso de Odontologia e Fisioterapia, reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Tradutor/Intérprete, implantação da Coordenação de Pesquisa e arrendamento da casa do artista plástico Bonaventura Cariolato, com a fundação da Casa da Cultura e da Academia Francana de Letras.

Deu-se, no ano de 1998, a implantação do curso de Medicina Veterinária, assim como a reformulação do departamento e contratação de cerca de 130 novos docentes, correspondente ao crescimento de 30% do quadro do setor na Universidade. Nesse momento era atingida a marca dos 6.000 discentes.

O crescimento da universidade impulsiona obras no entorno, como podemos notar a construção do anel rodoviário e a quadruplicação em frente à extensão do Campus, ao tempo em que era construído novo bloco com 36 salas de aula, do Pavilhão de Laboratórios, Clínica de Odontologia e Fisioterapia (vide figura 2).

Figura 2 – *Vista Parcial da Universidade de Franca (Fisioterapia e Odontologia).*



Fonte: Projetos, 2009.

Pode-se registrar ainda a ampliação e otimização das clínicas de Fonoaudiologia, Psicologia e Pedagogia, a melhoria das atividades de Pesquisa, atualização de currículos e programas da Graduação, início dos cursos *stricto sensu* (mestrado nas áreas de Direito e Educação), aumento de 18% das atividades extensionistas, implantação de nova metodologia e critérios para a avaliação institucional e implantação da Coordenadoria de Informática. Os cursos citados sofreram ampliação e otimização em 1999. No mesmo ano foram inauguradas as obras do anel rodoviário e a quadruplicação da rodovia.

Houve avanço nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e eventos artístico-culturais a partir da reestruturação organizacional e funcional das coordenadorias de cursos de Graduação. O número de matrículas na Graduação e Pós-Graduação atingiu o número de 8.000 e instigou a implantação da política de dossiê de curso, de portfólios de Coordenação de Curso de Graduação, com estímulo à mudança organizacional e funcional da Coordenadoria

de Pesquisa, o que implicou na otimização de procedimentos e implementação de uma cultura nova de pesquisa em conjunto com os docentes da casa.

Ademais, houve a constatação da efetividade das atividades de extensão e a atividade dos programas de Pós-Graduação em nível de especialização *latu sensu* – 20 cursos – e mestrado em Educação e Direito. Ao mesmo tempo foi verificada a inauguração de um bloco novo com 36 salas de aula, começo da construção do Hospital Veterinário, inovação do processo seletivo para o ingresso de alunos na Graduação, via histórico escolar, de acordo com as diretrizes da LDB, reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade, reformas e construção de prédio administrativo, início de obras do complexo poliesportivo para o curso de Educação Física, construção de nova sala de professores, nova praça de sociabilidade e setor alimentício, bem como a consolidação da oficina de manutenção, responsável pelo funcionamento e preservação dos recursos de multimeios didáticos da Universidade.

No que diz respeito à infraestrutura, deu-se a ampliação do estacionamento, com divisões para funcionários, professores, alunos e reitoria, construção de guaridas para o mesmo e adaptação de analógico para digital do sistema central de telefonia. Houve ainda a construção de um auditório para Júri simulado, criação de uma Biblioteca setorial para a área de Saúde, lavanderia, refeitório e vestiário, com sanitários para funcionários da manutenção.

A clínica de Fisioterapia foi implantada em 2000, com a inauguração do Hospital Veterinário e a implantação de serviços novos, a inauguração do complexo poliesportivo do Campus I, a inauguração dos laboratórios de Comunicação Social, a implantação dos laboratórios novos de Línguas e das Engenharias Química, Civil e de Produção.

Com a inauguração do salão de Júri do curso de Direito, aconteceram as primeiras defesas de dissertação de mestrado em Educação e Direito. Houve ainda a implantação do curso de Mestrado na área da saúde.

A divulgação da primeira avaliação institucional da Universidade de Franca aponta a aplicação das alternativas de superação para a melhoria de ensino e dos recursos para a infraestrutura. Passou de 8.000 o número de matriculados na Graduação e Pós-Graduação. Ainda nesse contexto, o término das construções e reformas nos prédios administrativos, a implementação do sistema de Convenio com o Sistema Único de Saúde (SUS) para a Odontologia e Fisioterapia, o reconhecimento dos cursos de Jornalismo, Direito, Educação Física e Publicidade. Foram reconhecidos e recomendados pela CAPES os cursos de mestrado

em Direito Público, Direito Privado e Ciências e Práticas Educativas. Além disso, a instalação dos Laboratórios de Pesquisas e Estudos Ambientais e de Química e a implantação de cursos de Graduação em Turismo, Farmácia e Habilitação em Espanhol. Ademais, houve o retorno da oferta do curso de Graduação em Artes Plásticas e a criação da Associação de Ecologia e Pesquisa da Unifran (Ecofran) (vide figura 3).

Figura 3 – Vista Parcial da Universidade de Franca (Bloco Bordô e Clínica de Odontologia)



Fonte: Projetos, 2009.

Partindo das realizações apontadas, diversas outras foram acontecendo e resultaram no momento atual, qual seja, na constituição dos seguintes aspectos qualitativos, construídos com o tempo:

Infraestrutura Física

Área total: 253 mil m².

Área construída: 130 mil m².

Área de clínicas e laboratórios: 10 mil m².

Área para práticas esportivas: 25 mil m².

Área verde e de convivência: 52 mil m².

Recursos Humanos

Corpo Docente: 64% de mestres e doutores.

Professores: 506.

Funcionários Técnico-Administrativos: 441.

Estagiários: 82.

Cursos Oferecidos

Graduação: 55.

31 Bacharelados.

10 Licenciaturas.

14 Tecnológicos.

Pós-Graduação: 42.

1 Programa de Doutorado (*stricto sensu*).

4 Programas de Mestrado (*stricto sensu*).

37 Cursos de Especialização (*lato sensu*).

Educação a Distância: 35.

7 Cursos de Graduação.

7 Cursos de Formação Pedagógica de Docentes.

21 Cursos de Pós-Graduação (*lato sensu*).

Outras Informações

- A Unifran, nos seus 40 anos de tradição, formou mais de 35 mil profissionais;
 - pessoas beneficiadas por ações comunitárias e projetos sociais: 20 mil/ano;
 - pessoas atendidas nas clínicas: 30 mil/ano;
 - pessoas que participaram das atividades de extensão: 12 mil/ano;
 - pessoas atendidas no ambulatório médico: 5 mil/ano;
 - pessoas atendidas em projetos de extensão – núcleos de cursos, laboratórios, campanhas e projetos sociais: 4 mil/ano;
 - alunos atendidos no Programa de Apoio ao Aluno - 21 mil/ano;
 - alunos atendidos no Núcleo de Orientação Profissional: 1.800/ano;
 - alunos atendidos pelos convênios com prefeituras e associações: 3 mil/ano;
- Prefeituras conveniadas: bolsas de estudo parciais: 21;
- associações de estudantes conveniadas: bolsas de estudo parciais: 13;
 - o *Campus* é atendido por rede *wireless*;
 - a Unifran possui mais de 1.600 pontos de rede de Internet;

- os laboratórios são interligados em rede, com acesso à Internet;
- computadores distribuídos pelo *Campus*: 1.265;
- bolsas ProUni: 2.483 alunos beneficiados de 2005 até 2009;
- bolsas FIES: mais de 6.500 alunos beneficiados desde 1998.

Pós-Graduação Stricto sensu

Programa de Doutorado:

- Ciências.

Programas de Mestrado:

- Promoção de Saúde.
- Ciências.
- Linguística.
- Medicina Veterinária de Pequenos Animais.

Pós-Graduação Lato sensu

Cursos de Especialização Presenciais:

- Administração Financeira – ênfase em mercado de capitais.
- Análises Clínicas.
- Audiologia e Motricidade Orofacial.
- Ciências Ambientais – ênfase em gestão ambiental.
- Citologia Esfoliativa.
- Controladoria, Auditoria e Perícia Contábil.
- Direito Corporativo: estratégias societárias, trabalhistas e contratuais.
- Direito Penal: crimes tributários, ambientais e contra a administração pública.
- Educação Física Escolar.
- Educação Infantil e Alfabetização.
- Endodontia.
- Enfermagem Obstétrica.
- Estudos Linguísticos: texto e discurso.
- Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica.
- Fisioterapia Cardiorrespiratória.
- Fisioterapia Dermatofuncional.
- Fisioterapia em Geriatria.

- Fisioterapia em Neurologia.
- Fisioterapia Traumato-Desportiva.
- Gestão Estratégica de Negócios – ênfase em *marketing* e vendas.
- Língua Inglesa.
- Língua Portuguesa e Literatura.
- Matemática e Educação Matemática.
- Ortodontia.
- Psicanálise: teoria e prática – uma visão contemporânea.
- Psicologia Organizacional.
- Redes de Computadores e Internet.
- Saúde Pública.
- Teatro, Música e Dança para Educadores.
- Técnicas de Análises em Química – ênfase em açúcar e álcool.
- Terapia Nutricional.
- Formação de Gestores em Políticas Públicas (Peruíbe).
- As Relações Interpessoais na Escola e a Formação Moral da Criança (Campinas).
- As Relações Interpessoais na Escola e a Formação Moral da Criança (São Paulo).
- As Relações Interpessoais na Escola e a Formação Moral da Criança (Valinhos).
- Gestão Estratégica de Negócios – ênfase em *marketing* e vendas (Ribeirão Preto).
- Fundamentos do Ensino da Matemática (São Paulo).

Pós-Graduação Especialização a Distância (EaD)

Área de Exatas e Tecnológicas:

- A Internet e a nova T.I.
- Administração em Recursos de Dados.
- Comunicação e Transmissão de Dados.
- Segurança e Controle da Informação.

Área de Ciências Humanas e Artes:

- Educação Aplicada à Saúde.
- Educação a Distância.
- Educação Empresarial.
- Educação e Processo Grupal.
- Psicopedagogia.

Área de Ciências Sociais Aplicadas:

- Administração em Finanças.
- Administração em Marketing.
- Administração em Recursos Humanos.
- Administração Hospitalar.
- Comércio Exterior.

Área de Ciências Jurídicas:

- Direito Civil e Processo Civil.
- Direito Empresarial.
- Direito Público.
- Direito Tributário e Processual Tributário.
- MBA.

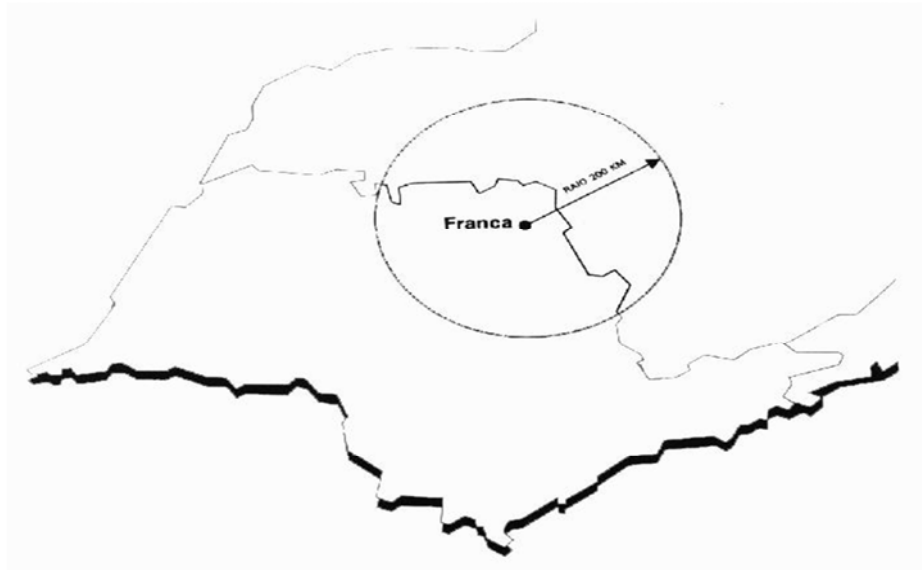
Área de Ciências Biológicas e Saúde (apenas no polo Unifran):

- Homeopatia.
- Terapias Vibracionais.

2.1.2 Inserção na região e responsabilidade social

Em razão do caráter regional do ensino superior proposto, o que resultaria, possivelmente, em fluxo migratório, a variável correspondente só poderia ser avaliada em termos regionais. Tendo surgido em Franca-SP como um elo entre os municípios do entorno, inclusive algumas cidades de Minas Gerais, em um raio de mais de 200 km e abrangendo cidades de todo o Nordeste Paulista e sul Mineiro (algo perto de 100 municípios e 1,8 milhão de pessoas), a ACEF S/A e a Unifran situam-se justamente na região limítrofe com o sul do estado de Minas Gerais, no Nordeste Paulista. (vide mapas de 1 a 4)

Mapa 1 - Raio de Abrangência Geográfica do Município de Franca.



Fonte: IBGE, 2009.

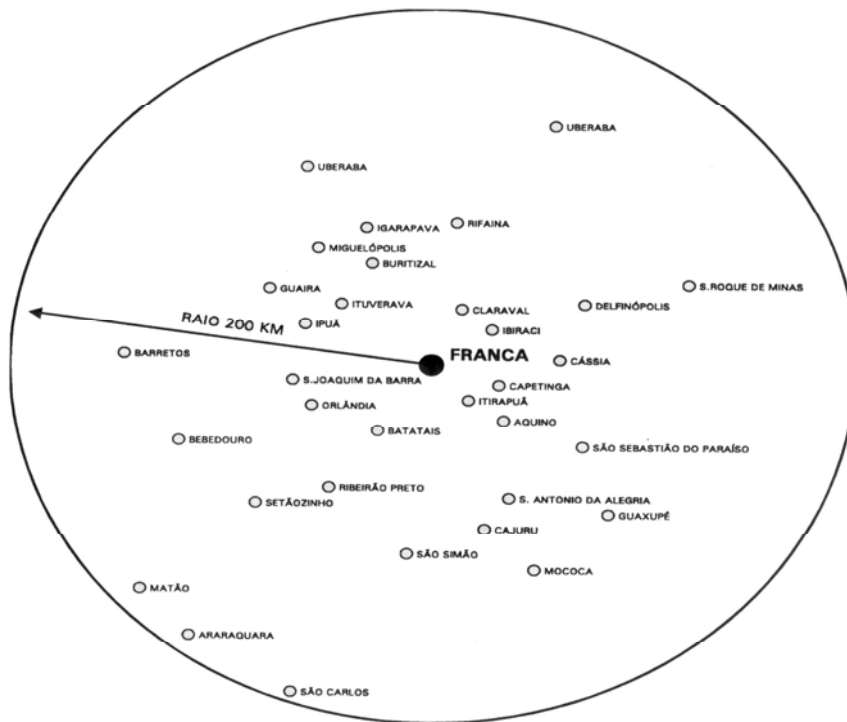
Formada por 17 municípios, a microrregião de Franca constitui-se em uma das 42 unidades administrativas paulistas, conforme Decreto nº 22.593 de 22 de agosto de 1984 (vide mapas 2 e 3).

Mapa 2 - Demonstrativo da Delimitação Geográfica da Região de Abrangência do Município de Franca.



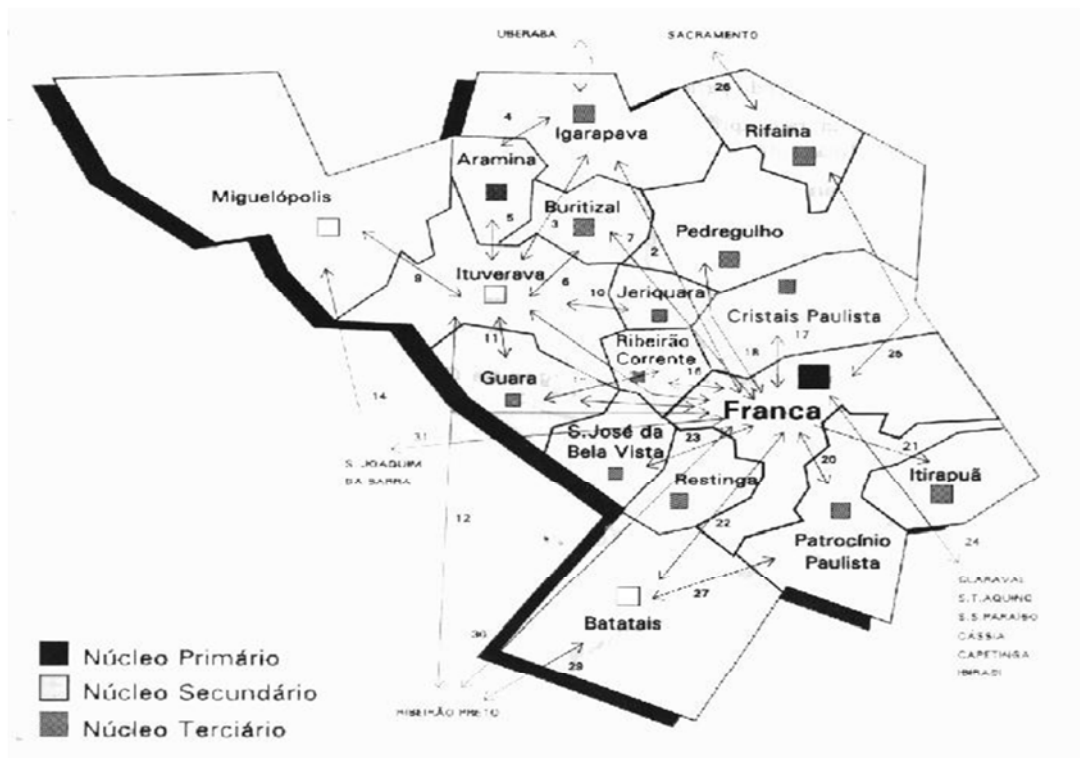
Fonte: IBGE, 2009.

Mapa 3 - Demonstrativo da Localização dos Municípios da Área de Abrangência de Franca.



Fonte: IBGE, 2009.

Mapa 4 - Demonstrativo da Dinâmica Urbana Regional.



Fonte: IBGE, 2009.

É possível afirmar que a região é dividida em três núcleos urbanos de importância (Mapa 4):

Núcleo primário: correspondente a Franca, município sede da região administrativa, cuja economia é complexa e bem atendida no setor de serviços de infraestrutura urbana, possuindo maior concentração demográfica e maior produção econômica.

Núcleo secundário: envolve os municípios de Ituverava, Batatais e Miguelópolis, todos com um desenvolvimento satisfatório, embora não apresentem a complexidade e envergadura de Franca. Há forte atuação no setor agropecuário, entretanto se constata urbanização acelerada no espaço citadino.

Núcleo terciário: fazem parte deste núcleo os municípios de Aramina, Ribeirão Corrente, Guará, Buritizal, Cristais Paulista, Igarapava, Jeriquara, Itirapuã, Pedregulho, Cristais Paulista e São José da Bela Vista. Possuem expressiva concentração no setor primário de suas economias e pequenos índices de desenvolvimento urbano.

Através da malha viária é possível acessar facilmente o Sul e Sudeste do estado de Minas Gerais, assim como diferentes localidades no Oeste e Sul paulista. As rodovias e estradas vicinais interligam toda a região.

Foi revelado pelos dados do Censo 2009 que a população gira em torno de 800 mil habitantes, sendo que 350 mil estão concentrados nas zonas urbana e rural de Franca. A região possui 50 mil matrículas em escolas de ensino fundamental e 16 mil de ensino médio. A cidade comporta quatro instituições de ensino superior, sendo três públicas – uma estadual e duas municipais. Há cerca de 160 estabelecimentos de ensino fundamental – 120 públicos e 40 particulares; 70 de ensino médio – 50 públicos e 20 particulares – e quatro de ensino superior.

Na região, as atividades econômicas que mais repercutem em nível nacional são o café, a indústria calçadista, a mineração e a pecuária. Franca é um dos três principais centros de lapidação de diamantes do país, ao lado de Cuiabá e Petrópolis. Há também um amplo leque de segmentos na área de indústria de transformação, como a curtumeira, química, fundições, derivados da borracha, material elétrico, móveis, máquinas e mecânicas; assim como no segmento de bens de consumo não duráveis, quais sejam, alimentos, doces, bebidas, calçados e vestuário.

Destaca-se dois setores de maior importância na economia de Franca, a industrial e a de serviços, totalizando um peso de cerca de 99% , com crescimento médio anual de 15%

(aproximadamente R\$4 bilhões) entre 2000 e 2008 do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente à U\$2 bilhões correntes. É de U\$9 mil a renda *per capita*, de acordo com dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), sendo que mais de 150 mil pessoas possuem emprego formal. A mão de obra ativa da cidade tem seus 20% contabilizados no setor público. Dentre o setor produtivo – principais setores da indústria de transformação – encontramos em destaque a cadeia de produção calçadista, bem como parte da cadeia produtiva da indústria da construção civil e segmento alimentício. Em relação às atividades públicas, o município possui infraestrutura nas áreas de Urbanismo, Transporte, Saúde e Patrimônio Histórico, contando com recursos originários da arrecadação municipal direta, de montante importante advindo do Fundo de Participação dos Municípios e do Imposto Territorial Rural – aproximadamente 14.400 propriedades.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), até 2008 a região de Franca possuía 408 empresas, sendo 12 micros, 302 pequenas, 81 médias e 13 grandes. Segundo o Censo 2010 a região conta com 3.032 firmas no setor comercial, sendo 302 atuantes no mercado atacadista e 2.730 no varejista. O setor emprega um número grande de pessoas, além dos freelances e trabalhadores temporários. A região apresenta desenvolvimento comercial interno e externo sólidos, assim como um crescimento importante na prestação de serviços. Há exportação de borracha, calçados, leite e derivados, couro, máquinas, soja, café, entre outros.

A partir do que foi apresentado, nota-se que a atividade humana em Franca e em sua área de influência e mercado se insere nos mais diferentes segmentos em que houve avanço e inovações tecnológicas. Há ainda um sistema universitário de ensino na região que oferece cursos nas áreas de Exatas/Tecnológicas, Sociais Aplicadas e Jurídicas, Biológicas/Saúde, Humanas e Artes, para que atenda às demandas do mercado no sentido de colocar a região na linha de frente dos avanços científicos e do pensamento humano.

É fundamental, nesse sentido, o lugar ocupado pela formação de educadores, o emprego de profissionais habilitados em todos esses sistemas socioeconômicos e a atividade de pesquisadores, o que coloca em movimento os profissionais e o mercado a partir da prática de Ensino, Pesquisa, Extensão, prestação de serviços à comunidade, preservação e fomento às atividades culturais.

Desde o início do exercício de avaliação institucional, a Universidade de Franca constatou que era inadequado realizar apenas uma análise interna para a previsão de mudanças e orientação realista da instituição. Era preciso, além da análise quantitativa e

qualitativa dos elementos internos, que o serviço de informação fosse inserido na equipe de avaliação, e passou a levar em consideração variáveis externas de tipo socioeconômico, cultural e político. Através de análise externa busca-se identificar forças e tendências que possam influenciar na sociedade e na cultura do futuro. O exercício é complexo e não cabe só gerar prognósticos apenas baseados no peso do passado, mas de, levando em conta a importância dos determinismos do passado e do confronto com os projetos atuais, adotar um cenário possível. É preciso ter em vista, ainda, a condição humana e as determinações como possíveis interventoras dos rumos e das tendências desse projeto.

Pode-se encontrar as forças e tendências – como força sociocultural – nas dimensões macro e micro, oriundas do mundo nacional e internacional ou dos meios regional e local. Podemos encontrar incidências da primeira em nossa instituição de ensino. Visando manter uma alta atividade em nível sociocultural, podendo intervir em círculos e programas, participa de congressos nacionais e internacionais, mantém atualizada a correspondência com demais instituições, assim como sua literatura de consulta, acata orientações de consultorias especializadas. A partir desse conjunto de ações redireciona os programas de Graduação e Pós-Graduação, reorganiza o acervo bibliográfico, capacita docentes, discute em sala de aula estudos de caso, evita a avaliação da aprendizagem puramente mnemônica de estímulo à concatenação de ideias e incentiva o exercício de busca a alternativas de superação em face da real demanda cotidiana no campo de trabalho e na área cultural.

Nesse sentido, Extensão, Pesquisa e Ensino devem se associar em busca da promoção e preservação de valores culturais, locais e regionais – além da produção e transmissão de conhecimento-, e de um amplo leque de prestação de serviços à comunidade, visando tornar-se referência regional e francana no que diz respeito ao Ensino e à Cultura, buscando o bem estar coletivo e o avanço no sentido de uma sociedade mais justa.

O mundo capitalista em crise, junto às dificuldades colocadas pelo neoliberalismo e a fragmentação do império soviético deixam claro a vivência de uma sociedade com novas propostas, cujo recurso básico não terá mais como base o capital ou a mão de obra e os recursos naturais, mas o **conhecimento**. A importância econômica, política e social, bem como a soberania nacional serão garantidas pela geração que souber gerir o conhecimento e a forma como o fizer.

As Universidades são, hoje, o epicentro de onde este conhecimento emana. Não se trata apenas da função transmissora de conhecimento que esta deve exercer. É comprometida também, como instituição de ensino superior, com a prestação de serviços à comunidade e

vida cultural da mesma e à Pesquisa, sendo ao mesmo tempo importante à região e ao país. A solidariedade e a sensibilidade ao seu povo e aos seus anseios são fundamentais, sendo necessário retrata-los através de seu perfil coletivo.

2.1.3 As instalações

A Unifran está edificada em um ambiente de excelência em seus sistemas organizacional e estratégico para o controle e orientação perenes das políticas acadêmicas e administrativas. A institucionalização do processo de educação se dá através de projetos políticos e filosóficos, cuja compreensão vai além do âmbito da racionalidade científica, envolvendo apreciações valorativas nos campos da ética, da afetividade e da lógica, fundamentando o ensino em todas as áreas do conhecimento humano.

Os indivíduos com variados graus de interesses e habilidades são formados por diversas instituições de ensino fundamental e médio pelo país, fazendo com que salas de aula das Universidades se mostrem enormemente heterogêneas. À Universidade cabe compreender o perfil do aluno e elaborar um programa de ensino capaz de superar as limitações. Cabe à Universidade, ainda, a motivação do aluno e o incentivo ao espírito crítico e ao desenvolvimento cultural, sendo oferecidos pela via de um ensino de qualidade. A Universidade deve ter como foco – além de se constituir como um centro de Ensino – o comprometimento com a realização de pesquisas básicas e aplicadas, estando aberta às comunidades onde está inserida. A busca incessante pelos resultados nas pesquisas, objetivando o desenvolvimento científico e tecnológico, deve coroar o conhecimento como vértice de filosofia de ensino que não se baseia apenas nos livros.

Na relação com a comunidade, através do oferecimento de serviços e na aplicabilidade destes e em sua atuação, a Universidade cumpre o papel de agente modificador do meio social no qual se encontra inserida, pelo questionamento de hábitos, costumes, rotinas e cultura. A Universidade de Franca vem enfrentando os desafios apresentados ao integrar-se ao processo global de transformação da sociedade, mediante sua estrutura e funcionamento como Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão e sua função social.

Considera-se a Unifran como uma cidade pequena, onde são oferecidos, além das instalações apropriadas às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, praticamente todos os bens e serviços de apoio que oferecem mais qualidade de vida para o estudante. Trata-se de

dar segurança aos pais e oferecer facilidades aos alunos, visto que muitos jovens vêm de outras cidades e estão saindo da casa dos pais pela primeira vez.

Os blocos comportam uma estrutura própria para um lanche rápido, e a Praça de Alimentação Central possui opções variadas de refeição. Praças arborizadas e sorveteria são locais agradáveis para a sociabilidade de quem vivencia o espaço. Diversas modalidades de esporte também podem ser praticadas por toda a comunidade no Centro Esportivo da Unifran. Além disso, o aluno não precisa sair do Campus para obter atendimento emergencial. É possível realizar procedimentos padrões de pronto atendimento e encaminhamento do paciente com médicos e enfermeiros no ambulatório localizado próximo à Praça de Alimentação Central. Além disso, o aluno tem acesso a tratamento odontológico emergencial, exames laboratoriais, serviços de fisioterapia, fonoaudiologia, psicoterapia e farmácia completa dentro do Campus, o que é denominado Unifran Saúde. Para ser atendido é preciso fazer inscrição e passar por triagem.

A Universidade possui atenção especial até ao animal de estimação do aluno, que encontra a possibilidade de fazer diagnóstico, tratamento e cirurgia com preços diferenciados no Hospital Veterinário. Além de possuir a maior biblioteca da região, a Unifran possui espaços para exposição de artes visuais, espetáculos de música, dança, teatro, desfiles de moda e demais atividades culturais.

A Unifran está equipada com rede *wireless* de acesso à internet, além do Centro Discente de Informática (CDI), que mantém vários laboratórios que permitem o uso de computadores e o acesso à Internet dentro do Campus. Conta ainda com uma papelaria que oferece serviços de fotocópia, encadernação e outros, esta se localiza em pontos estratégicos da universidade, em três lojas. Conta ainda com a presença de livreiros que disponibilizam livros pedagógicos e técnicos eventualmente em estandes, com obras destinadas aos diversos cursos. Por fim, possui acesso à Agência Bancária, Correios e Escola de Idiomas, além da autorização para a presença de pontos de venda de artigos de interesse do estudante, que pode cumprir suas necessidades sem se deslocar da IES.

Biblioteca

A Biblioteca Central da Unifran passou a ser referência pela sua infraestrutura e serviços oferecidos. Os mais de cem mil exemplares das mais diferentes áreas acadêmicas e da literatura de ficção, além de periódicos e publicações de pesquisas, encontram-se

disponíveis à comunidade local e regional. Localizada em um bloco central dividido em dois pavimentos, totaliza 3.500 m² de área construída, o que a confere o status de maior da região. O acervo encontra-se informatizado, o que facilita a pesquisa e o acesso. Conta ainda com os serviços de computação bibliográfica COMUT e SCAD, que possibilitam pesquisas e aquisição de artigos publicados em periódicos técnico-científicos, teses, anais de congressos, dissertações e capítulos de livros para alunos, pesquisadores e profissionais da região. Oferece ainda, visando à ampliação de ferramentas de pesquisa, o acesso à base de dados EBSCO Sciello, fundamental para a formação na área da Saúde.

Os espaços coletivos se constituem em sala ampla de leitura, diversas salas para estudo individual e em grupo – que oferecem privacidade para atividades de pesquisa, leitura e realização de trabalhos acadêmicos. Há ainda a sala de leitura informal, onde podemos encontrar fotografias, gravuras, pinturas e obras de arte em geral, sendo que muitas foram produzidas por alunos e professores dos cursos de Design, Educação Artística, Comunicação Social e outros, apresentados em exposições no local. Ocorrem também lançamentos e sessões de autógrafos de revistas e livros lançados pela editora Unifran e por outras editoras no mezanino.

Centro Esportivo

O Centro Esportivo da Unifran - Com 8.300 metros quadrados - conta com um ginásio esportivo com duas quadras poliesportivas oficiais, academia, dança e ginástica, piscina semiolímpica coberta e aquecida salas de luta, campo de futebol, quadras externas de tênis e poliesportivas, pista de atletismo, salas de aula amplas e arejadas. Houve a instalação, recentemente, de um moderno Laboratório de Fisiologia do Exercício. A estrutura visa o conforto e beleza, bem como a segurança dos alunos do curso de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) e de toda a comunidade acadêmica, que pode usufruir das instalações para realização de atividades físicas monitoradas por profissionais da casa.

O Centro Esportivo tornou-se referência para demais instituições de ensino privado e público do país e é, certamente, uma das maiores instalações destinadas à formação de profissionais de Educação Física. É possível ainda alojar nas arquibancadas do campo, do ginásio e da piscina, juntos, mais de 4 mil pessoas nos dias de competição.

O Centro Esportivo da Unifran tornou-se, além disso, referência para os eventos esportivos de Franca e região em diversas realizações, como os Jogos Regionais e os Jogos

Abertos do Interior - organizados pela Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo; jogos pelas federações de basquete, voleibol e handebol; etapa do Campeonato Paulista de Peteca, tendo sido eleita a melhor sede em 2008.

Tem amparado os treinos das equipes representativas de Franca, em especial a de natação para pessoas portadoras de deficiência (PPD), que realizam seus treinamentos na piscina que possuem as condições de acessibilidade.

O Centro Esportivo oferece – além da integração de atividades práticas e teóricas do curso de Educação Física em vários horários e a preços diferenciados - aulas de musculação, ginástica, natação e hidroginástica, abertas para alunos e comunidade.

2.1.4 Dos aspectos acadêmicos e administrativos

É fundamental que a Universidade moderna se coloque no centro dos problemas nacionais, visando a contribuição na busca de alternativas. Dever-lhe-ia caber a responsabilidade de identificação no âmbito da Educacional, de Saúde e de Produção, na conscientização da comunidade quanto a sua importância e buscando resolver os problemas através da cooperação ativa com a comunidade. A Universidade não pode ser apenas expedidora e autorizadora de títulos profissionais, assim como não pode manter-se acomodada e satisfeita com a tradição. É necessário ser criadora, original, inovadora, dinâmica e atenta, buscando a verdade e o exercício da liberdade.

A partir disso não é possível dissociar o projeto global da Universidade da visão e projeto da comunidade local e regional, bem como da sociedade como um todo. A Universidade como detentora dos meios que acessam os Conhecimentos, deve buscar continuamente a renovação dos mesmos. A Universidade de Franca vem buscando a adaptação de todos os seus segmentos da vida acadêmica e administrativa aos processos de mudança, pela via de esforços permanentes de ajustamentos às adaptações inovadoras.

A Universidade deve ser pressuposto no processo de desenvolvimento do país. Esta é a verdadeira geradora de conhecimento científico e de inovações tecnológicas, o que exige visão, liderança e idealismo.

Princípios

Podemos fundamentar a concepção político-social e pedagógica da Universidade de Franca a partir das seguintes bases e princípios:

- a) a educação como fator de desenvolvimento integral humano, agente e sujeito de sua própria trajetória histórica, o corresponsável pelo processo de formação e informação;
- b) a educação como instrumento de transformação social e de progresso científico e tecnológico, buscando promover o bem coletivo;
- c) o educador como mediador do processo ensino-aprendizagem e o aluno como sujeito-agente de sua educação.

É fundamental para tanto que haja uma política de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, formando profissionais integrados à sociedade, estimulando a procura de novos métodos, a conscientização política e tornando responsáveis politicamente os profissionais formados.

Considerando o exposto e atentando a dois fatores elementares, quais sejam, o avanço das ciências e tecnologias e demanda de estudantes por cursos que atendam às expectativas reais do mercado de trabalho, a Universidade tem se posicionado na região como centro identificador de necessidades de cursos de Graduação para a formação de profissionais especializados, exigidos pelo mercado de trabalho, e como instituição suficiente e capaz para a implantação e exercício pleno dos mesmos, nos níveis de bacharelado e licenciatura.

Valores da instituição

- integridade;
- ética;
- respeito ao ser humano e à natureza;
- qualidade de ensino;
- socialização da diversidade;
- reconhecimento das singularidades.

Missão

Formação de profissionais a partir de um ensino de excelência, estímulo e desenvolvimento de pesquisas e promoção de atividades de extensão relevantes à comunidade, contribuindo para a formação da cidadania fundamentada em uma cultura empreendedora e com princípios humanísticos, democráticos e éticos.

Visão

Ser uma instituição de ensino superior reconhecida nacional e internacionalmente pela sua excelência em Ensino, Pesquisa e Extensão, com ênfase na formação profissional humanística.

Objetivos Gerais e Específicos

Os objetivos gerais constituem fundamentalmente na promoção da Educação em seus diferentes níveis – Ensino, Pesquisa e Extensão – e a formação integral do ser humano numa perspectiva ética responsável, objetivando o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, conhecimento científico, aperfeiçoamento cultural e habilidades e competências necessárias à formação profissional.

Por objetivos específicos entendemos a necessidade de Consolidação de uma Universidade de excelência, por meio da qualidade do Ensino, relevância da Pesquisa e abrangência da Extensão. Sendo assim, faz-se necessário viabilizar situações de aprendizagem que possibilitem a formação do cidadão comprometido com sua realidade, atuando de forma crítica e responsável, capaz de participar e produzir em um mundo em constante transformação; proporcionar a teoria e prática como ações constantes e integradas, visando a transformação social; constituir um corpo docente e administrativo capacitados, comprometidos e integrados às metas propostas; formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a integração acadêmica à realidade histórica e social brasileira; incentivar o trabalho de Pesquisa, objetivando o desenvolvimento da ciência, das artes e da tecnologia; divulgar os conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos; promover a Extensão, aberta à participação da comunidade, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes do ensino e da pesquisa científica, artística e tecnológica na Universidade; incentivar e preservar as manifestações culturais, consolidando e enraizando atividades e programas de extensão e cultura; prestar serviços especializados à comunidade,

estabelecendo uma relação recíproca; implantar ações de reciprocidade e cooperação entre organismos nacionais e internacionais.

Destaque dos objetivos estratégicos

- a. Preservação do reconhecimento da Unifran como instituição de excelência em educação, com corpo docente voltado à formação integral do aluno e de qualidade;
- b. constituição de estrutura de *multicampi* com o padrão Unifran em território nacional;
- c. ampliação da participação da Unifran na comunidade científica nacional e na constituição de redes de intercâmbio internacional;
- d. garantia de acesso às inovações tecnológicas nas diversas áreas do conhecimento.

Os objetivos apontados devem ser trabalhados em ações localizadas com metas temporais que visam sintetizar a proposta da Universidade para a realização de seu quinquênio. A responsabilidade de realização do planejamento é de toda a Universidade, embora cada objetivo possua seus responsáveis. A Universidade considera o conhecimento como o principal agente nas relações sociais, interpessoais e intersociais. O oferecimento de cursos com qualidade crescente de ensino, em todas as áreas, permitirá que a Universidade operacionalize ainda neste decênio com indicadores de qualidade avaliáveis por padrões internacionais.

Podemos destacar a amplitude da liderança organizacional nos universos do ensino, da formação acadêmica, da prestação de serviços e da retroalimentação dos seus egressos na visão da Universidade de Franca que não permite, apenas tangenciando as tendências e cenários futuros, objetivando dirigir essas tendências e ser agente criador do cenário.

O caminho da Universidade de hoje para o futuro está em consonância com o passado recente e o presente vivido. Direcionado agora para excelência/quantidade, o fator multiplicativo *quantidade/qualidade* foi usado nos últimos anos. Aconteceu anteriormente o crescimento com qualidade e almeja, no futuro, o alcance da excelência com crescimento. Adaptável às metamorfoses dos paradigmas do processo ensino/aprendizagem, prevê e protagoniza o desenvolver da estratégia de ensino para o próximo quinquênio. Qual seja, as ações desenvolvidas e consubstanciadas em apoio psicológico, didático, pedagógico e logístico junto aos ingressantes, que deverá considerar a adaptação do jovem ao novo

ambiente de estudo, ao término da adolescência e ao afastamento da família, além de outros fatores identificáveis ao longo do percurso. Ensinar a “aprender a aprender” deve se colocar como o primeiro passo; a condução dos acadêmicos no aprendizado pragmático, do simples para o complexo, do fácil para o difícil, exaltando o caráter humanista no ensino/aprendizagem e do desenvolvimento das diversas habilidades e competências; a manutenção dos egressos em retornos constantes, visto que nenhum aprendizado é completo. A ciência, tecnologia e cultura acumuladas pela humanidade podem ser buscadas pelos meios eletrônicos, mas cabe à Universidade ser um agente intermediário, promotor e facilitador do acesso, na velocidade exigida pelas comunicações internacionais que globalizaram o planeta. Sendo a reciclagem uma demanda social, a Universidade deve ser linha de frente.

A Unifran compromete-se, entre 2010 e 2014, a ser uma Instituição de referência no ensino superior no que toca a qualidade de ensino em diferentes modalidades, pelo alcance dos índices máximos dos indicadores; qualidade de seu quadro docente por títulos, produção científica, produção intelectual, atualização didático-pedagógica; consolidação, produção e relevância de pesquisas que resultem em suporte à qualidade de ensino e avanço nos conhecimentos; compromisso social no sentido de estabelecer os serviços de Saúde Preventiva e Curativa por meio de laboratórios e clínicas de apoio no processo de treinamento profissional; inserção de programas de Extensão e prestação de serviços à comunidade local; consolidação e ampliação de infraestrutura tecnológica mediante celebração de parcerias estratégicas.(Ver Anexo A – Sobre a Gestão da Instituição).

2.2 Políticas de Ensino a Distância

2.2.1 Educação a Distância na UNIFRAN: visão histórica

O avanço tecnológico trouxe novas perspectivas para a educação a distância (EaD), ampliando os espaços e os tempos para a socialização do conhecimento. As possibilidades de interação, criadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, vêm contribuindo para superar preconceitos em relação à EaD, e agora têm dado lugar a um consenso em torno da ideia de que a educação a distância desempenha um papel cada vez mais decisivo na definição dos modernos ambientes de aprendizagem, além de revelar novas possibilidades ao desenvolvimento de estratégias de educação profissional continuada.

A UNIFRAN começou com a implantação de estratégias e iniciativas de EaD no ano de 2005, quando uma equipe multidisciplinar foi formada para pensar todo o projeto político pedagógico que, posteriormente, seria oferecido como modalidade de ensino a distância. Após a criação do Núcleo de Educação a Distância, foram refletidas quais áreas e cursos seriam propostos, assim, a partir deste núcleo fundacional que atuava como coordenação geral, criou-se outras quatro coordenações de áreas: i) Área de Bacharelado para cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis; ii) Área de Educação e Licenciatura para cursos de formação docente, sendo eles Pedagogia, História, Geografia, Letras e Filosofia; iii) Área de Tecnologia, para apoio tecnológico às outras áreas e; iv) Área de Pós-graduação.

Desta forma, cada área possuía um coordenador responsável e, de modo subdividido, cada curso outro coordenador. O coordenador responsável por cada área tinha como objetivo orientar e gerir os trabalhos da referida área, em especial na orientação dos coordenadores de cada curso. O trabalho de orientação de tutores, autores e validadores das disciplinas, ficava a cargo dos coordenadores de área e de curso.

Após a implantação oficial das áreas, os docentes desta universidade foram convidados a conhecer o projeto pedagógico e seu processo interno de qualificação para atuar na modalidade à distância e dar início a este trabalho.

No segundo semestre de 2009, dá-se início há uma reformulação na organização das áreas e cursos, e em 2010 as grandes áreas são extintas. Os coordenadores de cada curso são mantidos como na formação específica, ou seja, o coordenador específico deve ser formado na área e com experiência comprovada. Esse novo perfil da coordenação possibilitou um outro olhar e didática para os cursos e para a formação dos discentes, com o objetivo de qualificar cada vez mais as habilitações, quebrando preconceitos da EaD e superando paradigmas. Após instituído, este processo permaneceu até julho de 2013, data da coleta de dados da referida pesquisa. Do projeto pedagógico aplicado até a referida data, destaca-se em especial, a metodologia aplicada no relacionamento com o discente e consequentemente na formação de grupos colaborativos.

Cibercultura: o Ciberespaço e a Inteligência Coletiva

A cibercultura nasce nos anos 1950, com a informática e a cibernética, e começa a se popularizar na década de 1970, com o surgimento do microcomputador. Nos anos 1980 e

1990 ela se estabelece completamente como consequência do *boom* da internet (LEMOS, 2004).

Em 1997, Pierre Levy publica o livro *Cyberculture*, um dos primeiros trabalhos sobre as novas tecnologias da informação e da comunicação, focando sua análise nas possibilidades de mudanças que estas tecnologias poderiam ocasionar em diversos setores. Nesta obra, Levy elabora e trata de conceitos diretamente ligados à nossa pesquisa, deste modo, entende-se ser necessário e preciso ressaltar alguns destes conceitos para melhor elucidar este trabalho, que discorre sobre a influência destas novas tecnologias na educação, porta que se abre para a EaD.

Pode-se iniciar este debate clareando o próprio título da obra, *Cibercultura*, que significa um novo cotidiano, ou melhor, uma nova cultura estabelecida através de espaços e relações virtuais, o ciberespaço. Desde o *boom* da internet e com o constante avanço das tecnologias da comunicação e da informação, a sociedade desenvolveu outras formas de se comunicar e relacionar, formas estas que implicam diretamente na nossa própria socialização e cultura. Assim, toda cultura necessita de um espaço para existir, a cibercultura também o necessita, porém, diferentemente de todas as outras culturas, o espaço da cibercultura não é físico nem geográfico, mas sim, virtual.² Levy o chama de ciberespaço, e este espaço, que não é físico, é formado pela conexão em rede de computadores. Neste espaço virtual se desenvolve uma nova maneira de criar, conviver e interagir ao qual Levy chama de cibercultura.

A cibercultura, segundo Levy, é uma cultura que tem como característica não possuir um centro definido, por isto, alguns críticos a chamam de anárquica. Também é colaborativa, já que todos os usuários podem participar na criação e difusão do conhecimento na rede e desta maneira, aberta à participação de todos aqueles que tenham acesso à rede, não importando sua classe social ou sua posição geográfica. O autor centra suas atenções na cibercultura, percebida em suas múltiplas dimensões: a essência, o movimento social, o som, a arte. Do foco no campo epistemológico emanam considerações sobre a nova relação com o saber, a partir da cibercultura e seus consequentes desdobramentos na educação, na formação e na construção da inteligência coletiva.

² Sabemos que o principal espaço é a internet, mas também compreendemos que o ciberespaço pode ser reconhecido na relação do homem com outras tecnologias como celular, *pages*, *tablets* e diversas tecnologias que avançam a cada dia.

Para o autor, a inteligência coletiva seria uma grande aposta da cibercultura, feita através da interconexão geral que levaria pouco a pouco à criação de um imenso arquivo disponível para todos. Amparado no conceito de inteligência coletiva, o sociólogo descortina novas formas de organização e de coordenação flexíveis, em tempo real, no ciberespaço. Ao acenar para o ciberespaço como mediador essencial da inteligência coletiva, o autor convida a educação a levar em conta tais emergências, para, a partir delas, ressignificar o seu panorama atual. O saber, então, estará cada vez mais determinado pela dinâmica reticular da conectividade telemática, que transforma estruturalmente os modos de comunicar e sentir.

Partir de conhecimentos e estudos europeus foi uma opção do grupo que iniciou os trabalhos na Universidade de Franca. Desde seu início foi pensado espaços livres de comunicação e troca de conhecimentos, mediadas por docentes e tutores de cada área específica de formação através, principalmente, da cibercultura.

De 2005 à julho de 2013

A universidade de Franca contempla a educação a distância em seu PDI – nos itens Políticas: Política para o ensino, elaborado para período de 2005 a 2009. Nestes anos, os dados apresentados foram relacionados à sua implantação e áreas de oferta de cursos. Posteriormente, na versão que contempla os anos de 2010 a 2014, a menção feita no quesito EaD está mais relacionada a processos de maturidade da oferta da modalidade pela Unifran e sua expansão.

Cursos ofertados na nova era da Comunicação e da Informação

A Universidade de Franca garante um espaço físico específico onde o discente é capacitado para utilizar tais tecnologias, tão necessárias durante seu processo de formação acadêmica. Deste modo, ao considerar como irreversível a tecnologização da educação, pode-se afirmar que o mais recente desafio pedagógico que se coloca para os educadores é o “Letramento Digital”, com novas formas de aprendizagem e didáticas, adaptadas à nova modalidade. Assim, ressalta-se que os principais agentes ativos desse processo de mudança sejam alunos, professores e gestores da educação (PETERS, 2003), que devem buscar incessantemente novas possibilidades na relação ensino-aprendizagem para aqueles que encontram na EaD um caminho para a formação profissional.

Cientes, então, da intervenção que as ferramentas tecnológicas possuem sobre o campo educacional na atual Sociedade da Informação, o Núcleo de Educação a Distância da UNIFRAN visa caminhos didáticos e pedagógicos para a formação do profissional, atendendo a nível científico, cultural e técnico às novas exigências da sociedade. Diante deste contexto, almeja-se que o egresso destes cursos esteja apto a: i) participar das práticas letradas, que são mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos da contemporaneidade; ii) apresentar habilidade para construir sentido diante de textos que mesclam palavras, elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície (textos multimodais), ou seja, ter capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informações disponibilizadas eletronicamente; iii) mediar as “normas” que regem a comunicação com outras pessoas através das novas tecnologias.

Para a UNIFRAN são estes três momentos que caracterizam um profissional capaz de rever o seu papel na sociedade, face à Inclusão Digital e às alterações pedagógicas e metodológicas, considerando-o um importante agente de transformação nesta nova era tecnológica.

Neste sentido, ele não mais será repetidor de informação, mas, principalmente, pesquisador. Não mais instrutor de regras, mas gestor de aprendizagem. Não mais avaliador de informações empacotadas a serem assimiladas e reproduzidas, mas motivador da aprendizagem pela descoberta. Deverá ser um profissional que se convença da obsolescência do ensino instrucional e reconheça a urgência de mudanças concretas na atitude do novo profissional que a sociedade e o mercado de trabalho exigem. Logo, para que ele possa atender às demandas, terá que “aprender a aprender” a lidar com ferramentas tecnológicas e, sobretudo, lidar com o grande leque de informação disponível na grande rede.

Pode-se dizer que com as novas tecnologias, novas chances são oferecidas para que as relações entre alunos e professores possam ser revistas e reanalisadas. Desse modo, a formação do aluno implica na capacidade de enxergar para além dos limites do código, fazer relações com informações fora do texto falado ou escrito e vinculá-las à sua realidade histórica, social e política, bem como considerar a importância da interdisciplinaridade.

O processo de aprendizagem envolve intervenção humana e, portanto um comprometimento ético de quem a realiza. É mediante esse caráter ético-normativo que se pode formular princípios e diretrizes, que dão coerência à contribuição das ciências da educação quando estas colocam a ação educativa como referência indiscriminadamente, embora todas possam dar sua contribuição no limite de suas peculiaridades. Além disso, a

intencionalidade da prática educativa tem implicações diretas no posicionamento crítico do educador, que representa o elo fundamental no processo de formação cultural e científica das novas gerações.

Os projetos de gestão propostos no período de agosto de 2010 a junho de 2013

A UNIFRAN entende que o ensino a distância ocupa um importante espaço no cenário nacional e mundial da educação em todos os seus níveis. É uma modalidade que possui características próprias, que faz rever, inclusive, alguns conceitos e práticas pedagógicas, e que se destaca por apresentar programas específicos que o diferenciam da modalidade convencional de educação formal.

Tornou-se um tipo de midiaticização capaz de estender os braços da IES para promover o ensino além dos muros do seu provedor acadêmico. No Brasil, o tempo entre sua implementação e a atualidade de suas práticas estabeleceu a necessidade de estruturas organizacionais específicas que se diferenciam das estruturas formais normalmente utilizadas no ensino presencial. Nesta última modalidade, entende-se que as políticas e diretrizes deixam lacunas procedimentais quando duplicadas ao ensino a distância, não atendendo como um todo as especificidades que o EaD exige em relação às suas práticas e políticas de gestão.

Os programas de EaD exigem uma gestão peculiar, capaz de atender as exigências específicas da modalidade nas questões acadêmicas, pedagógicas, administrativas, operacionais, financeiras, midiáticas e principalmente nas de cunho tecnológico. Os princípios institucionais da IES precisam dispor, para a modalidade à distância, novas ferramentas táticas e operacionais que se identifiquem com o gerenciamento das áreas do conhecimento, da aprendizagem, da relação jurídica, do financeiro e das pessoas envolvidas. Assim, é necessário promover de forma diferenciada as políticas institucionais do ensino a distância da UNIFRAN, especificamente em relação ao seu Núcleo de Educação a Distância (NEAD), sempre de forma integrada com toda a universidade, mas com preceitos de gestão exclusivos às suas particularidades.

Introdução e execução do plano de gestão NEAD-UNIFRAN

Considerando que os fundamentos para gestão abrangem ações como organizar, planejar, coordenar, controlar e liderar os eventos organizacionais, que demandam um conjunto de elementos decisórios para alcançar os objetivos institucionais, a essência da modalidade do ensino a distância exige decisões ágeis diante de diversas etapas de análises,

em que o efeito do tempo despendido - desde a proposta do evento até sua conclusão - é muito mais curto quando comparado às decisões referentes ao ensino presencial. Uma explicação para este obstáculo dá-se pelo difícil contato entre o interessado e o elemento formal de decisão. No caso de uma matrícula presencial, por exemplo, os procedimentos acadêmicos para orientação do interessado são realizados de maneira mais ampla, pois o discente reporta 'in-loco' suas dúvidas e recebe no mesmo momento as informações necessárias, diferente do que ocorre em tais procedimentos para o ensino a distância.

Situações como esta no EaD ocorrem, normalmente, de forma parcial através de agentes parceiros, distante dos muros das IES. Momentos decisórios ficam sempre à mercê de uma segunda análise, pois como são realizados virtualmente dentro de um processo com poucos recursos de discussão acabam, na maioria das vezes, sendo concluídos após várias etapas sobre o mesmo processo. Menezes (2007), ainda nos alerta de que estes obstáculos existem no decorrer de todo o relacionamento necessário entre os discentes e as IES, desde acadêmicos e pedagógicos até os de viés financeiro. Por isso é preciso pensar uma gestão específica para a EaD.

Plano gestor NEAD-UNIFRAN

As experiências das IES que adotaram o ensino a distância mostraram ser necessário uma reorganização de sua gestão, em que sua franca maioria opta por uma administração descentralizada respeitando as particularidades que a modalidade possui.

No caso da UNIFRAN, as ações organizacionais estão alinhadas com a administração formal usualmente empregada para as Instituições de Ensino Superior e calçadas na gestão do ensino presencial. Com o advento NEAD da UNIFRAN, essas bases procedimentais e as políticas adotadas desde a sua implantação em 2007 (dado seu credenciamento no e-mec) foram replicadas frente aos programas e processos do EaD, que por sua vez possuem características dispare, com especificidades próprias e normalmente causam conflitos de relacionamento frente às políticas de gestão do ensino presencial. Ou seja, a administração organizacional da UNIFRAN ainda mantém as especificidades do EaD sob a égide de suas áreas formalmente estruturadas, de forma que toda a operação encontra-se a elas subordinadas, o que demonstra o aparecimento de alguns transtornos entre as áreas envolvidas nas decisões operacionais.

As especificidades do EaD, submetidas às políticas institucionais do ensino presencial, têm suas demandas e processos burocratizados, desgastando os interessados nos eventos decisórios. No entanto, ao final a administração da IES se vê obrigada a acatar os procedimentos que a EaD exige na relação com seus alunos, visto que tal burocratização traz como consequência o aumento da evasão e impacta negativamente na captação de novos alunos.

Por impasses diversos, o Núcleo de EaD visa uma gestão multidirecional com três principais pilares de sustentação que seja, num primeiro momento, criar programas de gestão próprios para o EaD, com vistas ao desenvolvimento interno da modalidade e sintonia com expansão de mercado. Gerar núcleos administrativos que respeitem a legislação e especificidades próprias do EaD, interagindo-os à estrutura organizacional aplicada ao ensino presencial, acatando as normas e regimentos dos Conselhos acadêmicos da IES. E, por fim, criar políticas próprias para interação com as políticas institucionais do ensino presencial.

As ações de gestão propõem que os processos e operações do EaD sejam pautados em um núcleo de gestão descentralizado, com decisões e atribuições próprias, tomando como base a atual estruturação do NEAD e firmado nos princípios do trinômio estratégico, tático e operacional. É este trinômio que irá traçar o núcleo de integração de gestão.

Estratégico

A criação do Núcleo de Gestão, que tem como perspectiva a gestão do NEAD com políticas próprias às suas demandas e descentralizações operacionais específicas.

Táticos

Programas de Integração

A incorporação das grandes áreas de gestão demandam organizações que se manifestarão através de programas específicos, distribuídos da seguinte forma: i) Acadêmicos e Administrativos; ii) Acadêmicos e Capacitação e; iii) Captação e Administrativo. O primeiro fará o diálogo entre assuntos acadêmicos e administrativos, o segundo tem como propósito gerar programas de interação entre questões acadêmicas e a necessária capacitação

para as peculiaridades do EaD e, por último, um programa para melhorar a relação entre os processos administrativos e a captação de novos alunos.

Operacionais – Áreas de gestão

Sabe-se que é indispensável um trabalho harmônico junto aos procedimentos estabelecidos pela IES em relação ao ensino presencial, mas, mesmo preservando sua hierarquia, faz-se necessário procedimentos operacionais específicos para o ensino a distância, seja na área acadêmica ao pensar a pedagogia, didáticas e metodologias, seja na parte administrativa ao facilitar a relação com os discentes, seja nos procedimentos de captação onde novos alunos são particularizados, além de aplicações de marketing próprios ao EaD. Por isso, é essencial garantir linhas de decisões particularizadas do EaD durante todo o percurso do estudante, desde sua captação, perpassando por sua formação até que o mesmo conclua o curso.

Reorganização funcional

A opção por implementar a modalidade EaD exige uma imprescindível análise crítica do programa a ser adotado e, normalmente, é equivalente ao mérito e dedicação que a universidade tem com o ensino presencial. A UNIFRAN, ao manter o esforço para a qualidade de seu ensino, enquadra-se nesta perspectiva e caminha para possibilidades de um reposicionamento estratégico, abrindo espaço e dando maior importância para o NEAD na sua estrutura organizacional.

Considerando que a UNIFRAN implementou o NEAD a partir de 2007, e certamente iniciou as operações em 2006, portanto três anos após a efetiva experiência do ensino a distância no cenário educacional nacional, a carga energética a ele direcionada foi proporcional à credibilidade que a modalidade vivencia atualmente.

3 SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Para encontrar respostas sobre as questões e inquietações que nortearam a tese apresentada, foi realizada uma revisão bibliográfica e a sistematização de sua teoria e método correspondentes ao tema da pesquisa, para que, posteriormente, fosse possível trazer um novo olhar para este tema ainda polêmico, que é a contribuição da Educação a Distância em cursos *latu sensu* da Universidade de Franca. Cabe salientar que a análise das trajetórias educacionais foi baseada em entrevistas fornecidas por alunos do curso de Psicopedagogia - pós-graduação oferecida por esta universidade - no período de 2010 a junho de 2013.

A pesquisa foi fundamentada nos estudos de autores da área da Educação e Tecnologia, por desenvolverem um referencial que permite desvendar os meandros da História da Educação, suas possibilidades e relações com a utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Utiliza-se também a pesquisa documental, necessária para compreender os projetos políticos pedagógicos e as mudanças que a educação sofreu institucionalmente. Nesse sentido, as fontes primárias contêm debates pioneiros pautados pelos autores. A partir desse modelo, é possível a análise de documentos para a pesquisa, tais como leis e documentos da UNIFRAN.

Para a pesquisa de campo, foram escolhidas 04 pessoas do curso de pós-graduação em Psicopedagogia oferecido pela Universidade de Franca que, através de entrevista semiestruturada, responderam ao questionário que norteou e identificou a trajetória educacional, social e cultural. Como explicitado anteriormente, os critérios para a escolha dos sujeitos foram: i) ter concluído o curso antes de 2013, localizando o nosso recorte temporal; ii) aceitar participar da pesquisa e; iii) ter feito o curso na UNIFRAN. O NEAD/UNIFRAN cedeu a relação de formandos, destes foram sorteados 04 participantes que se enquadravam nos critérios estabelecidos. Após as entrevistas foi realizada a análise dos dados, assim tal estudo foi organizado através das temáticas pautadas pelos próprios participantes/colaboradores desta pesquisa.

3.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada com alunos de cursos de Pós-Graduação da Universidade de Franca. A UNIFRAN engajou-se no projeto de Educação a Distância acreditando que as novas tecnologias de informação e comunicação podem oferecer ao aluno a oportunidade de aprendizagem flexibilizada, colaborativa, participativa e dinâmica, onde as habilidades, os conhecimentos anteriores e as atitudes proativas fazem parte do contexto educacional. A iniciativa individual converge, ao final, na interação com o grupo, permitindo a troca de experiências, vivências e intercâmbio cultural e acadêmico.

A proposta de inserir o modelo a distância na pós-graduação surge enraizada no ideal de implementação de uma Universidade próxima da sociedade, receptiva aos anseios sociais e visando, sobretudo, a democratização do ensino universitário.

Nesse formato, a educação vem cumprindo um papel importante na facilitação do acesso das comunidades ao mundo acadêmico. É sem dúvida um novo formato de ensino-aprendizagem que vem crescendo de forma potencial em todo o mundo.

3.2 Instrumentos e materiais

Foi elaborado um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, que auxiliou na orientação dos rumos da pesquisa, tendo como objetivo principal compreender e apreender a trajetória educacional, social e cultural dos quatro entrevistados.

3.2.1 A Entrevista

O roteiro aplicado nas entrevistas foi elaborado com base no modelo desenvolvido por Muzzeti (1997), seguindo o que foi descrito na subseção: *Os Aspectos Sociais Investigados*. Os questionários foram aplicados na Universidade de Franca e tiveram uma duração média de duas (02) horas. O contato anterior ao questionário, bem como a contextualização do processo, foi registrado em áudio digital com o equipamento de gravação sempre visível ao entrevistado, que estava previamente informado do processo de registro. Conforme aponta Zago (2003, p. 299), a gravação possibilita maior liberdade ao pesquisador, favorecendo a relação de interlocução, bem como a análise do material coletado. Após a realização da entrevista e aplicação do questionário os atores/participantes tiveram tempo livre para fazer

comentários sobre a experiência de participação na pesquisa e sobre seu processo de escolha da modalidade à distância.

3.3 Análise e Interpretação dos Dados

Para melhor visualização, o perfil dos participantes foi organizado em tabelas, ressaltando que os nomes são fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

Quadro 1 – Perfil dos Participantes

Nome	Idade	Escolaridade e local	Faixa Econômica que Situa a Família ³	Desde quando conhece a UNIFRAN	Desde quando conhece a pós graduação – EaD- UNIFRAN	Como foi o ingresso no Curso de Pós Graduação
Amanda	42 anos	Superior Universidad e Federal de São João Del Rei e UNAERP	Média	Aproximadamente aos 18 anos de idade quando prestou vestibular.	Por trabalhar na UNIFRAN	Com um pouco de preocupação pela falta de tempo.
Eleonora	31 anos	Superior UNIFRAN	Média	Quando cursando o ensino fundamental um grupo da IES foi até a escola para divulgar os cursos oferecidos pela instituição.	Soube dos cursos através de recomendações de ex-alunos e também de alguns professores.	Por meio do atendimento do aluno/Atendente passou confiança e credibilidade ao explicar o método de ensino, regras para realizar o curso
Matheus	57 anos	Superior Em Universidad	Média-alta	Conhece a UNIFRAN desde os seus	Página da universidade na internet.	Sem problemas

³ Não foi formalizado os padrões e/ou as rendas para demarcar a faixa econômica, deixando para o próprio participante definir-se.

		e Particular		anos iniciais, por volta de 1990.		
Natividade	28 anos	Superior Universidade e Estadual de Campinas (UNICAMP)	Média	Era criança quando a mãe começou a trabalhar na UNIFRAN	O trabalho exigiu um Curso de pós graduação	Decorren- te do vín- culo em- pregatício, por ter bolsa.

Fonte: a pesquisadora, 2014.

O quadro 1 revela a identidade dos participantes e a forma como chegaram à decisão pelo Curso de Educação a Distância da UNIFRAN. São pessoas de idades bem diferentes, adultas e maduras para a escolha de uma modalidade de ensino a distância. Nota-se que todas se consideram pertencentes à faixa econômica média e média alta, porém todos salientaram que são de origem humilde e que a independência financeira é fruto de trabalho realizado. Verifica-se que 50% dos participantes estudaram em Universidades Públicas e o restante em Universidades Particulares, com destaque para a UNIFRAN.

Faz-se necessário salientar que a educação a distância ocupa lugar de destaque na agenda política educacional através do projeto A Universidade Aberta do Brasil, proposto pelo Ministério da Educação e Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), que oferta cursos e programas de educação superior a distância, em parceria com as Universidades Públicas, por meio de consórcios com municípios e estados da Federação. O referido projeto constitui-se como parte das políticas públicas desenvolvidas pelo atual Governo Federal para a área de educação, especialmente na área de programas voltados para a expansão da educação superior com qualidade e promoção de inclusão social.

Percebe-se a preocupação em proporcionar condições de estudo para que mais pessoas possam se qualificar, e que os participantes salientaram que embora tenham concluído Curso Superior se preocuparam com a educação continuada, mesmo que esta tenha sido à distância. Pode-se afirmar que os recentes avanços das tecnologias de informação e comunicação possibilitam “relativizar” as ideias de espaço geográfico e tempo, reduzindo as distâncias através dos meios virtuais e otimizando o tempo gasto, ou seja, a chamada sociedade da informação solidificou a revolução no campo da divulgação do conhecimento.

Outro dado importante que reforça os estudos realizados é a presença forte e marcante da UNIFRAN, desde a sua criação, como referência de um ensino de qualidade. Os

participantes revelam ter confiança na proposta da Instituição de Ensino sem demonstrar preocupação por ser uma modalidade de ensino a distância.

Quadro 2 – Envolvimento e aproveitamento do processo de aprendizagem

Nome	Quais os motivos para fazer um curso a distância	Acredita que todos os alunos tem a mesma chances diante da modalidade EaD	Que atividade no curso chamou mais sua atenção	Teve alguma dificuldade no curso	Como foi seu primeiro bimestre
Amanda	Necessidade profissional	Sim	Conhecimento adquirido para fazer o Artigo de Conclusão	Não	Tranquilo, pois já conhecia outros cursos em EaD
Eleonora	Profissionais e pela flexibilidade de tempo	Não	Gostei de tudo, em especial os fóruns de discussão.	Sim, no início com a tecnologia.	Foi ótimo, tranquilo.
Matheus	Facilidade, liberdade para estudar e mais confortável.	Sim	Discussão de fórum	Foi tranquilo	Sem problemas
Natividade	Rapidez e praticidade	Não	Os fóruns, momentos em que as pessoas apresentam sua bagagem, história.	Sim, relacionada à motivação e não conteúdo.	Bom

Fonte: a pesquisadora, 2014.

O quadro 2 revela os motivos que conduziram os participantes a optarem por fazer o Curso a Distância. A modalidade de educação a distância foi potencializada, culminando em uma educação cada vez mais próxima, personalizada e flexível, em que as pessoas envolvidas apresentam maior liberdade para escolher a melhor forma de ensinar e/ou de aprender, além de ser uma oportunidade para compartilhar os conhecimentos em rede e, com isso, abrir novos espaços para o campo da educação com o surgimento de comunidades de aprendizagem. Ainda mais estes participantes que já cursaram um ou mais Curso de graduação, tendo a compreensão e envolvimento necessário para assumir a modalidade a distância.

Outro dado significativo que se pode apontar é que todos os entrevistados defendem que a relação humana é de grande importância durante o processo de formação. Este dado aparece com o mesmo grau de importância quando questionado sobre os motivos para cursar uma especialização, que tem como resposta a necessidade da profissionalização, onde o curso a distância surge como alternativa diante do escasso tempo da vida moderna, visto que as pessoas se encontram cada vez mais inseridas em muitas horas de trabalho para garantir uma mínima qualidade de vida.

Apontam a importância do fórum como ferramenta de troca de experiências, conhecimentos, críticas e sugestões, que acaba por cumprir seu papel de espaço colaborativo e democrático a serviço do conhecimento e da construção de novos saberes.

As ferramentas assíncronas possibilitam um tempo maior de interatividade e reflexão sobre um determinado conteúdo, processo ou situação. Um aluno que se comunica por meios assíncronos poderá usar sua liberdade para ver qual a melhor hora do dia ou da noite para fazer seus estudos e reflexões. Poderá, também, refletir sem pressa e buscar maior rigor crítico.

A flexibilidade atrelada à busca do conhecimento, também aponta para um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) educacional voltado à Educação a Distância, composta pelo sistema de gestão administrativa e didático-pedagógica, ambiente de aprendizado e avaliação. Implementado com ferramenta de autoria para a disponibilização de conteúdo e autoavaliações, com segurança, e administração da utilização dos mesmos e das interações entre os professores e os alunos.

Quadro 3 – Significado Social e Profissional

Nome	O que significa fazer um curso de pós em EaD para você	Existe preconceito em relação a EaD	Isso desprestigia a formação	O que mudou em sua vida após o ingresso no curso
Amanda	Possibilidade de ampliar conhecimento	Sim	Sim	Capacitação Profissional
Eleonora	Especialização na área, maior aprofundamento.	Sim	Não	Visão o que realmente quero, tornei-me mais humana.
Matheus	Não tem diferença de fazer na presencial	Sim, mas está desaparecendo.	De maneira alguma	Sempre temos espaço para saber mais, para ser uma pessoa melhor.

Natividade	Cumprir uma necessidade	Sim, podendo ser por ignorância.	Sim	Passei a ganhar melhor salário
------------	-------------------------	----------------------------------	-----	--------------------------------

Fonte: a pesquisadora, 2014.

Em relação ao significado social e profissional da escolha pela modalidade, mostra-se expressivo a necessidade de obter mais conhecimento, mesmo que ainda exista preconceitos relacionados à modalidade. O resultado quanto à capacitação profissional e realização pessoal também aparecem como consequência do processo de estudo, além das trocas e construções em ambientes virtuais de aprendizagem.

Encontramos no projeto pedagógico dos cursos de pós graduação que: a relação estabelecida pela mediação pedagógica não se dá apenas entre aluno e material, mas, acontece também entre alunos, tutores e instituição de ensino, porque na modalidade a distância não se menospreza ao atendimento individualizado que se sustenta via suporte técnico e encontros presenciais. Ela acontece também quando a diversidade cultural, princípios de vida, costumes, habilidades, conhecimentos, pré-conceitos, limitações, exigem atenção e flexibilidade, no sentido de se resolver dificuldades, bloqueios, incompreensões e objeções. Essa construção agrega à educação a distância o desenvolvimento de uma habilidade fundamental no mundo globalizado: a construção de pontes entre o conhecimento e o relacionamento interpessoal em espaços virtuais. A relação entre os alunos é incentivada e gerenciada pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e também nos encontros síncronos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como pretensão analisar a trajetória educacional de discentes formados no Curso de Pós-Graduação da Universidade de Franca - Unifran, na modalidade a distância, no período de março de 2010 à junho de 2013, na cidade de Franca-SP. Objetivou examinar como foram os processos de formação destes estudantes, observando se esta modalidade é capaz de incluir os diferentes sujeitos, oriundos de meios culturais e econômicos também diferentes, no cenário universitário. Tal trabalho buscou compreender também como se concretiza o processo de aprendizagem ao aplicar as novas comunicações e tecnologias à Educação, com ênfase na modalidade do ensino a distância que, embora exista desde o século XIX, ganhou maior espaço e visibilidade na pauta pedagógica somente nas últimas décadas.

O avanço das tecnologias da informação e comunicação, com destaque para as últimas duas décadas, favoreceu novas discussões e ações no campo pedagógico, porém esta modalidade tem sido debatida a partir de contextos que enfatizam mais a estrutura física e o número de formados do que ao processo educativo como um todo. Ou seja, há maior importância e interesse quantitativo do que para o processo qualitativo em relação a esta modalidade, lógica esta que se deve ter atenção para que não acabe fundamentando uma educação reprodutivista e formalista.

Estudiosos da área afirmam que a educação a distância propicia oportunidades em locais/regiões onde os recursos econômicos e estruturais são limitados e escassos, oferecendo condições para uma educação mais equitativa, flexível, muitas vezes personalizada e com uma gama cada vez maior de informações. Disponibiliza inclusive um meio de atualizar “rapidamente” e de forma confortável o conhecimento técnico e científico, como é o caso dos Cursos de Pós-graduação.

Tais características justificam a ampliação da prática da modalidade a distância, no entanto esta facilidade ao acesso não garante a qualidade da formação dos discentes, pois muitas vezes a EaD é vista como uma possibilidade cômoda de aquisição de um diploma e de baixo investimento financeiro. Não se pode negar que se a educação a distância não é vista como alternativa para as dificuldades educacionais que estão postas na contemporaneidade, ao menos reconhece-se que ela atende a um número considerável de pessoas através de um baixo investimento se comparado ao ensino presencial.

A LDB 9394/96 defende no artigo 80 que a modalidade a distância é um processo positivo de formação do cidadão brasileiro e poderá ser aplicada em todos os níveis e modalidades educacionais. Também determina o compromisso do poder público com o desenvolvimento do ensino a distância, o que amplia a perspectiva de atendimento a um maior número de pessoas, principalmente aos adultos.

Pode-se afirmar que trazer as novas tecnologias da comunicação e informação para o campo da EaD garante novas possibilidades na área da educação, permitindo à esta área formas diferenciadas de ensinar e aprender. Gera interações e relações sociais pelas redes de informação através de diversas ferramentas que possibilitam uma pedagogia e didática dinâmica, ativa e criativa.

Assim, torna-se necessário repensar a educação e desvinculá-la da concepção tradicional pautada na transmissão de conteúdos e informações do docente para o discente, com a ideia de que o primeiro é detentor do saber e o segundo o recebe passivamente. É preciso que a educação reconheça a relevância dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, com a colaboração coletiva da produção do saber e a importância de criar ambientes de aprendizagem que contribuam para a construção do conhecimento.

A EaD possibilita essa nova forma de interação de sujeitos e de saberes, mas para que isso ocorra é necessário considerá-la como um processo de comunicação efetivo, que gere uma relação dialógica, possibilitando a criação do conhecimento para os atores envolvidos.

Nesta direção, a presente investigação revelou que o curso de Pós-Graduação na modalidade a distância contribuiu de forma significativa para os atores/participantes envolvidos na pesquisa. Mostrou que esses discentes conseguiram utilizar dos conhecimentos disponibilizados nas várias disciplinas do curso de Psicopedagogia, como também somar conhecimentos relacionados às suas áreas de trabalho e estudo.

Ficou evidente, no decorrer da pesquisa, que o curso é um ponto de referência para os sujeitos/atores pesquisados, destacando relatos que mostram o elevado nível de exigência quanto aos conhecimentos disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem e nas discussões de fóruns e mensagens trocadas entre os participantes. Isto considerando a vantagem da flexibilidade, como pode ser visto em depoimento de Matheus:

Foi muito bom poder contar com ótimos tutores e material didático, além da facilidade, liberdade para estudar nos horários livres e mais confortáveis, além da liberdade de estudar em qualquer lugar que esteja.

Foi possível perceber uma facilidade na utilização das tecnologias, mesmo sabendo que em alguns casos tratava-se de uma experiência totalmente nova, isso não impedindo o avanço bem como o interesse pela modalidade e pelo conteúdo do curso. Na totalidade dos relatos encontra-se indicativos de que o objetivo ao buscar uma especialização de qualidade, contando com a flexibilidade que a modalidade oferecia, demonstrou ser atendido sem prejuízos na formação profissional e oportunidade de aprofundamento dos estudos e conhecimentos.

Como já mencionado, a Educação a Distância ainda desperta preconceitos e resistências em boa parte do universo educacional. Nessa direção observou-se pelos depoimentos que a Universidade de Franca, a partir de seu projeto educacional proposto para o EaD, assegura seriedade e resultados que garantem qualidade para a atuação profissional dos sujeitos pesquisados:

Sabia da seriedade da Unifran, mas foi uma surpresa muito boa encontrar um curso sério e que realmente possibilitou meu crescimento profissional e pessoal
(AMANDA)

Pode-se afirmar ainda que o motivo da escolha pela modalidade de ensino feito pelos atores/sujeitos indica uma relação direta com a inserção no mercado de trabalho, que exige cada vez mais a especialização dos sujeitos. Isso também envolve a compreensão da sociedade contemporânea, que pode ser chamada de Sociedade da Informação e das Novas Tecnologias da Comunicação, que impõe aos indivíduos não só a capacitação profissional, mas também a familiaridade com o uso destas tecnologias. Nas palavras de Peters (2003), um aspecto peculiar da atual mudança cultural é a transformação do significado de “informação” e “conhecimento”. Os dois termos também são usados amplamente no campo da educação a distância como resultado da informatização do ensino e aprendizagem. Juntamente com a informação tradicional, encontra-se a informação tecnológica-comunicativa; juntamente com o conhecimento tradicional, encontra-se o conhecimento “enformado”. Na prática do ensino e da aprendizagem, esta mudança de significado tem as seguintes consequências: professores e alunos se defrontam na mesma medida com a tarefa inusitada de terem que adquirir um novo conhecimento no ambiente informatizado de aprendizagem com a ajuda de uma inexaurível abundância de informações estocadas.

Assim, constatou-se que, dos quatro estudantes entrevistadas, a maioria optou por fazer um curso na modalidade a distância na Unifran levando em consideração as novas possibilidades de conhecimento, de desenvolvimento profissional e de mercado de trabalho.

Estes fatores podem representar uma mudança social e a resignificação dos conceitos de conhecimento e educação.

A presente pesquisa alcançou de forma satisfatória os objetivos aos quais se propôs, mas ainda considera incerto os novos rumos da educação, já que as dificuldades e desafios surgem a cada instante, visto que a sociedade transforma-se de forma rápida e radical junto ao avanço tecnológico. Assim, propôs-se demonstrar a utilidade e aplicabilidade na modalidade a distância para a capacitação profissional e o conhecimento pessoal, tendo claro a necessidade de mais estudos sobre o tema, pois as mudanças e transformações sociais resultantes das novas tecnologias da informação e da comunicação são pressupostos desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. **Tecnologia na Escola: criação de redes de conhecimento**. Série Tecnologia na Escola. Programa Salto para o Futuro, nov. 2001.

ALMEIDA, M. E. B. de; MORAN, J. M. (orgs). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília, DF: MEC/SEED, 2005.

ALONSO, M. **O conhecimento na sociedade contemporânea: desafios educacionais. Olhar de professor**, Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, v.2, n.2, p.31-41, nov. 1999.

BAFFI, M. A. T. Projeto Pedagógico: um estudo introdutório. **Pedagogia em Foco**, Petrópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>>. Acesso em: 05 fev 2012.

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

BERNARDO, V. **Educação à distância: fundamentos**. Disponível em: <<http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm#INTRODUÇÃO>>. Acesso em: 28 dez. 2009.

BETTEGA, M. L. **Educação Continuada na era Digital**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOURDIEU, P; BOLTANSKI, L; SAINT-MARTIN, M. As estratégias de reconversão. In: DURAND, J. C. G. (org.). **Educação e hegemonia de classe: as funções ideológicas da escola**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOURDIEU. P. (org). **A miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

_____. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, M. J. M. (Org.). **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1982.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Pierre Bourdieu**. ORTIZ, R. (org.). São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 25 jan. 2010.

_____. Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 25 jan. 2010.

_____. Decreto nº 6.303 de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 25 jan. 2010.

_____. Portaria Nº 10, de 02 de julho de 2009. Fixa critérios para dispensa de avaliação *in loco* e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 03 jul. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10_seed.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2010.

BRETON, P. **História da Informática**. São Paulo: UNESP, 1991.

CICOUREL, A. V. As manifestações institucionais e cotidianas do habitus. **Tempo social**, São Paulo, v. 19, n. 1, jun. 2007.

CONTI, Carmen lúcia Tozzi Mendonça. **O Instituto Atende: Psicologia e Serviço social e o itinerário pela transformação social**, 2004,148f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) FHDSS, UNESP, Franca , 2004

COSTA, A. F; LOPES, J. T. (orgs). **Os Estudantes e os seus Trajectos no Ensino Superior: Sucesso e Insucesso, Factores e Processos, Promoção de Boas Práticas**. Relatório Final, CIES-ISCTE, IS-FLUP. 2008. Disponível em: <<http://etes.cies.iscte.pt/pub.html/>>. Acesso em: 15 abr 2011

EDUCAÇÃO: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2001.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 7º ed. São Paulo: Moraes, 1986.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GONTIJO, C. H.; GONTIJO, S. B. F. **O que é “flexibilidade curricular”?** Disponível em: <<http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2004/cp/tetxt4.htm>>. Acesso em 26 set. 2008.

GONZALEZ, M. **Fundamentos da Tutoria em Educação a Distância**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GOUVÊA, G.; C. I. OLIVEIRA. **Educação a Distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent. 2006.

INEP. Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944. v. 1, n. 1, jul. 1944.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas: Papyrus, 2003.

KLIKSBERG, B. **Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. São Paulo: Cortez, 1998.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos: Disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEI n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2008.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LÈVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1999.

LIMA, E. S. Currículo e desenvolvimento humano. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. do. (orgs). **Indagações sobre o currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LITWIN, E. (org). **Educação à distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: a Educação a Distância hoje**. São Paulo: Pearson. 2007.

MARCONCIN, M. A. **Desenvolvimento histórico da Educação a Distância no Brasil**. Disponível em: <<http://www.followscience.com/account/blog/article/106/desen-volvimento-historico-da-educacao-a-distancia-no-brasil>>. Acesso em: 10 maio 2010.

MENEZES, L.C. **Gestão de projetos**. São Paulo: Catho Educação Executiva, 2007.

MICELI, S. (org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MORAES, R. A. **Informática na Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MORAN, J. M. **O que é Educação a Distância**. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2009.

MUZZETI, L. R. A causalidade do provável: os meandros do sucesso escolar das camadas privilegiadas culturalmente In: SOUZA, C.B.G. RIBEIRO, P.R.M. (orgs). **Sexualidade, diversidade e culturas escolares: contribuições Ibero-Americanas para estudos de educação, gênero e valores**. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial, 2008. (Série Temas em Educação escolar nº. 9.)

_____. **Consenso ou conflito: contribuições das teorias sociológicas de Émile Durkheim e de Pierre Bourdieu**. Boletim do Departamento de Didática, Araraquara, v. 16, n. 15, 1999.

_____. Diversidades Culturales, visiones de mundo y conductas sociales: trayectorias escolares de brasileños(as) de capas privilegiadas, medias y populares. In: HEREDERO, E. S.; BRIS, M. M. (orgs). **Educación y Sociedad Global: Demandas y Aportaciones**. Alcalá: Universidad de Alcalá, 2007. (Obras Colectivas Ciências de la Educación v.1)

_____. **Trajetória Social, dote escolar e mercado matrimonial: um estudo de normalistas formadas em São Carlos nos anos 40**. 1997. 147f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 1997.

_____. **Trajetórias escolares de professoras primárias formadas em São Carlos nos anos 40**. 1992, 75f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 1992.

NUNES, I. B. **Noções de Educação a Distância**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/21015548/Artigo-1994-Noco-es-de-Educacao-a-Distancia-Ivonio-Barros-NUNES>>. Acesso em: 31 março 2011.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço**. Porto Alegre: Artemed, 2002.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

PETERS, O. **A educação à distância em transição**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

_____. **Didática do ensino a distância: experiências e estágios da discussão numa visão internacional**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

PORTAL DO CONSÓRCIO CEDERJ/FUNDAÇÃO CECIERJ. **Institucional (histórico da Fundação CECIERJ) e graduação (metodologia e cursos)**. Disponível em: <http://www.cederj.edu.br/fundacaocecierj/exibe_artigo.php>. Acesso em: 14 mai 2010.

PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação a Distância**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=822>. Acesso em: 07 jan. 2010.

PRETI, O. **Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada**. Cuiabá: NEAD/ IE –UFMT, 1996.

RODRIGUES, M. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <<http://www.vestibular.brasilecola.com/ensino-distancia/universidade-aberta-brasil.htm>>. Acesso em: 10 mai 2010.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1993.

ROMISZOWSKI, A. **Ajuda de Trabalho: conceito, uso, designer**. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2003_Ajuda_Trabalho_Alexander_J_Romiszowski.pdf> Acesso em: 10 mai 2010.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007.

SANTOS, P. **SEED – Secretaria de Educação a Distância**. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/forum/discuss.php?d=11962>>. Acesso em: 10 mai 2010.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).

SCHMITT, V.; C. M. S. MACEDO; V. R. ULBRICHT. A divulgação de cursos na modalidade a Distância: uma análise da literatura e do atual cenário brasileiro. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, Rio de Janeiro, v. 7, 2008.

SILVA, M. **Sala de Aula Interativa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo**. São Paulo: Ática, 1998.

UNIFESP Virtual. **Educação a Distância**: fundamentos e guia metodológico. Disponível em <<http://www.virtual.epm.br/home/resenha.htm>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2009.

VALENTE, N. **Relação entre Diretrizes Curriculares Nacionais e PCNs para o ensino fundamental**. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/relacao-entre-diretrizes_curriculares-nacionais-e-pcns-para-o-ensino-fundamental.-3842/artigo/>. Acesso em: 26 set. 2008.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: Plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

VASCONCELOS, S. P. G. **Educação a Distância**: histórico e perspectivas. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2010.

VEIGA, I. P. A. (org). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

ANEXO A

Gestão da Instituição

Organização Administrativa

A edição da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal n. 9.394/96, de 20/12/96, atribuiu maior flexibilidade para as instituições de ensino organizarem seu processo pedagógico e administrativo. A abertura possibilitada por esta nova lei apontou a reformulação do Estatuto da Universidade de Franca, seu Regimento Geral, bem como, o Regimento da Reitoria, viabilizando atuação de forma ampla, rápida, segura, corrigindo distorções na sua estrutura e no seu funcionamento e disponibilizando condições mais adequadas de ensino, pesquisa e extensão. Deste modo, optou-se por uma estrutura organizacional enxuta, dando dinamicidade ao processo pedagógico e administrativo com fins de adequação às demandas da sociedade.

Nesse sentido, visando evitar a duplicação de meios para fins idênticos, fator oneroso da despesa disponível no orçamento, a ACEF S/A passou a responder pela área financeira, administrativa e atividades de comunicação social, tendo instituído em sua estrutura organizacional as Diretorias Financeira, Administrativa, Jurídica e de Marketing.

Mantenedora

A ACEF S/A possui sede e foro na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Armando Salles Oliveira, 201, Parque Universitário, é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, pessoa jurídica de direito privado, de natureza comercial, com fins lucrativos, e com seu Estatuto Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 3530018576-5.

Está inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.722.831/0001-78 e tem por finalidade geral o exercício da atividade de mantenedora da Universidade de Franca e do Instituto Francano de Ensino “Alto Padrão”, nos termos da legislação pertinente e da orientação do Ministério da Educação, executando as atividades afins ou correlatas à descrita acima. Visando a consecução de seus objetivos específicos, expressos no seu Estatuto Social, pode, por deliberação de seu Conselho Administrativo, constituir empresas sob seu controle acionário, assim como participar de outras sociedades e de outros empreendimentos. Seu prazo de

duração é indeterminado. Esta é administrada pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral, é de caráter consultivo e deliberativo possuindo atribuições e competências especificadas no Estatuto Social, e se constituindo como órgão soberano da ACEF S/A. Esta pode ser convocada pela Presidência do Conselho de Administração da ACEF S/A e presidida por representante de acionista indicado pelos acionistas presentes, que indicará um dos presentes para servir como secretário *ad hoc* de suas reuniões. Poderá ainda, quando julgar necessário, criar cargos auxiliares de administração, regulamentando seu funcionamento, atribuições e competências, subordinados à Diretoria Executiva.

Composto de quatro a dez membros, O Conselho de Administração é composto pode ter até cinco indicados por cada uma das Acionistas, de modo que o número de membros indicados deverá ser sempre igual. A Presidência do Conselho de Administração funciona em regime de rodízio por reunião, por dois conselheiros membros de cada uma das Acionistas, designados Presidentes, nomeados pela Assembleia Geral que elege os membros do Conselho. Esta, que nomeará os Presidentes do Conselho, nomeia, no mesmo ato, dois Vice-Presidentes, membros de ambas as Acionistas, que substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos, obedecendo sempre à categoria acionária envolvida na substituição. As demais disposições sobre o seu funcionamento (reuniões, deliberações e competências) estão contidas no Estatuto Social.

Já a Diretoria Executiva da ACEF S/A é constituída de dois membros, sendo eles Diretores Executivos, residentes e domiciliados no País, acionistas ou não, indicados um por um e o outro pelo outro Acionista, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis em qualquer momento. Ambos têm as atribuições atribuídas por este Estatuto, por seu Regimento Interno e pelo Conselho de Administração.

Nas ausências e impedimentos dos Diretores Executivos, assumirá, como substituto, o procurador da Sociedade referido em primeiro lugar no respectivo instrumento de procuração, devendo, sempre, o substituído e o substituto, serem parte da mesma categoria acionária e respeitado o disposto no artigo 16 de seu Estatuto Social. Esta possui todos os poderes de administração e representação da ACEF S/A, respondendo em relação ao Planejamento e Gestão Operacional e Orçamentário oriundo do Planejamento Estratégico pensado e autorizado pelo Conselho de Administração. O Estatuto Social expressa as demais disposições

sobre funcionamento da Diretoria Executiva, as atribuições e competências dos seus Diretores Executivos.

Esta Diretoria é assessorada por um Coordenador Geral, Coordenadorias Financeira e Administrativa e outras que se fizerem necessárias. Os Coordenadores são contratados de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e a destituição ou demissão de diretores de unidades e coordenadores deve ser decidido em Assembleia Geral, em especial tendo sido convocada para esta finalidade, após esgotarem as instâncias inferiores e a apuração de culpa, com amplo direito de defesa do envolvido, nos termos da legislação pertinente.

O Conselho Fiscal da ACEF S/A desempenha as atribuições que lhe são impostas por lei e somente funcionará nos casos previstos em Lei. Este é composto por três membros efetivos e suplentes respectivos, acionistas ou não, residentes no país, podendo ser reeleitos. Nos exercícios sociais em que for solicitado o funcionamento do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral da ACEF S/A elegerá os seus membros e fixará sua remuneração e forma, encerrando-se cada período de funcionamento do Conselho Fiscal na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que for realizada após sua instalação.

O Patrimônio Social é formado por contribuições eventuais dos seus associados, se e quando assim deliberado pelo Conselho de Administração;- por doativos, contribuições ou legados; por renda proveniente de seus bens e serviços; por subvenção dos poderes públicos federal, estadual e municipal; por bens móveis e imóveis, veículos e semoventes. As demais disposições referentes a reuniões, deliberações, competências estão prescritas no Estatuto Social da ACEF S/A.

Relação da Entidade Mantenedora e a Mantida

De acordo com o Estatuto proposto para a Universidade, a Mantenedora está relacionada institucional e juridicamente com a Mantida da seguinte forma através dos seguintes pontos:

- a Mantida goza de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e disciplinar de acordo com a Constituição Federal e seu Estatuto;

- o Reitor, indicado pela Diretoria Executiva, é nomeado pelo Conselho de Administração;

- o exercício do papel de responsável pela gestão financeira por parte da Mantenedora e, para isso, contratação de serviços de auditoria externa, bem como decidir em última instância, sobre assuntos referentes à aquisição e alienação de bens imóveis e sobre aspectos financeiros dos projetos;

- a Mantida, pelo Conselho Superior Universitário – CONSUV deve emitir parecer sobre a prestação de contas à Diretoria Executiva da Mantenedora;

- a Mantida deve utilizar os bens postos à sua disposição pela Mantenedora, podendo, ainda, receber auxílio, doações e subvenções provenientes de outras fontes;

- à Mantida cabe elaborar o planejamento orçamentário anual e gerenciar a execução do mesmo;

- é de responsabilidade da Mantenedora, de acordo com as normas do Direito do Trabalho, mediante processo seletivo disciplinado pelas normas estatutárias, regimentais e regulamentares da Universidade de Franca, o ato formal de admissão e demissão do pessoal docente e técnico-administrativo.

Mantida

A Universidade de Franca – Unifran, instituição de ensino superior pluridisciplinar, dedicada à produção, preservação e divulgação do conhecimento, reconhecida pelo Ministério da Educação e do Desporto, mediante a Portaria n. 1.275, de 25 de agosto de 1994, tem sede e foro na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Seu objetivo fundamental, desde a sua criação, é oferecer ensino superior de qualidade em todas as suas modalidades, capaz de preparar os sujeitos para enfrentar e se integrar à sociedade, esta cada vez mais complexa e exigente, visando a formação integral do indivíduo, em estrita obediência aos parâmetros constitucionais e às diretrizes e bases da educação nacional. Através do ensino, a Universidade de Franca atua na sociedade, formando cidadãos qualificados e aptos a atuar com destaque no mercado de trabalho.

O resultado da construção histórica da Universidade e da junção de esforços de todos os que, na vida universitária, estão engajados nesse processo, foi o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Este representa a síntese do que se pretende alcançar, em termos de excelência, nesta instituição. O PDI estabelece como bases uma político-pedagógica que articula o objetivo de gerar conhecimento técnico-científico com a formação de profissionais comprometidos eticamente com a sociedade. Seu alcance está para além de uma abordagem técnica, alcançando os pressupostos políticos e econômicos que embasam as ações previstas, acordadas com as diretrizes que regulamentam a educação nacional, expressas no texto constitucional e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96).

Está previsto pelo Plano Quinquenal a consolidação, a qualidade e o crescimento gradual das funções de ensino, pesquisa e extensão, onde estão situadas suas políticas, cujos objetivos exijam esse tempo de desenvolvimento desejado. Os resultados das políticas em ação acrescentam à estrutura do Plano de Desenvolvimento Institucional. Em consideração à educação como uma atividade social concreta e histórica, construída no interior das relações sociais e por essa razão flexível, este documento se mostra como mutável, estando, assim, sujeito às alterações apontadas pelo momento histórico e o contexto social concreto.

Pressuposto da educação continuada, o ensino de excelência faz-se necessário, mediado por permanente atualização bibliográfica, investimento em laboratórios e melhoria na infraestrutura física. Está pautado por uma política institucional que visa atingir qualidade em todas as suas dimensões. Supõe ainda, estímulo ao corpo docente para a aprendizagem continuada.

É fundamental que haja socialização das políticas, objetivos e estratégias desejadas e projetadas num documento como o apontado, para que as propostas apresentadas alcancem efetivação. Desse modo, faz-se necessário a permanente e contínua análise e atenção de todos aqueles envolvidos com a Universidade.

A formação da Administração Colegiada Superior se dá pelo Conselho Superior Universitário – CONSUV e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, com seus órgãos de deliberativos e normativos. Este, em matéria de administração universitária, é conjugado pelo Reitor, como presidente; pelos pró-reitores; por três Coordenadores de Curso, indicados pelo Conselho Pedagógico dos Cursos e designados pelo Reitor dentre todos do Diretores como representantes do corpo docente da Universidade; por um representante do

corpo técnico- administrativo, escolhido pelos seus pares, dentre os que tenham cinco anos ou mais de exercício na instituição, em eleição presidida pelo Reitor; por um representante da comunidade regional, escolhido pelo Reitor, dentre os nomes apresentados pelos órgãos representativos das classes produtoras e pelas entidades de classes profissionais; por um representante do corpo discente, indicado pelos órgãos de representação, na forma da legislação vigente; por dois representante da Entidade Mantenedora, escolhido em Assembleia Geral da Entidade. Aos conselheiros eleitos ou designados, os quais cumprem mandato de dois anos, é permitida a recondução, com exceção do Conselheiro representante do corpo discente, cujo mandato é de 1 um ano, vedada a recondução.

Os representantes do corpo docente, dos funcionários da Entidade Mantenedora e da comunidade poderão ser substituídos por suplentes eleitos ou designados na mesma forma que os titulares. Os conselheiros detentores de cargos da Administração da Universidade, caso estejam ausentes nas reuniões, poderão ser substituídos por suplentes eleitos ou designados na mesma forma que os titulares.

É de responsabilidade do Conselho Superior Universitário – CONSUV determinar as linhas gerais de desenvolvimento da Universidade; dar formulação final às políticas da mesma, aprovando planos e documentos institucionais da atuação universitária, os instrumentos e recursos e os critérios de avaliação institucional referentes ao processo pedagógico e administrativo; submeter à aprovação da Entidade Mantenedora, no que lhe disser respeito, emendas a este Estatuto e ao Regimento Geral da Universidade e posterior aprovação do primeiro por ato oficial do Ministério da Educação; elaborar e aprovar o próprio regimento e aprovar os regimentos e regulamentos da Reitoria e das Unidades Universitárias;

- deliberar sobre a criação, incorporação, alteração, suspensão ou extinção de unidades universitárias e órgãos suplementares, assim como cursos ou habilitações de Graduação ou Pós-Graduação, ouvidos o Conselho Superior Universitário – CONSUV, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e a Entidade Mantenedora, observadas as normas legais. Além disso, a criação de unidades ou cursos fora de sede, de acordo com legislação vigente; deliberação sobre matéria de interesse geral da Universidade, ressalvada a competência atribuída a outros órgãos; fixação do valor das contribuições escolares, em forma de mensalidades, taxas e emolumentos, ad referendum da Entidade Mantenedora; proposta de orçamento da Universidade e submissão à aprovação da Entidade Mantenedora;

- aprovação da prestação de contas e o relatório da atuação universitária do exercício anual anterior dos cursos e dos órgãos suplementares e de apoio e submissão à apreciação da Entidade Mantenedora; autorização de acordos e convênios entre a Universidade e entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras; aprovação dos planos de carreira e de cargos e salários do pessoal docente e técnico-administrativo; regulamentação da concessão de bolsas de estudo e auxílios diversos, a serem concedidos pela Entidade Mantenedora; apreciação os pedidos de reexame do Reitor às suas decisões, só podendo rejeitá-los pela votação mínima de dois terços dos seus membros; aprovação à concessão de títulos honoríficos ou de benemerências, bem como criar e conceder outras distinções e prêmios; deliberação, como instância superior, sobre matéria de recursos previstos em lei, neste Estatuto e no Regimento Geral da Universidade; doação de posse ao Reitor designado pela Entidade Mantenedora; cumprimento garantia do cumprimento do presente Estatuto e o Regimento Geral da Universidade; exercício das demais competências previstas em Lei, neste Estatuto e no Regimento Geral da Universidade.

O Conselho Superior Universitário - CONSUV – tem seu funcionamento definido em regulamento próprio, delibera em Plenário, após pareceres e propostas dos órgãos da Reitoria e da Entidade Mantenedora nos assuntos de sua competência. Este poderá dispensar o parecer e proposta dos órgãos referidos no parágrafo anterior para casos especiais, determinados antes da matéria ser posta em votação e aprovada pelos Conselheiros presentes. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, órgão central de supervisão do ensino, pesquisa e extensão, com atribuições deliberativas, normativas e consultivas é constituído pelo Reitor, como Presidente; pelos Pró-Reitores; por quatro Coordenadores de Cursos, indicados pelo Conselho Pedagógico dos Cursos e designados pelo Reitor, cada um representando os cursos vinculados às seguintes áreas do conhecimento humano:

- i) ciências biológicas e da saúde;
- ii) ciências exatas e tecnológicas;
- iii) ciências humanas e artes;
- iiii) ciências jurídicas e sociais aplicadas.

Além disso, por um representante do corpo discente, indicado pelos seus órgãos de representação na forma de legislação vigente; por um representante da comunidade regional,

selecionado pelo Reitor dentre os nomes apresentados pelos órgãos de representação das classes produtoras, das associações profissionais e das entidades educacionais e de serviços sociais, públicas ou privadas; por dois representantes da Entidade Mantenedora, escolhidos em Assembleia Geral da Entidade.

Excetuado o Conselheiro representante discente – este que possui mandato é de um ano, vedada a recondução, os demais Conselheiros eleitos ou designados cumprem mandato de dois anos, admitida a recondução. Os Conselheiros representantes dos Coordenadores de Curso podem ser substituídos por suplentes, eleitos ou designados do mesmo modo que o titular. Os Conselheiros detentores de cargos administrativos, no caso de se ausentar, poderão ser substituídos por suplentes designados *ad hoc* pelo Reitor.

É de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- elaboração e aprovação de seu próprio regimento;
- estabelecimento das diretrizes do ensino, da pesquisa e da extensão;
- definir os elementos constitutivos dos projetos pedagógicos dos cursos de Graduação, sequenciais e de Pós-Graduação e dos planos de ensino das disciplinas constantes nas matrizes curriculares, em estrita obediência às normas e diretrizes curriculares nacionais, assim como a sua aprovação;
- fixação do número de vagas para a matrícula inicial na primeira série de cada um dos cursos e programas, ad referendum da Entidade Mantenedora;
- fixação de normas complementares às do Regimento Geral da Universidade, sobre, currículos, processos seletivos, verificação sobre aproveitamento de estudos, estágio supervisionado, atividades complementares, prática de ensino, monografias, matrículas em disciplinas optativas, núcleos de atividades e de estudos, avaliação institucional, além de outras disciplinas de sua responsabilidade;
- aprovação dos currículos plenos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação e suas mudanças;
- proposta de criação, suspensão ou extinção de cursos ou habilitações;

- expedir atos normativos referentes a assuntos acadêmicos, à coordenação dos cursos, aos programas de pesquisa e extensão e à organização e funcionamento dos órgãos suplementares e de apoio;

- emissão de parecer sobre a lotação de pessoal docente e técnico-administrativo e estabelecimento das condições de afastamento para licença ou para fins de estudo e cooperação técnica;

- decisão sobre proposta, indicações ou representações, planos anuais de aplicação de recursos em pesquisa, em assuntos de sua esfera de ação;

- deliberação, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua competência explícita ou implicitamente prevista neste Estatuto ou nos regimentos e regulamentos da Universidade;

- estabelecimento de procedimentos para elaboração e execução de políticas de avaliação institucional do ensino, da pesquisa e da extensão;

- vinculação dos diversos cursos da Universidade às diferentes áreas do conhecimento humano, de conformidade com critérios previamente estabelecidos por este Colegiado.

Em síntese, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, cujo funcionamento é previsto em regulamento próprio, delibera em plenário, após pareceres e propostas dos órgãos da Reitoria e da Entidade Mantenedora em assuntos de sua competência. Já o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE pode dispensar o parecer e proposta dos órgãos referidos no parágrafo anterior para casos especiais, determinados antes de a matéria ser colocada em votação e aprovada pelos Conselheiros presentes. O Conselho Superior Universitário (CONSUV) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), reúnem-se ordinariamente, no início de cada semestre, por convocação do Reitor, para deliberarem sobre os assuntos em pauta e, extraordinariamente, quando convocados pelo Reitor por iniciativa própria ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos respectivos membros, com pauta definida de assuntos.

Sempre que possível são feitas as convocações por escrito, indicando a pauta e com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. A comprovada impossibilidade de convocação de membro, desde que obedecido o quórum, não impede a realização da reunião.

O Reitor pode vetar deliberações do Conselho Superior Universitário (CONSUV) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), até trinta dias após a reunião em que forem tomadas, convocando para o prazo máximo de outros trinta dias, o respectivo órgão colegiado para conhecer as razões do pedido de reexame, acolhê-lo ou rejeitá-lo, nesta última hipótese, pela maioria de dois terços dos seus componentes.

Administração Colegiada Intermediária

A representação da Administração Colegiada Intermediária se dá através do Conselho Pedagógico dos Cursos. Este é um órgão colegiado competente da deliberação e consulta dos assuntos pertinentes e constituído de Reitor – presidente nato, Pró-Reitor de Ensino, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitor de Extensão, Coordenadores de cursos – presenciais e EaD, do Núcleo de Educação a Distância (NEaD) e dos cursos de Pós-Graduação stricto sensu. O Conselho deve ser presidido pelo Pró-Reitor de Ensino, no caso do Reitor estar ausente. Deve ainda reunir-se mensalmente, com exceção dos períodos de recesso e férias e, extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou por dois terços de seus integrantes. Suas decisões devem ser tomadas em primeira convocação por dois terços dos membros e, em segunda, pela maioria de votos dos presentes.

De acordo com §3º, nas reuniões do Conselho Pedagógico dos Cursos, cada Coordenador de Curso ou de Cursos Afins é substituído, em suas ausências e impedimentos, com direito a voz e voto, pelo docente do mesmo curso, mais antigo na Instituição, preferencialmente, o que atue em regime de tempo integral.

É da competência do Conselho Pedagógico dos Cursos a promoção da articulação e integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a comunidade e em apoio estudantil, desenvolvidas nos cursos; aprovação do plano de atividades dos cursos em acordo com o Plano Operativo Anual da Universidade; apreciação, ao final das atividades, do relatório anual apresentado pelo Coordenador dos cursos, assim como os programas relativos às unidades oferecidas; colaboração com as coordenadorias de curso e demais órgãos acadêmicos, nos assuntos que dizem respeito aos cursos e à Universidade como um todo; atuação como órgão consultivo das coordenadorias dos cursos; promoção da coordenação de atividades de cada curso, com o objetivo de garantir a interdisciplinaridade; dar opinião sobre as propostas de mudança das matrizes curriculares, advindas dos Colegiados Didáticos dos Cursos, visando assegurar a necessária compatibilidade das mesmas com as respectivas

Diretrizes Curriculares Nacionais; referendo da indicação pelo órgão de representação discente respectivo, representantes do corpo discente representados nas instâncias da Universidade; apuração da possível responsabilidade dos Coordenadores de Curso pelo não cumprimento da legislação em vigor, encaminhando o assunto ao Conselho Superior Universitário, na forma determinada no Regimento Geral; manifestação sobre práticas dos Coordenadores de Curso, referente aos afastamentos; indicação, para designação do Reitor, dos representantes dos cursos junto ao Conselho Superior Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, dentre os Coordenadores de Cursos, assim como os representantes docentes da Comissão de Pós-Graduação; exercício das atribuições de sua competência em processos de seleção de professores; opinião sobre a transferência e remoção de docentes, ouvidos, previamente, os Coordenadores de Cursos envolvidos; proposta ao Conselho Superior Universitário, mediante parecer prévio do Coordenador de Curso respectivo, afastamento temporário de docente, a fim de realizar estudos no país ou no exterior; decisão, no âmbito de sua competência, sobre os recursos dos membros do corpo docente, em matéria acadêmica e disciplinar, sobre os recursos dos membros do corpo discente, em matéria de natureza acadêmica e disciplinar; constituição de comissões para assuntos específicos; proposta de concessão de prêmios e títulos honoríficos, nos termos deste Regimento Geral e das normas complementares; exercício das demais atribuições expressas ou implicitamente contidas em lei, no Estatuto da Universidade, neste Regimento Geral ou determinadas pelo plenário do Conselho Superior Universitário - CONSUV e/ou Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

Assim como nos demais conselhos, na ausência do Reitor, este será presidido pelo Pró-Reitor de Ensino. As reuniões do Conselho Pedagógico de Curso possuem a periodicidade de duas vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por dois terços do colegiado, e as decisões são tomadas pela maioria dos votos em segunda convocação e por dois terços em primeira convocação. Nas reuniões, os Coordenadores de cada curso são substituídos em suas ausências e impedimentos pelo docente da mesma Unidade Universitária Básica – com voz e voto –, o mais antigo da Instituição, de preferência, o que atue em regime de trabalho integral.

Administração Colegiada Básica

A representação da Administração Colegiada Básica se dá pelo Colegiado Didático de Curso, órgão deliberativo, consultivo e coordenado por cada Coordenador de Curso. Este

reúne-se bimestralmente e em sessão extraordinária, no caso de ser convocado pelo Coordenador de Curso, seja por iniciativa própria ou determinado por um terço dos membros do conselho. As reuniões devem funcionar a partir do estabelecido nos artigos 2º, 3º e 4º do Regimento Geral da Universidade. O Coordenador deve ser substituído em suas ausências pelo professor mais antigo da casa presente neste ato.

Da constituição do Colegiado Didático de Curso:

- Coordenador de Curso com Presidente;

- Cinco professores do curso, em exercício docente em uma ou mais disciplinas que integram a composição curricular, indicados pelo Coordenador do curso e designados pelo Pró-Reitor de Ensino, para um mandato de dois anos, permitida a recondução;

- um representante do corpo discente, indicado pelo órgão de representação discente, na forma da legislação em vigor, por um mandato de 1(um) ano.

Da competência do Colegiado Didático de Curso:

I – relacionado à administração:

a) aprovação dos planos de trabalho dos cursos e programas, envolvendo atividades de ensino, de pesquisa e extensão desenvolvidas por professores e pesquisadores dos respectivos cursos e programas;

b) sugestão aos demais colegiados, providências de ordem didática, científica e administrativa, consideradas indispensáveis ao desenvolvimento das atividades acadêmicas da Universidade;

c) programação, a médio e longo prazo, provisão de seus recursos humanos e responsabilidade, em primeira instância, pelo processo de seleção, aperfeiçoamento e dispensa dos membros do corpo docente;

d) avaliação do desempenho docente, discente e técnico-administrativo, segundo proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

e) proposição aos órgãos competentes a demanda de docentes, em face das necessidades dos cursos, opinando também sobre o afastamento ou transferência dos mesmos;

f) decisão, como instância recursal superior, sobre os recursos contra atos de professores, interpostos por alunos, relacionados com o ensino e os trabalhos escolares;

g) homologação da indicação dos representantes do Curso, junto ao Colegiado Didático de Curso e em colegiados de que fizerem parte, na forma definida neste Regimento Geral;

h) deliberação sobre a organização e administração de laboratórios e outros materiais didáticos, quando estes constituírem parte integrante do ensino e da pesquisa, pertinentes ao Curso;

i) coordenação da elaboração de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;

j) elaboração do calendário das atividades do Curso a ser submetido ao Conselho Pedagógico dos Cursos;

k) proposta ao Pró-Reitor de Ensino, pelo voto de dois terços de seus membros, o afastamento ou destituição do Coordenador de Curso;

l) emissão de parecer em assuntos de sua competência;

m) reunião, conforme o disposto no § 1º do art. 28 deste Regimento Geral;

n) exercício, no âmbito próprio, das demais atribuições, explícita ou implicitamente, pertinentes à Coordenação Didática de Curso por força da legislação, do Estatuto da Universidade, deste Regimento Geral e outros regulamentos a que se subordine.

o) cumprimento e garantia do cumprimento de todos os atos legais, estatutários e regulamentares referentes ao curso e à Universidade de Franca.

II – com relação ao ensino:

a) coordenação da elaboração, execução e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e as Diretrizes Curriculares Nacionais, definindo sua concepção e fundamentos;

b) proposta de medidas pedagógicas para o curso e para atualização do Projeto Pedagógico;

c) elaboração do currículo do curso e suas alterações, com indicação das disciplinas e demais componentes curriculares que o compõem e a respectiva carga-horária, para aprovação dos órgãos competentes;

d) fixação das diretrizes gerais dos planos de ensino das disciplinas da organização curricular, propondo medidas para sua atualização, integração horizontal e vertical, interdisciplinaridade e para o aprimoramento pedagógico do processo ensino-aprendizagem;

e) promoção da avaliação do curso, na forma definida neste Regimento Geral e normas complementares emanadas do Conselho Superior Universitário, bem como acompanhamento das avaliações do corpo docente, por meio da Avaliação Institucional;

f) orientação, coordenação e fiscalização das atividades do curso e, quando do interesse deste, proposta de substituição de docentes aos respectivos Coordenadores de Cursos;

g) apreciação das recomendações dos docentes e discentes sobre assunto de interesse do curso;

h) decisão sobre a aceitação de matrículas de alunos transferidos, dos que solicitam transferência interna de cursos, ou dos portadores de diplomas de cursos de Graduação, de acordo com normas baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

i) decisão, como instância recursal superior, sobre o aproveitamento de estudos, de adaptação de disciplinas, mediante requerimento dos interessados, ouvidos os docentes e diretores envolvidos;

j) deliberação sobre a organização do trabalho docente e discente;

k) aprovação de planos de ensino e programas das disciplinas, ouvidos os Coordenadores de Curso;

l) acompanhamento, isoladamente ou em conjunto com outros colegiados, disciplinas constantes dos currículos dos cursos de Graduação, sequenciais, Pós-Graduação, *lato e stricto sensu*, extensão, atualização e outros;

m) promoção do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência;

n) pronunciamento sobre o aproveitamento de estudos e adaptações de alunos transferidos e de diplomados;

o) proposta de admissão de monitor, na forma definida neste Regimento Geral e no Regulamento do Sistema de Monitoria;

p) zelo pela regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo curso.

III – com relação à pesquisa:

a) incentivo, promoção e organização da pesquisa e do treinamento especializado do pessoal docente e técnico-administrativo, em sua área de competência;

b) acompanhamento da evolução do desenvolvimento de novos conhecimentos, na área de sua competência, mediante intercâmbios com centros de excelência e participação em eventos científicos e culturais.

IV – com relação à extensão:

a) incentivo promoção e organização da elaboração de programas de extensão, na área de sua competência;

b) participação de programas de extensão governamentais e de outras entidades.

V – com relação à comunidade e apoio ao estudante:

a) incentivo, promoção e organização das atividades de caráter comunitário, artístico-cultural e social;

b) assessoria a elaboração das políticas e diretrizes para os estudantes, envolvendo orientação, assistência e atendimento na área psicopedagógica.

Administração Superior Executiva

A Administração Superior Executiva é constituída pela Reitoria e Pró-Reitorias, sendo que a Reitoria compreende os órgãos citados: Conselho de Planejamento e Desenvolvimento, Gabinete de Reitoria, Assessorias, Pró-Reitorias, Núcleo de Educação a Distância – NeaD, Núcleo de Iniciação Científica, Secretaria Geral Acadêmica, Órgãos Suplementares de Apoio. Sua integração visa o desenvolvimento harmônico no que diz respeito ao planejamento, execução e controle, que devem ser realizados pelo Conselho de Planejamento e Desenvolvimento.

O Conselho de Planejamento e Desenvolvimento é constituído pelo Reitor – presidente nato, Pró-Reitores, Presidentes do Conselho de Administração da Entidade Mantenedora, Diretores Executivos da Entidade Mantenedora, Assessor Jurídico Acadêmico, Assessor de Planejamento e Desenvolvimento, Assessor de Comunicação e Relações Universitárias. Apesar do não comparecimento do Reitor, poderão participar das reuniões do Conselho de Planejamento e Desenvolvimento o o Coordenador do Núcleo de Educação a Distância – NEaD, os Coordenadores de Curso, o Secretário Geral Acadêmico, os membros do Setor de Apoio Institucional - SAI e os responsáveis pelos órgãos suplementares ou de apoio, desde que a matéria em pauta esteja vinculada àquelas unidades.

A Reitoria, instância máxima executiva da Universidade, é dirigida pelo reitor, sendo integrada pelas Pró-Reitorias e demais setores ou órgãos considerados importantes ao funcionamento das atividades de gestão superior da mesma. É de responsabilidade do Reitor propor ao Conselho Superior Universitário – CONSUV, a composição, cargos e funções da Reitoria, assim como a organização, funcionamento competência e atribuições dos respectivos órgãos e setores, de acordo com seus regulamentos.

Dentre os profissionais de notável saber em educação superior, e nomeado pelo Conselho de Administração da Mantenedora para um mandato por tempo indeterminado, empossado em Sessão Solene do Conselho Superior Universitário, o Reitor é agente executivo da Universidade, bem como indicado pela Diretoria Executiva. Este cargo é de confiança da Entidade Mantenedora, podendo ser demissível ad nutum.

O Pró-Reitor de Ensino é colaborador direto do Reitor, podendo substituí-lo eventual e imediatamente na medida da necessidade – ausências e impedimentos, assim como se estabelecer como seu sucessor no caso de vacância até que seja provido novo ocupante para o cargo. No impedimento simultâneo do Reitor e do Pró-Reitor, o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação assume. No impedimento deste, o Pró-Reitor de Extensão – nesse caso a posse se dá *pro tempore*, até que a Entidade Mantenedora possa eleger novo Reitor. Quando qualquer dos Pró-Reitores encontrarem-se impedidos de assumir, as atribuições são avocadas pelo Reitor ou por quem ele designar. As atribuições citadas estão elencadas no art. 15 do Estatuto da Universidade de Franca.

A coordenação do planejamento se dá através da reitoria, bem como a avaliação e execução de todas as atividades da Universidade, em seus mais diferentes níveis hierárquicos. No Gabinete do Reitor estão concentradas as atividades de protocolo e cerimonial, bem como a articulação da Reitoria com os setores administrativos e órgãos colegiados da Universidade, por via da Secretaria Geral dos órgãos colegiados superiores.

Das acessorias podemos destacar o papel de auxílio ao Reitor e Pró-Reitores nas atribuições e competências dadas. São elas: Jurídica, de Planejamento e Desenvolvimento e de Comunicação e Relações Universitárias. As atribuições apontadas estão disciplinadas no Regimento da Reitoria. Seu chefe de gabinete, assessores e Pró-Reitores são indicados pela mantenedora e nomeados pelo Reitor para um mandato de tempo indeterminado, sendo demissíveis *ad nutum*

Nas Pró-Reitorias, as atividades são planejadas e coordenadas pelos Pró-Reitores, sendo órgãos de planejamento execução e controle de atividades administrativas e acadêmicas da reitoria. Na organização destas devem ser seguidos os princípios de unidade acadêmica entre Pesquisa, Ensino (graduação e demais modalidades) e pesquisa (de pós-graduação) e Extensão, sob a supervisão da Reitoria. As Pró-Reitorias são formadas pelos seguintes órgãos: Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão. Os Pró-Reitores exercerão suas atribuições por tempo indeterminado, podendo ser demitidos *ad nutum*. As decisões desses órgãos se efetivam mediante a aprovação da Reitoria e Entidade Mantenedora. O art.14 do Regimento da Reitoria da Universidade de Franca determina as atribuições dos Pró-Reitores, sendo que o art.16 determina as atribuições do Pró-Reitor de Extensão.

As Assessorias têm seu funcionamento e estrutura disciplinados em Regulamento. É devidamente institucionalizado por Resolução do Conselho Superior Universitário - CONSUV o Núcleo de Educação a Distância – NEaD da Unifran, sendo este órgão centralizador das políticas e práticas da educação superior, responsável pela implantação, implementação, gerenciamento e operacionalização das atividades administrativas e pedagógicas da modalidade de educação a distância – EaD, na mesma universidade.

Suas atividades pedagógicas são desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar destacada em um processo seletivo dirigido pelo Coordenador do Núcleo de Educação a Distância – NEaD, *ad referendum* da Reitoria e da Entidade Mantenedora. Este núcleo é vinculado imediatamente à Pró-Reitoria de Ensino para os cursos de Graduação e sequenciais, à Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação para os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e à Pró-Reitoria de Extensão para os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e de extensão imediata à Reitoria. Suas atividades são supervisionadas pelo Coordenador do Núcleo de Educação a Distância – NEaD, da Universidade de Franca.

Está disposto em regimento próprio a natureza, finalidades, estrutura organizacional e de serviços de suporte e infraestrutura física, bem como os cursos e programas a distância, o projeto pedagógico, as atribuições, os polos de educação a distância e demais disposições finais do Núcleo de Educação a Distância – NEaD.

O órgão responsável pela supervisão, coordenação, orientação e avaliação das atividades de pesquisa em nível de Graduação e de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, bem como pelos programas de bolsas e prêmios institucionais é o Núcleo de Iniciação Científica. Sua estrutura, funcionamento e atribuições estão dispostos no Regimento da Reitoria e em seu regulamento.

Como órgão central do sistema de registro acadêmico a Universidade de Franca possui a Secretaria Geral Acadêmica, esta que congrega e unifica registros dos atos e fatos acadêmicos, dos corpos docente e discente, provenientes dos cursos superiores de Graduação nas diversas modalidades oferecidas, sequenciais, de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e de extensão. Está subordinada à Secretaria Geral Acadêmica, em termos administrativos, funcionais e escolares, todas as demais secretarias setoriais de alunos e docentes de cursos de Graduação em suas diferentes modalidades, sequenciais, de Pós-Graduação *lato sensu* e

stricto sensu e de extensão. Sua estrutura e as atribuições estão dispostas no Regimento da Reitoria.

A Universidade dispõe, ainda, de órgãos suplementares de apoio, que estão subordinados ao Reitor e normatizados pelo Regimento da Reitoria e demais atos regulamentares originados nos colegiados e na própria Reitoria, ouvidas as unidades interessadas quando necessário. São eles: Setor de Apoio Institucional – SAI, Biblioteca, Ouvidoria, Centro Discente de Informática – CDI, Central de Atendimento ao Aluno, Hospital Universitário, Clínicas e Laboratórios, Setor de Recursos de Multimídia e Setor de Estágio e de Atividades Complementares. Suas atividades, atribuições e competências são voltadas ao assessoramento suplementar dos envolvidos no processo administrativo e pedagógico, bem como de prestação de serviços institucionalizados pela Unifran.

O Setor de Apoio Institucional - SAI é formado por funcionários do corpo técnico-administrativo da Universidade, indicados pela Entidade Mantenedora e nomeados pelo Reitor, por tempo indeterminado, demissíveis *ad nutum*, para o exercício de funções operacionais de apoio institucional, associadas à regulação, supervisão e avaliação exercidas pelos órgãos do Ministério da Educação. Suas atribuições e competências constam no Regimento da Reitoria e são supervisionadas pela Assessoria Jurídica Acadêmica.

A Biblioteca Universitária, como é caracterizada, se constitui em forma de órgão de apoio às atividades didático-pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão e é destinada ao atendimento à comunidade universitária e ao público, disponibilizando seu acervo e serviços. Esta tem por intuito disponibilizar a informação para seus usuários, subsidiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, colaborando com a preservação e circulação do conhecimento humano em suas diversas modalidades e em especial com o desenvolvimento da pesquisa e consequente melhoria da qualidade de vida da população. As demais questões acerca da estrutura e funcionamento da Biblioteca serão estabelecidas em Regulamento próprio, aprovado pelos colegiados superiores da Universidade.

A Ouvidoria é o órgão realizador da mediação entre estudantes, professores, funcionários e comunidade externa, bem como com as instâncias administrativas e acadêmicas da Universidade, objetivando a aceleração administrativa e acadêmica, melhorias nos serviços prestados, auxílio no planejamento das ações institucionais, aportando para o bem estar da comunidade social universitária. Sua organização e funcionamento envolvem

órgãos da Reitoria, o corpo docente, discente e administrativo, assim como o público externo, e estão disciplinados por Regulamento próprio, aprovado por ato oficial da presidência do Conselho Superior Universitário – CONSUV.

O suporte e manutenção do parque de equipamentos de informática acadêmica são prestados pelo Centro Discente de Informática – CDI, com servidores e computadores ligados em rede, disponibilizados à comunidade acadêmica, bem como um conjunto de recursos computacionais, como acesso à Internet, transferência de arquivos, acesso a serviços de informações, comunicação eletrônica, convênios acadêmicos de softwares, serviços de banco de dados, servidores web e aplicações diversas. Esta Central executa – no que lhe cabe - as atribuições da Secretaria Geral Acadêmica, da Ouvidoria e dos aspectos financeiros concernentes aos serviços educacionais formalizados em contratos.

Os órgãos suplementares estão integrados à Universidade em apoio às unidades de Saúde que viabilizam práticas indispensáveis à formação dos profissionais da saúde, bem como proporcionam serviços de qualidade à população. São eles: Hospital Veterinário, Clínica de Odontologia, Clínica de Psicologia, Clínica de Fisioterapia, Clínica de Fonoaudiologia e Clínica de Psicopedagogia.

O Hospital e as Clínicas contam com Diretores próprios indicados pelo Pró-Reitor de Ensino e nomeados pelo Reitor, *ad referendum* da Entidade Mantenedora, para um mandato por tempo indeterminado, demissíveis *ad nutum*, sendo de sua responsabilidade supervisionar, coordenar e avaliar as unidades universitárias que dirigem. Estes órgãos têm seu funcionamento destacado em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Superior Universitário, por ato de seu Presidente.

As Clínicas-Escola da Unifran são formadas por Unidades Universitárias e desenvolvem um amplo leque de atividades, quais sejam, estágios profissionais supervisionados, práticas disciplinares clínico-terapêuticas envolvendo atendimento de pacientes, atividades curriculares de caráter pedagógico, em sintonia com as propostas de diretrizes curriculares advindas dos órgãos normativos federais, garantindo a estreita e concomitante relação entre teoria e prática, assim como fornecendo elementos básicos para aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para uma integral formação clínico-terapêutica.

Além das atividades expostas no caput deste artigo, compete também às Clínicas-Escola atividades extensionistas, pela via da prestação de serviços à comunidade de Franca e região, assim como o planejamento, execução e avaliação de projetos disciplinares, multidisciplinares, inter e transdisciplinares em clínicas-escola, hospitais, unidades da rede de saúde pública, escolas, indústrias e demais instituições.

O Setor de Recursos de Multimídia age na operacionalização de projetos pedagógicos dos cursos superiores de Graduação, de Pós-Graduação e de extensão, na complementação dos procedimentos didático-pedagógicos utilizados pelos docentes em suas disciplinas, na prestação de serviços de apoio na área da tecnologia da informação e na elaboração de produtos audiovisuais, contribuindo para o desenvolvimento e a difusão da arte, da ciência e da tecnologia.

O Setor de Estágio e de Atividades Complementares operacionaliza atividades de estágios curriculares supervisionados e atividades complementares dos cursos superiores de Graduação, orientando os alunos e registrando em impressos e documentos próprios o resultado das mesmas.

Administração Executiva Básica

As Coordenadorias de Cursos representam a Administração Executiva Básica, e formam as unidades universitárias de integração acadêmica da administração superior. A Universidade se estrutura em Coordenadorias de Cursos e Cursos afins – em termos acadêmicos, subordinadas à Administração Superior, em especial às Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

Estas Coordenadorias formam as Unidades Universitárias de integração acadêmica da Administração Superior, em seus respectivos cursos. Seus professores, segundo a qualificação de cada um, elaboram, executam e avaliam, junto à coordenadoria, os programas e atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão, no âmbito particular dos cursos, buscando fins comuns, promovendo a integração de ações didáticas, científicas, administrativas e de extensão, articuladas à Administração Superior da Universidade.

As diferentes Coordenadorias de Curso possuem um Coordenador indicado pelo Pró-Reitor de Ensino e nomeado pelo Reitor, para um mandato por tempo indeterminado demissível *ad nutum*, responsável pela coordenação, supervisão e avaliação das atividades da

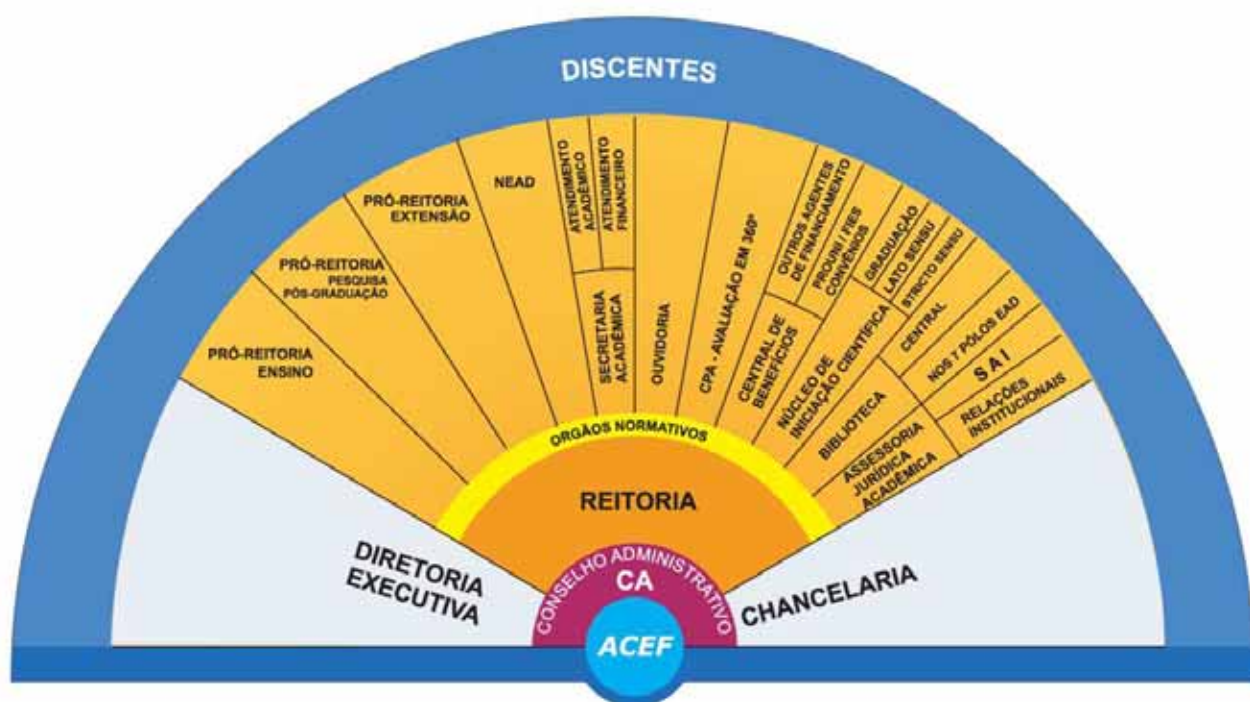
Unidade Universitária que dirige. Suas atribuições consistem na atuação como gestor do processo administrativo e pedagógico do curso, bem como representá-lo onde seja necessário; indicação ao Pró-Reitor de Ensino dos membros componentes do Colegiado Didático do Curso, do corpo docente, assim como dos professores orientadores e supervisores de estágio curricular supervisionado, dentre os docentes de seu curso; convocação e presidência das reuniões do Colegiado Didático de Curso, bem como designação de secretário para as reuniões, cumprindo as atribuições regimentais deste colegiado; cumprimento e garantia das normas estatutárias, regimentais, regulamentares da Universidade, bem com a legislação pertinente emanada dos órgãos superiores; realização e garantia da realização das decisões do Colegiado Didático de Curso, dos colegiados superiores da Universidade e as normas emanadas dos órgãos superiores; promoção da supervisão didática do curso, exercendo as atribuições e competências daí decorrentes, zelando pela qualidade do ensino e pela integração das disciplinas ministradas no curso; decisão sobre o aproveitamento, equivalência e adaptação de disciplinas, com base nas diretrizes traçadas pelo Colegiado Didático de Curso e normas legais e pedagógicas pertinentes; controle de frequência dos docentes, discentes e do pessoal técnico-administrativo do curso, propondo planos de reposição de carga horária onde for necessário; solicitação de providências de interesse da diretoria e do curso ao Pró-Reitor de Ensino; coordenação, supervisão e avaliação de atividades do curso, promovendo a integração das ações didático-científicas, de extensão, comunitárias, estudantis e administrativas desenvolvidas pelo curso, articulando-as com a administração superior da Universidade; apontamento de opinião acerca das solicitações de afastamento de docentes para participação em eventos científicos, culturais e tecnológicos ou para qualificação em nível de Pós-Graduação; cumprimento do regime de trabalho e horário semanal de trabalho, quer na condição de Coordenador de Curso ou docente, determinados pela Mantenedora, de acordo com o horário do curso; – participar da elaboração, execução e avaliação, no âmbito de sua área de atuação, dos documentos institucionais: PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), PPI (Projeto Pedagógico Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico do Curso), colaborando de forma sistêmica do processo decisório; garantia da coerência da organização curricular e do Projeto Pedagógico do Curso com as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, fazendo revisões periódicas junto aos seus docentes; supervisão da elaboração e execução dos planos de ensino, com especial atenção à ementa, carga horária semanal e anual, aos objetivos, conteúdo programático, metodologia, critérios de avaliação e bibliografia. Também são de sua responsabilidade o preenchimento da documentação junto aos órgãos do Ministério da Educação para fins de reconhecimento e

renovação de reconhecimento de seu curso, em atenção às exigências legais e pedagógicas; recebimento das Comissões Avaliadoras das Condições de Ensino designadas pelas autoridades dos órgãos do Ministério da Educação, implementar as sugestões oferecidas e atuar no sentido de obter as melhores qualificações; proposição de medidas pedagógicas para a melhoria do desempenho dos alunos de seu curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, assim como nos exames profissionais existentes; contribuição para a captação de novos discentes e permanência dos alunos matriculados, sugerindo ações de marketing a partir dos diferenciais que o curso possui; motivação dos professores e alunos e estar presente junto às salas de aulas para a solução antecipada de eventuais problemas; - responsabilizar-se pela gestão orçamentária de seu curso, pela supervisão das instalações físicas e laboratoriais e pela indicação de bibliografia e material de consumo necessário para o desenvolvimento do curso, buscando fontes alternativas de recursos para o curso, quando for o caso; manutenção das articulações, quando necessário, com empresas e organizações que possam contribuir para o desenvolvimento do curso e fornecer campos de estágio aos alunos; aplicação de penalidades aos membros do corpo docente, técnico, administrativo e discente vinculados ao seu curso, de conformidade com o regime disciplinar deste Regimento; obter reconhecimento no exercício de seu mister por uma atitude estimuladora, proativa, agregadora, participativa e articuladora, conduzindo-se de forma ética, enérgica e justa, no desempenho de suas atribuições.

A Coordenação está representada no Conselho Superior Universitário – CONSUV, bem como no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, através de representantes de cursos, indicados pelo Conselho Pedagógico de Cursos e designados pelo Reitor, de conformidade com o disposto no Estatuto da Universidade.

Segue o organograma institucional e acadêmico para visualização da estrutura organizacional da IES.

Figura 4 – *Organograma Institucional e Acadêmico.*



Fonte: Reitoria, 2009.

Autonomia da instituição em relação à mantenedora

As normas estatutárias, regimentais e regulamentares expedidas pelos órgãos colegiados superiores da estrutura organizacional dessas entidades são responsáveis por disciplinar a autonomia da Universidade em relação à mantenedora, respeitando os limites da legalidade impostos pela Constituição Federal e legislação infra-constitucional. Desse modo, a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial no gerenciamento de ensino, pesquisa e extensão, é partilhada entre Mantenedora e mantida nos parâmetros normativos, conferida pelo art.207 da Constituição Federal de 1988.

A ideia de autonomia não se mistura com a de independência ou de soberania, seja da Universidade ou da Mantenedora, embora esteja restrita a limites impostos pelas normas internas reguladoras das dimensões da autonomia. Em relação à administração, a autonomia compreende competência para a elaboração e reforma do presente Estatuto e Regimento Geral da Universidade, sujeitos à aprovação prévia da Entidade Mantenedora e posterior aprovação do primeiro pelo Conselho Nacional de Educação; elaboração, aprovação e reforma dos regimentos e regulamentos dos Conselhos, Reitoria e demais unidades ou órgãos que integram a Universidade; estabelecimento de normas para admissão, remuneração, promoção e dispensa de seu pessoal docente e técnico-administrativo, ouvida a Entidade Mantenedora.

No que tange a autonomia didático-científica compreende competência para o estabelecimento de política de ensino, pesquisa e extensão; criação, organização, modificação e extinção de Institutos, Centros, Diretorias, Coordenadorias, Assessorias, Unidades de Ensino e Cursos, segundo as exigências da realidade social, ou pelas modificações processadas na estrutura organizacional de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); manutenção, na área de sua influência cultural, de unidades de ensino ou desdobramentos de seus cursos e demais serviços; organização e modificar o currículo pleno de seus cursos, atendidas as disposições legais; estabelecimento de regime escolar e didático; fixação de critérios para seleção, admissão, promoção e habilitação dos alunos; estabelecimento de número de vagas semestrais ou anuais de seus cursos; fixação de critérios de transferência interna de turmas, cursos e habilitações; conferência de graus, diplomas e outras dignidades universitárias.

É concernente à autonomia de gestão financeira e patrimonial a administração do patrimônio da Entidade Mantenedora, colocado a seu serviço, e dele dispor nos limites fixados pela Assembleia Geral da Entidade Mantenedora; planejamento e elaboração de orçamento e execução deste mediante aprovação da Entidade Mantenedora; aceitação de subvenções e doações, bem como buscar cooperação financeira mediante convênios com pessoas ou entidades públicas ou privadas nacionais, estrangeiras ou internacionais, de acordo com as normas fixadas pela Assembleia da Entidade Mantenedora; proposição de valores a serem cobrados pelos serviços educacionais sob forma de anuidades ou mensalidades, taxas e emolumentos e outras obedecida a legislação federal específica, para aprovação pela Entidade Mantenedora; zelo pelo patrimônio da Entidade Mantenedora colocando-o à disposição da Universidade.

Há ainda a autonomia disciplinar, esta que compreende a competência para o estabelecimento de normas disciplinares visando ao relacionamento solidário da comunidade universitária; estabelecimento de regime de sanções disciplinares e aplicá-las.